



# Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 1990

ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 1990.

SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gerente Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata e dos termos de Ata das sessões anteriores, as quais foram aprovados sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 53/90

Curitiba, 16.03.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da

Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, com o objetivo de promover e divulgar as oportunidades e as potencialidades regionais.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 54/90

Curitiba, 16.03.90.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta o valor de NCz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados novos), sendo NCz\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados novos) na Programação a cargo da Fundação Universidade Estadual de Londrina e o valor de NCz\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos) na Programação a cargo da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

Informo que a presente mensagem atende as emendas apresentadas pelos Senhores Deputados ao Orçamento Geral do Estado para o exercício financeiro de 1990 e vetadas por ocasião da sanção.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados novos), sendo NCz\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados novos) na Programação a cargo da fundação Universidade Estadual de Londrina e NCz\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzados novos) na Programação a cargo da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, na fonte 00, conforme dotações abaixo:

- 0908.08442052.107 - Programação a cargo da Fundação Faculdade Estadual de Londrina.
- 4311.02 - Auxílio a entidades Estaduais para Execução de Outras Despesas de Capital - .....NCz\$ 30.000.000,00
- 0908.08442052.115 - Programação a cargo da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.
- 4311.02 - Auxílio a Entidades Estaduais para Execução de Outras Despesas de Capital - .....NCz\$ 10.000.000,00

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173, de 27 de novembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, ficam suplementados os orçamentos próprios da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas

de Apucarana, aprovados pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, na fonte 00, conforme dotação abaixo:

- 2100.08442081.019 - Edificações e Equipamentos para a Universidade Estadual de Londrina
- 4110.00 - Obras e Instalações NCz\$ .... 30.000.000,00
- 2900.08442051.087 - Edificações e Equipamentos para a Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana
- 4110.00 - Obras e Instalações ..... NCz\$ 7.000.000,00
- 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente.....NCz\$ 3.000.000,00

Art. 4º - Em decorrência do artigo 3º desta lei fica aprovada a 1ª reformulação dos orçamentos próprios de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho, da Fundação Universidade Estadual de Londrina e da Fundação Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, conforme anexo.

3400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO			NCZ\$ 1,00
7900 - FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA - FUNDEPAR					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	EDUCACAO E CULTURA			737.759.703	
	ADMINISTRACAO			53.421.115	
	ADMINISTRACAO GERAL			53.421.115	
7900.08870212.145	MANUTENCAO DA FUNDEPAR				
	ASSEGURAR O CUSTEIO DA FUNDACAO. VISANDO OFERECER O INDISPENSAVEL SUPORTE ADMINISTRATIVO PARA O CUMPRIMENTO DA PROGRAMACAO ESTABELECID.				
			53.421.115		
	PROGRAMAS INTEGRADOS			2.000	
	PROGRAMACAO ESPECIAL			2.000	
7900.08401631.040	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO DO PARANA - PARANA RURAL/BID				
	ABERTURA SIMBOLICA DE DOTACAO PARA POSTERIOR ALDCACAO DE RECURSOS. VISANDO A EXECUCAO DA PROGRAMACAO INTEGRANTE DO PARANA RURAL. CONFORME PROJETO ESPECIFICO DO ORCAO ORCAMENTARIO ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO- RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL.				
		2.000			
	ENSINO FUNDAMENTAL			657.895.938	
	ENSINO REGULAR			657.895.938	
7900.08421881.153	INOVACAO EM EDUCACAO BASICA NO ESTADO DO PARANA				
	ABERTURA SIMBOLICA DE DOTACAO PARA POSTERIOR ALDCACAO DE RECURSOS. VISANDO A EXECUCAO DO PROJETO INOVACAO EM EDUCACAO BASICA NO ESTADO DO PARANA.				
7900.08421882.146	INFRAESTRUTURA E APOIO LOGISTICO AO ENSINO DE 10. GRAU				
	OFERECER CONDICAOES DE FUNCIONAMENTO A REDE ESTADUAL DE ENSINO, DOTANDO-A DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS. CONSTRUIR, AMPLIAR OU RECONSTRUIR 810 SALAS DE AULA. EFETUAR REPAROS EM 1.370 PREDIOS ESCOLARES. MANTER OS SISTEMAS				
	- SISTEMA DE SUPRIMENTO DE MATERIAL - SSM				
	- SUPRIMENTO DE RECURSOS DESCENTRALIZADOS - SRD				
	- SISTEMA ESTADUAL DE BOLSAS DE ESTUDO - SBE				
	- SISTEMA ESTADUAL DE MANUTENCAO DO ENSINO - SEME.				
7900.08421882.148	MANUTENCAO DAS UNIDADES ESCOLARES - PRORURAL			657.863.938	
	ASSEGURAR A MANUTENCAO DE 520 UNIDADES ESCOLARES IMPLANTADAS PELO PROGRAMA PRORURAL.				
			30.000		
	ENSINO MEDIO			26.440.650	
	ENSINO POLIVALENTE			26.440.650	
7900.08431992.147	INFRAESTRUTURA E APOIO LOGISTICO AO ENSINO DE 20. GRAU				
7900.08431992.147	INFRAESTRUTURA E APOIO LOGISTICO AO ENSINO DE 20. GRAU				
	APOIAR A MANUTENCAO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SEGUNDO GRAU E AMPLIAR A OFERTA DE ENSINO. DESENVOLVER O PROJETO BOLSA DE TRABALHO, BENEFICIANDO 2.500 ALUNOS. MANTER O SUPRIMENTO DE RECURSOS DESCENTRALIZADOS - SRD PARA ATENDER 440 ESCOLAS. ADQUIRIR MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTE PARA AS ESCOLAS DE SEGUNDO GRAU E DE INSUMOS AGROPECUARIOS E REAGENTES DE LABORATORIO PARA AS ESCOLAS AGRICOLAS.				
			26.440.650		
TOTAL		4.000	737.755.703	737.759.703	



1000 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS				NC28 1,00			
NATUREZA DA DESPESA				RECURSOS DE TODAS AS FONTES			
2100 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA							
CODIGO	ESPECIFICACAO	SUBELEMENTO	ELEMENTO	CATEG. ECONOM			
3.2.6.0	ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA		1.200				
3.2.6.1	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA	300					
3.2.6.2	OUTROS ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA	300					
3.2.6.5	JUROS DE OUTRAS DIVIDAS	300					
3.2.6.6	ENCARGOS DE OUTRAS DIVIDAS	300					
3.2.8.0	CONTRIBUICOES PARA FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP		3.348.000				
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			120.419.250			
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			120.166.450			
4.1.1.0	OBRAS E INSTALACOES		52.052.000				
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		68.114.350				
4.1.9.0	DIVERSOS INVESTIMENTOS		100				
4.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	100					
4.2.0.0	INVERSOES FINANCEIRAS			252.300			
4.2.1.0	AQUISICAO DE IMOVEIS		100				
4.2.2.0	AQUISICAO DE OUTROS BENS DE CAPITAL JA EM UTILIZACAO		100				
4.2.6.0	CONSTITUICAO OU AUMENTO DO CAPITAL DE EMPRESAS COMERCIAIS OU FINANCEIRAS		252.000				
4.2.6.1	AQUISICAO DE TERMINAIS TELEFONICOS	252.000					
4.2.7.0	CONCESSAO DE EMPRESTIMOS		100				
4.3.0.0	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			500			
4.3.3.0	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		400				
4.3.3.1	AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	400					
4.3.5.0	AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA		100				
4.3.5.1	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	100					
PESSOAL E ENC.SOCIAIS	OUTRAS DESP.CORREN.	TOTAL DAS DESP.CORREN.	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	TOTAL DAS DESP.CAPITAL	TOTAL GERAL
436.449.300	178.651.770	615.101.070	120.166.450	252.300	500	120.419.250	735.520.320

1000 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS				NC28 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO					
2100 - FUNDACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	EDUCACAO E CULTURA			735.520.320	
	ENSINO SUPERIOR			735.520.320	
	ENSINO DE GRADUACAO			615.353.770	
2100.08442052.089	ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR EM LONDRINA				
	ADMINISTRAR E MANTER O ENSINO NA UNIVERSIDADE DE LONDRINA, ATRAVES DE 28 CURSOS REGULARES DE GRADUACAO, PERFAZENDO 33 HABILITACOES PARA UMA				
	ADMINISTRAR E MANTER O ENSINO NA UNIVERSIDADE DE LONDRINA, ATRAVES DE 28 CURSOS REGULARES DE GRADUACAO, PERFAZENDO 33 HABILITACOES PARA UMA				
	COMUNIDADE DISCENTE DE 21.900 ALUNOS E APROXIMADAMENTE 1.467 FORMANDOS POR ANO 21 CURSOS DE POS-GRADUACAO QUE ATENDEM EM MEDIA 500 ALUNOS 6 CURSOS DE MESTRADO PARA A FORMACAO DE 20 MESTRES NO ANO 16 CURSOS DE ESPECIALIZACAO PARA 558 ALUNOS 43 VAGAS DE RESIDENCIA MEDICA COM 12 ESPECIALIDADES. MANter 9 CENTROS DE ESTUDOS QUE AGRUPAM 43 DEPARTAMENTOS, ONDE MINISTRAM 1.305 DISCIPLINAS A 3.121 TURMAS POR SEMESTRE, PERFAZENDO UMA CARGA DIDATICA DE 10.411 HORAS SEMANAIS. REALIZAR PROJETOS DE PESQUISA, SENDO 175 EM ANDAMENTO, 139 PARA APROVACAO E 70 EM CONCLUSAO. MANter O ACERVO BIBLIOGRAFICO COMPOSTO DE 6.261 EXEMPLARES DE LIVROS E PERIODICOS E PROPORCIONAR 161.456 EMPRESTIMOS E 292.864 CONSULTAS A COMUNIDADE ESTUDANTIL. MANter AS ATIVIDADES DO HOSPITAL UNIVERSITARIO POSSIBILITANDO A REALIZACAO DE APROXIMADAMENTE 200.000 EXAMES DE MAIS DE 20 TIPOS, COM 4.928 INTERNACOES EM CLINICA MEDICA, 2.460 EM CLINICA CIRURGICA E 3.061 EM CLINICA OBSTETRICA. MANter AS ATIVIDADES DO HOSPITAL VETERINARIO, DA CLINICA ODONTOLOGICA E OUTRAS INSTALACOES DA UNIVERSIDADE VISANDO A COMPLEMENTACAO DO ENSINO E A PRESTACAO DE SERVICOS A COMUNIDADE.			615.353.770	
	CAMPUS UNIVERSITARIO			120.166.550	
2100.08442081.019	EDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA				
	CONSTRUIR CERCA DE 6.694 M2, RELATIVOS A IMPLANTACAO DE LABORATORIOS E SALAS DE AULA NO CENTRO DE CIENCIAS AGRARIAS, CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS E APLICADOS, CENTRO DE EDUCACAO, COMUNICACAO E ARTES, CENTRO DE CIENCIAS EXATAS, CENTRO DE TECNOLOGIA E URBANISMO, CONSTRUCAO DO CENTRO CIRURGICO DO HOSPITAL UNIVERSITARIO DO NORTE DO PARANA, HOSPITAL UNIVERSITARIO E AREAS ADMINIST DO CAMPUS. MELHORAR AS CONDICOES FISICAS E DE EQUIPAMENTOS TECNICOS, VISANDO O APRIMORAMENTO DAS ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISAS E EXTENSAO A COMUNIDADE. AMPLIAR O ACERVO BIBLIOGRAFICO COM A AQUISICAO DE LIVROS E PERIODICOS NACIONAIS E IMPORTADOS NUM TOTAL DE 3.800 E 630 RESPECTIVAMENTE.			120.166.550	
TOTAL		120.166.550	615.353.770	735.520.320	

ORÇAO - 10 CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS		FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA			
UNIDADE - 29					
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESEMBOLSAMENTO	PONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES				
1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			10.202.341	
1.2.1.0.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS				
1.2.1.0.99.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	134.786	134.786		
1.2.1.0.99.01	CONTRIBUIÇÃO ESCOLAR	134.786			
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	134.786			
1.3.1.0.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		59.448		
1.3.1.1.00.00	ALUGUEIS	3.000			
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.000			
1.3.2.1.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	56.448			
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	56.448			
1.6.0.0.99.00	OUTROS SERVIÇOS		108.784		
1.6.0.0.99.02	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	108.784			
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				
1.7.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		9.841.985		
1.7.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	9.841.985			
1.7.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS	9.841.985			
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.841.985			
1.9.9.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS		57.338		
1.9.9.0.99.00	OUTRAS RECEITAS	57.338			
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				
2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			11.969.089	
2.4.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS				
2.4.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	11.969.089			
2.4.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS	11.969.089			
2.4.1.2.01.01	RECURSOS DA ARRECAÇÃO DO TESOURO	11.969.089			

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
10.202.341	11.969.089	22.171.430

1000 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS		NATUREZA DA DESPESA		RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
2900 - FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA					
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	SUBITEM	ELEMENTO	CATEG. ECON.	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				10.077.070
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				9.995.565
3.1.1.0	PESSOAL		8.150.473		
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL	5.705.330			
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	5.351.598			
02	DIÁRIAS	68.465			
03	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	285.267			
3.1.1.3	OBRIGACOES PATRONAIS	2.443.143			
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		693.575		
3.1.3.0	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		1.146.517		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS				
3.1.9.0	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	1.146.517			
3.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		5.000		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.000			
3.2.8.0	CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP				81.505
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL		81.505		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				12.094.360
4.1.1.0	OBRAS E INSTALAÇÕES				
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		8.545.280		
4.1.9.0	DIVERSOS INVESTIMENTOS		3.549.070		
4.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		10		
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORREN.	TOTAL DAS DESP. CORREN.	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL
8.150.473	1.926.597	10.077.070	12.094.360		
					12.094.360
					22.171.430

1000 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO		NCZ 1.00	
2900 - FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA					
CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	EDUCAÇÃO E CULTURA				
	ENSINO SUPERIOR				22.171.430
	ENSINO DE GRADUAÇÃO				22.171.430
2900.08442051.087	EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A FUNDAÇÃO FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE APUCARANA				22.171.430
	AMPLIAR A ÁREA FÍSICA EM 832 M2 COM A CONSTRUÇÃO DE 04 SALAS DE AULA DO SETOR ADMINISTRATIVO EM 02 PAVIMENTOS E A CANTINA. RECUPERAR A UNIDADE E ATUALIZAR O ACERVO BIBLIOGRÁFICO COM AQUISIÇÃO DE 500 VOLUMES EM LIVROS E PERIÓDICOS. ADQUIRIR EQUIPAMENTOS DE MICROINFORMÁTICA VISANDO O APERFEIÇOAMENTO ADMINISTRATIVO E DIDÁTICO DA FACULDADE.				
		12.094.360			

1000 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS		PROGRAMA DE TRABALHO		NCZ\$ 1,00	
2900 - FUNDACAO FACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS ECONOMICAS UF APUCARANA					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
2900.08442052.097	ADMINISTRACAO DO ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA ADMINISTRAR O ENSINO SUPERIOR EM APUCARANA REFERENTE AOS 06 CURSOS DE CIENCIAS ECONOMICAS, CIENCIAS CONTABEIS, ADMINISTRACAO DE EMPRESAS, ADMINISTRACAO PUBLICA, ADMINISTRACAO HOSPITALAR E ADMINISTRACAO DE COMERCIO EXTERIOR COM 2.000 ALUNOS. OFERTAR 600 VAGAS EM 02 CONCURSOS VESTIBULARES- GRADUAR ANUALMENTE 200 ALUNOS. PROMOVER PESQUISA E EXTENSAO UNIVERSITARIA. REALIZAR 03 CURSOS DE ESPECIALIZACAO E 04 DE POS-GRADUACAO. FIRMAR CONVENIOS COM OUTRAS ENTIDADES VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO. MANTER AS 62 SALAS DIDATICAS E ADMINISTRATIVAS NUM TOTAL DE 6.656 M2 DE AREA CONSTRUIDA COM INSTALACOES ADEQUADAS E FUNCIONAIS PARA O BOM DESEMPENHO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS PELO CORPO DOCENTE, DISCENTE E PELO PESSOAL TECNICO-ADMINISTRATIVO.	I	I	10.077.070	
TOTAL		I	I	12.094.360	
		I	I	10.077.070	
		I	I	22.171.430	

RESUMATIVO DA RECEITA POR FONTES					NCZS 1,00
ORGAO - 34 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO - ENTIDADES VINCULADAS					
UNIDADE - 79 FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA - FUNDEPAR					
CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES				
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			188.336.736	
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS		22.323.883		
1.3.2.1.00.00	JUROS DE TITULOS DE RENDA	22.323.883			
1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES				
1.7.1.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS		164.012.853		
1.7.1.2.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	121.346.273			
1.7.1.2.01.00	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS	121.346.273			
1.7.1.2.03.00	CONVENIOS COM ORGAOS ESTADUAIS	119.190.299			
1.7.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				
1.7.2.1.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	2.149.974			
1.7.2.1.01.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	44.666.580			
1.7.2.1.01.30	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DO SALARIO-EDUCACAO	44.666.580			
1.7.2.1.09.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	35.000.000			
1.7.2.1.09.01	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	35.000.000			
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				
2.1.0.0.00.00	OPERACOES DE CREDITO				
2.1.1.0.00.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS		103.000.000		549.422.967
2.1.1.9.00.00	OUTRAS OPERACOES DE CREDITO INTERNAS	103.000.000			
2.1.1.9.01.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS - NAO VINCULADAS	103.000.000			
2.4.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL				
2.4.1.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTRA-GOVERNAMENTAIS		446.422.967		
2.4.1.2.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	445.832.967			
2.4.1.2.01.00	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS	445.832.967			
2.4.1.2.01.01	RECURSOS DA ARRECADACAO DO TESOURO	240.301.967			
2.4.1.2.02.00	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS	240.301.967			
2.4.1.2.02.09	COTA-PARTE DO SALARIO EDUCACAO - COTA ESTADUAL	205.531.000			
2.4.1.2.02.15	OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PARANA RURAL - BID	205.530.000			
2.4.2.0.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS				
2.4.2.1.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	1.000			
2.4.2.1.09.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	590.000			
2.4.2.1.09.01	CONVENIOS COM ORGAOS FEDERAIS	590.000			

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
188.336.736	549.422.967	737.759.703

3400 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO - ENTIDADES VINCULADAS					NCZS 1,00
7900 - FUNDACAO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARANA - FUNDEPAR					
CODIGO	ESPECIFICACAO	SUBELEMENTO	ELEMENTO	CATEG. ECONOM	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				148.219.806
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES				148.219.806
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				
3.1.1.0	PESSOAL				127.264.016
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL		32.425.231		
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	22.653.022			
02	DIARIAS	14.166.050			
03	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS	972.757			
3.1.1.3	OBRIGACOES PATRONAIS	7.514.215			
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO	9.772.209			
3.1.3.0	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		70.982.160		
3.1.3.1	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS		23.858.017		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	9.300			
3.1.9.0	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	23.846.717			
3.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		18.600		
3.2.0.0	TRANSFERENCIAS CORRENTES				
3.2.3.0	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS				20.935.790
3.2.3.1	SUBVENCOES SOCIAIS		5.290.000		
3.2.5.0	TRANSFERENCIAS A PESSOAS				
3.2.5.9	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS		9.316.554		
3.2.6.0	ENCARGOS DA DIVIDA INTERNA				
3.2.6.1	JUROS DA DIVIDA CONTRATADA		4.004.701		
3.2.6.2	OUTROS ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATADA	3.993.327			
3.2.8.0	CONTRIBUICOES PARA FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASCP	11.374			
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				
4.1.0.0	INVESTIMENTOS				589.539.897
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
4.1.3.0	INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUCAO ESPECIAL		111.061.373		583.152.313
4.1.9.0	DIVERSOS INVESTIMENTOS		472.090.010		
4.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		930		
4.3.0.0	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL				
4.3.5.0	AMORTIZACAO DA DIVIDA INTERNA				6.387.584
4.3.5.1	AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA				
		6.387.584			
32.425.231	115.794.575	148.219.806	583.152.313	6.387.584	589.539.897
					737.759.703

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 55/90

Curitiba, 16 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta à Programação a cargo da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR a importância de NCz\$ 191.992.000,00 (cento e noventa e um milhões, novecentos e noventa dois mil cruzados novos), conforme dotação abaixo:

- 3302.08421882.142 Programação a cargo da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.
- 4311.02 - auxílio a Entidades Estaduais para Execução de Outras Despesas de Capital.

Fonte 16 .....NCz\$ 47.430.000,00  
Fonte 00 .....NCz\$144.562.000,00

Informo que os recursos no valor de NCz\$ 144.562.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cruzados novos), deverão ser aplicados na execução de obras de reparos em unidades escolares do Estado e aquisição de carteiras escolares, e NCz\$ 47.430.000,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta mil cruzados novos), provenientes do acréscimo de 30% da receita de recolhimento centralizado da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação-Cota Estadual, deverão ser aplicados no ensino de 1º grau.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita na Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 191.992.000,00 (cento e noventa e um milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzados novos), na Programação a cargo da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, conforme dotação abaixo: -

- 3302.08421882.142 - Programação a cargo da Fund. Educacional do Paraná - FUNDEPAR.
- 4311.02 - Auxílio a Entidades Estaduais para Execução de Outras Despesas de Capital.

Fonte 16 .....NCz\$ 47.430.000,00

Fonte 00 .....NCz\$144.562.000,00

Art.2º - Os recursos no valor de NCz\$ 144.562.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil cruzados novos), deverão ser aplicados na execução de obras de reparos em unidades escolares do Estado e na aquisição de carteiras escolares, e NCz\$ 47.430.000,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e trinta mil cruzados novos), provenientes do acréscimo de 30% da receita de recolhimento centralizado da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação- Cota Estadual, deverão ser aplicados no ensino de 1º grau.

Art. 3º- Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 4º- Em decorrência do contido no artigo 1º desta Lei, fica suplementado o orçamento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989, conforme dotações a seguir:

- 3479.08421882.146 - Infraestrutura e Apoio Logístico ao Ensino de 1º Grau.
- 4120.00 - Equipamentos e Material Permanente.

Fonte 00 .....NCz\$ 64.562.000,00

- 4130-00 - Investimentos em Regime de Execução Especial.

Fonte 16 .....NCz\$ 47.430.000,00

Fonte 00 .....NCz\$ 80.000.000,00

Art. 5º- Em decorrência do artigo 4º desta lei, fica aprovada a 1ª Reformulação do orçamento próprio de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho da Fundação Educacional do Estado do Paraná- FUNDEPAR, conforme anexo.

Art. 6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 56/90

Curitiba, 16 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que abre crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.383.333.107,00 (quatro bilhões, trezentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e sete cruzados novos), para os orçamentos próprios das seguintes entidades:

- Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR NCz\$ 123.199.757,00.
- Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR

- Incorporação na FESTUR dos recursos

Governador do Estado

CONTINUA

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 4.383.333.107,00 (quatro bilhões, trezentos e oitenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil, cento e sete cruzados novos) aos orçamentos próprios para o exercício de 1990, da Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR, no valor de NCz\$ 123.199.757,00 (cento e vinte e três milhões, cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e sete cruzados novos), do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, no valor de NCz\$ 4.206.345.600,00 (quatro bilhões, duzentos e seis milhões, trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos cruzados novos), e da Junta Comercial do Paraná - JCP, no valor de NCz\$ 53.787.750,00 (cinquenta e três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e cinquenta cruzados novos), conforme detalhamento de despesa no anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente da atualização em

200% das receitas próprias da incorporação de recursos no SERLOPAR resultantes da Loteria Instantânea de Resultados Imediatos, instituída pelo Decreto nº 6.567 de 15 de fevereiro de 1990; da incorporação de recursos na FESTUR proveniente do SERLOPAR de acordo com a Lei Complementar nº 50 de 08 de janeiro de 1990 e Decretos nºs 6.499 e 6.500 de 18/01/90 e nº 6.567 de 15/02/90 e, da incorporação de recursos provenientes de superávit financeiro apurado nos balanços das Entidades, no exercício de 1989.

Art. 3º - Em decorrência do artigo 1º desta lei fica aprovada a 1ª reformulação dos orçamentos próprios, de receita por fontes, natureza de despesa e programa de trabalho da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, do Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR e da Junta Comercial do Paraná - JCP, conforme anexos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

ANEXO I									
ICODIG	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ITEM	VALOR	IN. DOI	IPROCI	ICOP	SUPLEMENTACAO NCZ\$ 1,00	
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - RENDIMENTOS VINICULADOS	1	1	17.724.076	100531	1	1		
2460	SERVICO DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - SERLOPAR	1	1	2.900.000	100531	1	1		
2227	EXPLOACAO DE SERVICOS LOTERICOS	1	1	2.900.000	100531	1	1		
		1	1	1.900.000	100531	1	1		
		1	1	12.232.000	100531	1	1		
		1	1	1.400.000	100531	1	1		
		1	1	2979.063.504	100531	1	1		
		1	1	10.000.000	100531	1	1		
		1	1	8.500.000	100531	1	1		
		1	1	1100.000.000	100531	1	1		
		1	1	200.000	100531	1	1		
		1	1	50.000.000	100531	1	1		
		1	1	66.000	100531	1	1		
		1	1	5.200.000	100531	1	1		
		1	1	14.000.000	100531	1	1		
		1	1	240.000	100531	1	1		
2463	JUNTA COMERCIAL DO PARANA - JCP	1	1	849.654	100411	1	1		
1045	PROCESSAMENTO E AGILIZACAO DAS INFORMACOES AOS USUARIOS	1	1	4.077.248	100411	1	1		
		1	1	6.576.657	100411	1	1		
		1	1	7.402.172	100411	1	1		
		1	1	545.346	100411	1	1		
		1	1	1.864.720	100411	1	1		
		1	1	1.665.989	100411	1	1		
		1	1	1.651.430	100411	1	1		
		1	1	122.062	100411	1	1		
		1	1	11.448.180	100411	1	1		
		1	1	1.500.000	100411	1	1		
		1	1	1.040.092	100411	1	1		
		1	1	10.000.000	100411	1	1		
		1	1	4.766.000	100411	1	1		
		1	1	258.000	100411	1	1		
2164	REGISTRO DE EMPRESAS	1	1	4363.333.107	1	1	1		

[illegible]

NR: 16/88-PP  
PÁGINA: 01  
NOTES 1.00

ANEXO III

NATUREZA DA DESPESA

FESTUR

ENTIDADES VINCULADAS

CHIEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS

FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO - FESTUR

RECURSOS

NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LIBERADO	ORÇAMENTO INICIAL	LIBERADO	DIFERIDO	RAP	TOTAL	TOTAL
31110100	00		8.264.468	8.264.468			8.264.468	8.264.468
31110200	00		122.760	122.760			122.760	122.760
31110300	00		10.000	10.000			10.000	10.000
31130000	00		2.572.215	2.572.215			2.572.215	2.572.215
31200000	00		7.139.788	7.139.788			7.139.788	7.139.788
31310000	00	4.556.030					4.556.030	4.556.030
	01	248.174					248.174	248.174
	02	2.362.200					2.362.200	2.362.200
	90	1.468.820					1.468.820	1.468.820
	00	8.635.224	7.139.788	7.139.788			15.775.612	15.775.612
	00		500.730	500.730			500.730	500.730
	40	1.568.465					1.568.465	1.568.465
	01	444.407					444.407	444.407
	02	1.400.864					1.400.864	1.400.864
	00	3.433.736	500.730	500.730			3.934.466	3.934.466
31320000	00		11.222.129	11.222.129			11.222.129	11.222.129
	40	21.848.387					21.848.387	21.848.387
	01	1.164.629					1.164.629	1.164.629
	02	2.249.762					2.249.762	2.249.762
	90	22.120.460					22.120.460	22.120.460
	00	47.383.238	11.222.129	11.222.129			58.605.367	58.605.367
31920000	00		9.300	9.300			9.300	9.300
	40	10.000					10.000	10.000
	00	10.000	9.300	9.300			19.300	19.300
32230200	00		748.280	748.280			748.280	748.280
	40	13.000.000					13.000.000	13.000.000
	00	20.000.000					20.000.000	20.000.000
	90	33.000.000	748.280	748.280			33.748.280	33.748.280
32310000	00		2.168.750	2.168.750			2.168.750	2.168.750
	40	779.000					779.000	779.000
	00	779.000	2.168.750	2.168.750			2.947.750	2.947.750
32410000	00		120	120			120	120
32420000	00		103	103			103	103
32800000	00		93.700	93.700			93.700	93.700
41100000	00		1.237.728	1.237.728			1.237.728	1.237.728
	40	101.472					101.472	101.472
	01	847.782					847.782	847.782
	00	949.254	1.237.728	1.237.728			2.186.982	2.186.982
41200000	00		1.667.313	1.667.313			1.667.313	1.667.313
	01	1.935.072					1.935.072	1.935.072
	00	1.935.072	1.667.313	1.667.313			3.602.385	3.602.385

10 - CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - ENTIDADES VINCULADAS		NATUREZA DA DESPESA		ANEXO III		T E S O U R O		T O T A L	
20 - FUNDAÇÃO DE ESPORTE E TURISMO - FESTUR									
NATUREZA I FON I	TE I	ORÇAMENTO I	LIBERADO I	DIFERIDO I	RAP I	TOTAL I	ORÇAMENTARIO I	TOTAL I	GERAL I
I	I	INICIAL I							
41300000	00	65.100	65.100			65.100		65.100	65.100
	B1	5.289.782						5.289.782	5.289.782
	B2	27.900						27.900	27.900
	T	5.317.682	65.100			65.100		5.382.782	5.382.782
42610000	00		734.700			734.700		734.700	734.700
42620000	00		9.300.000			9.300.000		9.300.000	9.300.000
43230000	00	69.750	69.750			69.750		69.750	69.750
	40	13.000.000						13.000.000	13.000.000
	90	20.000.000						20.000.000	20.000.000
	T	33.000.000	69.750			69.750		33.069.750	33.069.750
43510000	00	4.464	4.464			4.464		4.464	4.464
TOTAL		45.931.398	45.931.398			45.931.398		180.374.604	180.374.604

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79																						

[illegible]

[illegible]

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS  
NATUREZA DA DESPESA  
ANEXO VI  
SERVICO DA LOTERIA DO ESTADO DO PARANA - SERLOPAR

NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LIBERADO	ORÇAMENTO INICIAL	LIBERADO	DIFERIDO	CAP	TOTAL	TOTAL	TOTAL
31110100	90	19.066.144					19.066.144		
31110200	90	3.100.000					3.100.000		
31110300	90	3.100.000					3.100.000		
31130000	90	2.000.000					2.000.000		
31200000	90	13.348.000					13.348.000		
31310000	90	1.000.000					1.000.000		
31320000	40	15.000.000					15.000.000		
	90	3.097.309.756					3.097.309.756		
	90	3.112.309.756					3.112.309.756		
31920000	40	8.500.000					8.500.000		
	90	400.000					400.000		
	90	8.900.000					8.900.000		
32110200	90	100.000					100.000		
32110400	90	1.100.000.000					1.100.000.000		
32140000	90	200.100					200.100		
32230200	90	4.650.000					4.650.000		
32310000	90	50.334.800					50.334.800		
32350000	90	129.000					129.000		
32590000	90	500					500		
32030000	90	6.600.000					6.600.000		
41100000	90	4.650.000					4.650.000		
41200000	90	21.000.000					21.000.000		
41300000	90	4.650.000					4.650.000		
41920000	90	50.000					50.000		
42610000	90	360.000					360.000		
43150000	90	100					100		
43230000	90	9.300.000					9.300.000		
TOTAL		4.366.268.400					4.366.268.400		

NATUREZA DA DESPESA	FONTE	LIBERADO	ORÇAMENTO INICIAL	LIBERADO	DIFERIDO	CAP	TOTAL	TOTAL	TOTAL
31110100	90	19.066.144					19.066.144		
31110200	90	3.100.000					3.100.000		
31110300	90	3.100.000					3.100.000		
31130000	90	2.000.000					2.000.000		
31200000	90	13.348.000					13.348.000		
31310000	90	1.000.000					1.000.000		
31320000	40	15.000.000					15.000.000		
	90	3.097.309.756					3.097.309.756		
	90	3.112.309.756					3.112.309.756		
31920000	40	8.500.000					8.500.000		
	90	400.000					400.000		
	90	8.900.000					8.900.000		
32110200	90	100.000					100.000		
32110400	90	1.100.000.000					1.100.000.000		
32140000	90	200.100					200.100		
32230200	90	4.650.000					4.650.000		
32310000	90	50.334.800					50.334.800		
32350000	90	129.000					129.000		
32590000	90	500					500		
32030000	90	6.600.000					6.600.000		
41100000	90	4.650.000					4.650.000		
41200000	90	21.000.000					21.000.000		
41300000	90	4.650.000					4.650.000		
41920000	90	50.000					50.000		
42610000	90	360.000					360.000		
43150000	90	100					100		
43230000	90	9.300.000					9.300.000		
TOTAL		4.366.268.400					4.366.268.400		

TOTAL 4.366.268.400

DEMONSTRATION FOR REFUGEES

## ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÃO	DESEMBOLAMENTO	FONTE	VALOR
RECEITAS CORRENTES			73.112.000
RECEITA PATRIMONIAL			
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS			20.852.402
RECEITA DE SERVIÇOS			45.194.335
SERVÍCIOS DO REGISTRO DO COMÉRCIO -- JCP			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			70.000
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			70.000
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO			70.000
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO			70.000
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS			70.000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			
RECEITAS DIVERSAS			8.995.090
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			8.939.090
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES -- RECURSOS DIVERSOS			8.939.090
OUTRAS RECEITAS			56.000
RECEITAS DE CAPITAL			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			100.000
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			100.000
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO			100.000
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO			100.000
CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS			100.000

1	RECEITAS	1	RECEITAS DE	1	TOTAL
1	CORRENTES	1	CAPITAL	1	GERAL
1		1		1	
1		1		1	
1	76.112.080	1	100.000	1	76.212.080

## ANEXO VII

[illegible]

[illegible]

Curitiba, 16 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta ao Orçamento Geral do Estado a importância de NCz\$ 46.461.806,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e seis cruzados novos) que serão distribuídos aos seguintes programas:

- Administração do Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP  
NCz\$ 66.900,00.
- Fundo Penitenciário  
NCz\$ 3.137.913,00.
- Fundo Especial de Reequipamento Médico/Sanitário FUNRESAN  
NCz\$ 3.627.000,00.
- Programação a cargo do DETRAN  
NCz\$ 22.912.445,00.
- Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL  
NCz\$ 12.052.800,00.
- Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social Lei nº 8.328/86  
NCz\$ 4.664.748,00.
- TOTAL  
NCz\$ 46.461.806,00.

Informo que os valores de cada programa, referem-se à recomposição das despesas vinculadas de 30% de forma a deixar de acordo com os valores da receita constantes do artigo 2º da Lei Estadual nº 9.173, de 27 de dezembro de 1989.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 46.461.806,00 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, oitocentos e seis cruzados novos) na programação do Orçamento Geral do Estado, conforme dotações abaixo:

- 2701.04180211.119 - Administração do Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP.
- 4313.00 - Contribuições a Fundos

- fonte 22 NCz\$ 66.900,00.
- 4304.02080151.005 - Fundo Penitenciário.
- 4130.00 - Investimento em Regime de Execução Especial
- fonte 23 NCz\$ 3.137.913,00.
- 3901.13754281.004 - Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário - FUNRESAN.
- 4120.00 - Equipamento e Material Permanente
- fonte 24 NCz\$ 3.627.000,00.
- 4102.06305732.033 - Programação a cargo do Departamento de Trânsito - DETRAN.
- 4313.00 - Contribuições a Fundos
- fonte 28 NCz\$ 20.088.000,00.
- 4311.02 - Auxílio a Entidades Estaduais para a Execução de Outras Despesas de Capital
- fonte 30 NCz\$ 2.824.445,00.
- 4104.06301741.009 - Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL.
- 4130.00 Investimentos em Regime de Execução Especial
- fonte 29 NCz\$ 12.052.800,00.
- 0901.15814832.217 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 8.328/86.
- 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial
- fonte 31 NCz\$ 4.664.748,00.

Art. 2º - Servirá como fonte de recursos para cobertura da presente suplementação, importância decorrente de saldo de receita existente na Lei nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica suplementado o orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989 conforme dotações abaixo:

- 4286.06301771.008 - Fundo Especial de Reequipamento do Trânsito - FUNRESTRAN.
- 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial
- fonte 28 NCz\$ 20.088.000,00.
- 4286.06305732.048 - Coordenação e Controle do Tráfego Urbano.
- 4120.00 - Equipamento e Material Permanente
- fonte 30 NCz\$ 2.824.445,00.

Art. 4º - Em decorrência do artigo 3º desta lei fica aprovada a 1ª reformulação do orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme anexo.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES					NCZ\$ 1,00
ORGÃO - 42	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES VINCULADAS				
UNIDADE - 86	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO - DETRAN				
CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA	
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES				
1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL				
1.3.2.0.00.00	RECEITA DE VALORES IMOBILIÁRIOS		52.080.000		164.700.071
1.3.2.1.00.00	JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	52.080.000			
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	52.080.000			
1.6.0.0.09.00	SERVIÇOS DO DETRAN		32.909.547		
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.909.547			
1.7.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		79.519.874		
1.7.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	78.249.959			
1.7.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS	78.249.959			
1.7.1.2.03.00	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS ESTADUAIS	77.075.183			
1.7.2.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.174.776			
1.7.2.1.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.269.915			
1.7.2.1.09.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.269.915			
1.7.2.1.09.01	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS	1.269.915			
1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		190.650		
1.9.9.0.00.00	RECEITAS DIVERSAS	190.650			
1.9.9.0.99.00	OUTRAS RECEITAS				
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL				
2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				
2.4.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		99.287.262		99.287.262
2.4.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	99.287.262			
2.4.1.2.02.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS	99.287.262			
2.4.1.2.02.10	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA -	99.287.262			
2.4.1.2.02.11	ATOS DO DETRAN				
	MULTAS POR INFRAÇÃO AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO -	12.239.262			
	FUNRESTRAN				
		87.048.000			

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
164.700.071	99.287.262	263.987.333

4200 - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA - ENTIDADES VINCULADAS					NCZ\$ 1,00		
6000 - DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN					RECURSOS DE TODAS AS FONTES		
CODIGO	ESPECIFICACAO			SUBITEM	ELEMENTO	CATEG. ECONOM	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES					164.309.421	
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO					158.720.006	
3.1.1.0	PESSOAL				36.521.076		
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL			33.200.979			
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS			33.200.979			
02	DIARIAS			29.880.979			
03	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS			1.328.000			
3.1.1.3	OBRIGACOES PATRONAIS			1.992.000			
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO			3.320.097			
3.1.3.0	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				8.226.108		
3.1.3.1	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS				113.642.903		
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS			50.000			
3.1.9.0	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO			113.592.903			
3.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES				329.919		
3.2.0.0	TRANSFERENCIAS CORRENTES			329.919			
3.2.3.0	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS				4.547.856	5.589.415	
3.2.3.1	SUPRENCIOS SOCIAIS			4.547.856			
3.2.5.0	TRANSFERENCIAS A PESSOAS				620.599		
3.2.5.3	SALARIO FAMILIA						
3.2.5.9	OUTRAS TRANSFERENCIAS A PESSOAS			368.899			
3.2.8.0	CONTRIBUICOES PARA FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP			251.700			
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL				420.960		
4.1.0.0	INVESTIMENTOS					99.677.912	
4.1.1.0	OBRAS E INSTALACOES					99.053.165	
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				6.245.218		
4.1.3.0	INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUCAO ESPECIAL				4.839.086		
4.1.9.0	DIVERSOS INVESTIMENTOS				87.899.000		
4.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES				69.861		
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS			69.861			
4.2.2.0	AQUISICAO DE OUTROS BENS DE CAPITAL JA EM UTILIZACAO				437.203	624.747	
4.2.6.0	CONSTITUICAO OU AUMENTO DO CAPITAL DE EMPRESAS COMERCIAIS OU FINANCEIRAS				187.544		
4.2.6.1	AQUISICAO DE TERMINAIS TELEFONICOS			187.544			
PESSOAL E ENC.SOCIAIS	OUTRAS DESP.CORREN.	TOTAL DAS DESP.CORREN.	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	TOTAL DAS DESP.CAPITAL	TOTAL GERAL
36.889.975	127.419.446	164.309.421	99.053.165	624.747		99.677.912	263.987.333

	DEPESA NACIONAL E SEGURANCA PUBLICA			263.987.333
	SEGURANCA PUBLICA			263.987.333
	POLICIAMENTO MILITAR			87.048.000
8600.06301771.008	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO DO TRANSITO - FUNRESTRAN			
	AMPLIAR E RECUPERAR AS INSTALACOES FISICAS E PROCEDER A AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS NECESSARIOS A MELHORIA DA INFRA-ESTRUTURA DA POLICIA MILITAR - PMPR E DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO - DETRAN, VISANDO MANter A SEGURANCA NO TRAFEGO DE VEICULOS E PEDESTRES NAS VIAS PUBLICAS URBANAS E APERFEICAR OS SISTEMAS DE POLICIAMENTO MILITAR, BEM COMO MELHORAR O ATENDIMENTO AO USUARIO NOS SERVICOS DE TRANSITO. SAO METAS PARA O EXERCICIO			
	A) PROGRAMACAO DESTINADA AO DETRAN			
	- OBRAS DE CONSTRUCAO			
	- CONSTRUIR CERCA DE 2.098 M2 PARA INSTALACAO DE 07 CIRETRANS NO INTERIOR DO ESTADO			
	- CONSTRUIR EM CURITIBA A SEDE DO DETRAN COM 500 M2 A CRECHE COM 500 M2 O ARQUIVO GERAL E A CENTRAL DE MICROFILMAGEM COM 2.100 M2.			
	- EQUIPAMENTOS E OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			
	- AQUISICAO DE 12 VEICULOS EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA A AREA DE INFORMATICA E OUTROS ESPECIFICOS COM A FINALIDADE DE EXECUTAR E MANter OS SERVICOS DE TRANSITO.			
	- B) PROGRAMACAO DESTINADA A PMPR			
	- OBRAS DE CONSTRUCAO			
	- CONSTRUIR CERCA DE 8.957 M2 PARA INSTALACAO DO BATALHAO METROPOLITANO, 7 COMPANHIAS E 2 PELOTOES DOS BPM, 5 ALOJAMENTOS, GARAGEM DO QGC, OFICINA CENTRAL, BATA E DEPOSITO DO RHOMT DA POLICIA MILITAR, LOCALIZADOS NOS DIVERSOS MUNICIPIOS PARANAENSES.			
	- EQUIPAMENTOS E OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			
	- ADQUIRIR 83 VEICULOS PARA PATRULHAMENTO, ATENDIMENTO DE ACIDENTES, FISCALIZACAO E TRANSPORTE DO PESSOAL MILITAR			
	- ADQUIRIR EQUIPAMENTOS NECESSARIOS AO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS DA POLICIA MILITAR, BEM COMO EFETUAR A COMPRA DE 50 CAVALOS PARA TRANSPORTE DE POLICIAIS NOS SERVICOS DE PATRULHAMENTO.			
		87.048.000		
	CONTROLE E SEGURANCA DE TRAFEGO URBANO			176.939.333
8600.06305732.048	COORDENACAO E CONTROLE DO TRAFEGO URBANO			
	DESENVOLVER ACOES QUE VISEM PRESTAR MELHOR ATENDIMENTO AO USUARIO DOS SERVICOS DE TRANSITO, TAIS			
	DESENVOLVER ACOES QUE VISEM PRESTAR MELHOR ATENDIMENTO AO USUARIO DOS SERVICOS DE TRANSITO, TAIS COMO			
	- CADASTRAR CONDUTORES DE VEICULOS EM TODO O ESTADO.			
	- EMITIR CERCA DE 173.490 CNH-CARTEIRA NACIONAL DE HABILITACAO.			
	- EXPEDIR CERCA DE 526.791 DUT-DOCUMENTO UNICO DE TRANSITO.			
	- EXPEDIR CERCA DE 1.400.000 DUAL-DOCUMENTO UNICO ANUAL DE LICENCIAMENTO.			
	- PRESTAR ATENDIMENTO A ACIDENTES.			
	- EMITIR CERCA DE 149.678 CERTIDOES DE TRANSITO.			
	- PROCEDER INSPECOES EM CIRETRANS, POSTOS DE SERVICOS, DESPACHANTES E AUTO-ESCOLAS.			
	- REALIZAR CURSOS DE INTRODUCAO FUNCIONAL E PARA EXAMINADORES DE TRANSITO.			
	- PROMOVER OS LEILOES PUBLICOS DE VEICULOS.			
	- ELABORAR, IMPLANTAR E AVALIAR OS PLANOS DE CIRCULACAO VIARIOS URBANOS.			
			176.939.333	
	TOTAL	87.048.000	176.939.333	263.987.333

MENSAGEM N° 58/90

Curitiba, 16 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta à Programação a cargo da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC a importância de NCz\$ 56.810.000,00 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e dez mil cruzados novos), conforme dotação abaixo:

- 3102.07593232.174 - Programação a cargo da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

- 4311.02 - Auxílio a entidades Estaduais para Execução de Despesas de Capital

- fonte 20 NCz\$ 56.810.000,00.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida suplementação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 56.810.000,00 (cinquenta e seis milhões, oitocentos e dez mil cruzados novos), na Programação a cargo da Coordenação da Região Metropolita-

tana de Curitiba - COMEC, conforme dotação abaixo:

- 3102.07593232.174 - Programação a cargo da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba.

- 4311.02 - Auxílio a entidades Estaduais para Execução de Outras Despesas de Capital

- fonte 20 NCz\$ 56.810.000,00.

Art. 2° - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento do Estado para o exercício de 1990.

Art. 3° - Em decorrência do contido no artigo 1° desta lei, fica suplementado o orçamento próprio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989 conforme dotações abaixo:

- 3278.07591831.078 - Programa de Investimentos para a Região Metropolitana de Curitiba - PIRMC.

- 4130.00 - Investimentos em Regime de Execução Especial

- fonte 20 - NCz\$ 56.810.000,00.

Art. 4° - Em decorrência do artigo 3° desta lei fica aprovada a 1ª reformulação do orçamento próprio de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, conforme anexo.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES					
UNIDADE	CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS					
COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
1.0.0.0.00.00	1	RECEITAS CORRENTES	1	1	1
1.1.0.0.00.00	1	RECEITA PATRIMONIAL	1	1	1
1.3.9.0.00.00	1	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1	1	1
1.7.0.0.00.00	1	TRANSFERENCIAS CORRENTES	1	12.000	5.721.428
1.7.1.0.00.00	1	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1	1	1
1.7.1.2.00.00	1	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	1	5.709.428	1
1.7.1.2.01.00	1	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS	1	5.709.428	1
2.0.0.0.00.00	1	RECEITAS DE CAPITAL	1	5.709.428	1
2.4.0.0.00.00	1	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1	1	95.650.001
2.4.1.0.00.00	1	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1	1	1
2.4.1.2.00.00	1	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	1	1	1
2.4.1.2.01.00	1	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINARIOS	1	77.201.180	1
2.4.1.2.01.01	1	RECURSOS DA ARRECADACAO DO TESOURO	1	18.731.200	1
2.4.1.2.02.00	1	TRANSFERENCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS	1	18.731.200	1
2.4.1.2.02.14	1	OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS - PROGRAMACAO NORMAL	1	58.469.980	1
2.4.2.0.00.00	1	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1	58.469.980	1
2.4.2.1.00.00	1	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	1	18.446.821	1
2.4.2.1.09.00	1	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	1	18.446.821	1
2.4.2.1.09.01	1	CONVENIOS COM ORGaos FEDERAIS	1	18.446.821	1
2.4.2.2.00.00	1	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	1	18.446.821	1
2.4.2.2.09.00	1	OUTRAS TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	1	1.000	1
2.4.2.2.09.01	1	CONVENIOS COM ORGaos ESTADUAIS	1	1.000	1
2.5.0.0.00.00	1	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1	1.000	1
2.5.9.0.00.00	1	OUTRAS RECEITAS	1	1.000	1

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
5.721.428	95.650.001	101.371.429

3200 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS				NC23 1,00	
NATUREZA DA DESPESA				RECURSOS DE TODAS AS FONTES	
7800 - COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
CODIGO	ESPECIFICACAO	SUBITEM	ELEMENTO	CATEG.ECONOM	
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			5.711.428	
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			5.353.728	
3.1.1.0	PESSOAL		4.728.487		
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL				
01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	3.079.167			
02	DIARIAS	3.079.167			
03	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	5.000			
3.1.1.3	OBRIGACOES PATRONAIS	1.000			
03	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	1.649.320			
3.1.1.3	OBRIGACOES PATRONAIS	1.649.320			
3.1.2.0	MATERIAL DE CONSUMO		210.000		
3.1.3.0	SERVICOS DE TERCEIROS E ENCARGOS		413.241		
3.1.3.1	REMUNERACAO DE SERVICOS PESSOAIS	1.000			
3.1.3.2	OUTROS SERVICOS E ENCARGOS	412.241			
3.1.9.0	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO		2.000		
3.1.9.1	SENTENÇAS JUDICIARIAS	1.000			
3.1.9.2	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.000			
3.2.0.0	TRANSFERENCIAS CORRENTES			357.700	
3.2.3.0	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		354.340		
3.2.3.1	SUPREVENCOES SOCIAIS	354.340			
3.2.5.0	TRANSFERENCIAS A PESSOAS		1.000		
3.2.5.3	SALARIO FAMILIA	1.000			
3.2.8.0	CONTRIBUICOES PARA FORMACAO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO - PASEP		2.360		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			95.660.001	
4.1.0.0	INVESTIMENTOS			95.650.701	
4.1.1.0	OBRA E INSTALACOES		50.000		
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		600.000		
4.1.3.0	INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUCAO ESPECIAL		95.000.701		
4.3.0.0	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL			9.300	
4.3.2.0	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		9.300		
4.3.2.3	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	9.300			
PESSOAL E ENC.SOCIAIS	OUTRAS DESP.CORREN.	TOTAL DAS DESP.CORREN.	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL
4.729.487	981.941	5.711.428	95.650.701		9.300
					95.660.001
					101.371.429

3200 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS				NC23 1,00	
PROGRAMA DE TRABALHO					
7800 - COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL			101.371.429	
	REGIOES METROPOLITANAS			67.832.638	
	ADMINISTRACAO GERAL			9.361.658	
7800.07590212.185	COORDENACAO DAS ACOES DE GOVERNO NA RMC				
	PROVER RECURSOS NECESSARIOS A MANUTENCAO DA				
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA-COMEC,				
	CUJAS ATRIBUICOES COMPREENDEM A ELABORACAO DE ESTUDOS,				

CONTINUA NA PROXIMA PAGINA

3200 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO F DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS				NCZ\$ 1,00	
7800 - COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC					
C O D I G O	E S P E C I F I C A C A O	PROJETOS	ATIVIDADES	T O T A L	
	PROGRAMAS E PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA REGIONAL, USO DO SOLO, PLANOS DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, PRESERVACAO AMBIENTAL, RECURSOS HIDRICOS E MELHORIA DOS SERVICOS PUBLICOS DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA. ASSEGURAR A INTEGRACAO DAS ACOES DO GOVERNO NA REGIAO.				
7800.07591831.078	PROGRAMACAO ESPECIAL		9.361.658		58.470.980
	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - PIRMC				
	DOTAR OS MUNICIPIOS DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA, COM APOIO FINANCEIRO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, DE CONDIC0ES PARA INVESTIMENTO E/OU ATENDIMENTO NAS AREAS DE SAUDE, HABITACAO E URBANISMO, EDUCACAO, CULTURA E ESPORTE, TRANSPORTES PUBLICOS, SISTEMA VIARIO, ABASTECIMENTO ALIMENTAR, SANEAMENTO BASICO, MEIO-AMBIENTE E APERFEIÇAMENTO INSTITUCIONAL. PAVIMENTAR EM 1990 CERCA DE 9 KM DE VIAS URBANAS.				
	TRANSPORTE URBANO	58.470.980			33.538.791
	VIAS URBANAS				33.538.791
7800.07915751.079	IV PROJETO ETU/RIOD DE INVESTIMENTOS EM TRANSPORTES URBANOS				
	PROMOVER A IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA INFRA-ESTRUTURA DO SISTEMA METROPOLITANO DE TRANSPORTE URBANO, MEDIANTE				
	- IMPLANTAR 6 KM DE TRECHO DO ANEL INTERNO DO CONTORNO NORTE.				
	- PAVIMENTACAO E/OU RECUPERACAO EM 8 KM DE VIAS URBANAS.				
	- INVESTIMENTOS EM FAVOR DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS PARA FEMCOMPOSICAO DO PARQUE DE MAQUINAS, DOS EQUIPAMENTOS RODUVIARIOS E DE PAVIMENTOS JA COMPROMETIDOS PELO USO				
	- INVESTIMENTOS EM FAVOR DO SETOR DE TRANSPORTES URBANOS, PARA AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, TREINAMENTO DE PESSOAL E CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA DE APOIO A SEGURANCA DE TRANSITO E ELABORACAO DO PLANO DIRETOR DE TRANSPORTES URBANOS				
T O T A L		92.009.771	9.361.658		101.371.429

MENSAGEM N° 59/90.

Curitiba, 16 de março de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, que aquela Entidade pretende realizar.

Ocorre que o referido imóvel, constante de um terreno com 71.577,48 metros quadrados, situado no lugar denominado Santo Antonio do Tarumã (Cajuru), nesta Capital, foi havido pelo Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, por doação feita pelo Estado do Paraná, conforme Escritura Pública lavrada em 13 de junho de 1957, no 8.º Tabelião desta Capital, transcrita sob n° 12.367, no livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Circunscrição da Comarca de Curitiba. Em tal escritura de doação consta condição resolutiva de que "caso o donatário venha a dissolver-se ou extinguir-se o referido imóvel retornará ao patrimônio do doador, bem assim as benfeitorias nele edificadas".

O Instituto das Irmãs Oblatas, em requerimento protocolado na Secretaria de Estado da Administração demonstra a necessidade de alienar parte do terreno em referência, para somar recursos indispensáveis a fim de que o educandário que mantém possa prosseguir dispensando razoável atendimento às menores carentes ali instaladas e, ainda, para que tenha condições de continuar no cumprimento de suas finalidades sociais.

Assim, a medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa é, por todos os aspectos, considerada plenamente justa e oportuna, ressaltando-se que a parte restante do imóvel em causa continuará sujeita à condição resolutiva antes mencionada.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir na alienação de uma área de aproximadamente 51.000 m² (cinquenta e um mil metros quadrados), destacada de área maior doada pelo Estado ao Instituto das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, pela escritura lavrada em 13 de junho de 1957, no 8.º Tabelionato desta Capital, transcrita sob n° 12.367, no livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da 2.ª Cir-

cunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
À Assembléia Legislativa.

MENSAGEM N° 60/90

Curitiba, 16 de março de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto que acrescenta à programação a cargo do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU a importância de NCz\$ 58.708.714,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oito mil, setecentos e quatorze cruzados novos), na Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, conforme dotação abaixo:

- 3102.07401831.150 - Programação a cargo do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU
- 4313.00 - Contribuições a Fundos
- fonte 10 - NCz\$ 20.925.000,00
- fonte 40 - NCz\$ 37.783.714,00

Informo que os recursos acima citados deverão ser aplicados no Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, conforme a Lei Estadual n° 8.917 de 15 de dezembro de 1988.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é a decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 58.708.714,00 (cinquenta e oito milhões, setecentos e oito mil, setecentos e quatorze cruzados novos), para atendimento da Programação a cargo do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU, na Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, conforme dotação abaixo:

- 3102.07401831.150 - Programação a cargo do Fundo de Desenvolvimento Urbano - FDU
- 4313.00 - Contribuições a Fundos
- fonte 10 - NCz\$ 20.925.000,00
- fonte 19 - NCz\$ 37.783.714,00

Art. 2º - Os recursos especificados no artigo 1º deverão ser aplicados no Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, conforme a Lei Estadual n° 8.917, de 15 de dezembro de 1988.

Art. 3º - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita

Curitiba, segunda, em 26.03.90

Pág. 25

existente na Lei n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1990.

Art. 4° - Em decorrência do contido no artigo 1°, desta lei, fica suplementado o orçamento próprio da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, aprovado pela Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989 conforme dotações abaixo:

- 3277.07401831.185 - Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU
- 4270.00 - Concessão de Empréstimos

- fonte 10 - NCz\$ 20.925.000,00
- fonte 19 - NCz\$ 37.783.714,00

Art. 5° - Em decorrência do artigo 4° desta lei fica aprovada a primeira reformulação do orçamento próprio de receita por fontes, natureza da despesa e programa de trabalho, da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, conforme anexo.

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa

DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES						NCZ\$ 1.00
OPCAD - 32 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS						
UNIDADE - 77 FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - FAMEPAR						
CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA		
1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES					
1.6.0.0.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS					
1.6.0.0.99.00	OUTROS SERVIÇOS				46.683.823	
1.6.0.0.99.02	OUTRAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS					
1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.030.000	8.030.000			
1.7.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
1.7.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	38.653.823			38.653.823	
1.7.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS					
1.7.1.2.02.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS	29.330.108				
1.7.1.2.02.13	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PEDU - BIRD	9.323.715				
2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL					
2.4.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL					
2.4.1.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
2.4.1.2.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	297.160.714			297.160.714	
2.4.1.2.01.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS ORDINÁRIOS					
2.4.1.2.01.01	RECURSOS DA APROPRIAÇÃO DO TESOURO	5.580.000				
2.4.1.2.02.00	TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO - RECURSOS VINCULADOS					
2.4.1.2.02.14	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PROGRAMAÇÃO NORMAL	291.580.714				
2.4.1.2.02.17	OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS - PEDU - BIRD	46.500.000				
2.4.1.2.02.18	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS - PRAM	154.405.714				
		90.675.000				

RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL	TOTAL GERAL
46.683.823	297.160.714	343.844.537

3200 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS						NCZ\$ 1.00
7700 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - FAMEPAR						
NATUREZA DA DESPESA						
RECURSOS DE TODAS AS FONTES						
CODIGO	ESPECIFICACAO	SUBELEMENTO	ELEMENTO	CATEG. ECONOM		
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES					
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO				46.693.823	
3.1.1.0	PESSOAL					
3.1.1.1	PESSOAL CIVIL				44.033.423	
3.1.1.2	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS	12.030.000	12.030.000			
3.1.1.3	DIÁRIAS	11.748.000	11.748.000			
3.1.1.3	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	281.000	281.000			
3.1.2.0	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	1.000	1.000			
3.1.3.0	MATERIAL DE CONSUMO	5.792.333	5.792.333			
3.1.3.1	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS				1.820.515	
3.1.3.2	REMOBILIZAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS				24.381.575	
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	5.906.842	5.906.842			
3.1.3.2	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS	18.394.733	18.394.733			
3.1.9.0	DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO					
3.1.9.1	SENTENÇAS JUDICIAIS				9.000	
3.1.9.2	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.000	3.000			
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.000	6.000			
3.2.2.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
3.2.2.3	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				1.660.400	
3.2.3.0	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	190.000	190.000			
3.2.3.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	190.000	190.000			
3.2.8.0	SURVEILHÂNCIA SOCIAL				1.385.400	
	CONDIÇÕES PARA FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO - PASEP	1.385.400	1.385.400			
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL					
4.1.0.0	INVESTIMENTOS					
4.1.1.0	OBRAS E INSTALAÇÕES				298.150.714	
4.1.2.0	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				16.325.000	
4.1.3.0	INVESTIMENTOS EM REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL					
4.2.0.0	INVERSOES FINANCEIRAS					
4.2.7.0	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS				13.995.800	
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				235.330.714	
4.3.2.0	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS					
4.3.2.3	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS				46.495.000	
		46.495.000	46.495.000			
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORREN.	TOTAL DAS DESP. CORREN.	INVESTIMENTOS	INVERSOES FINANCEIRAS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	TOTAL DAS DESP. CAPITAL
17.822.333	27.871.490	45.693.823	16.325.000	235.330.714	46.495.000	298.150.714
						343.844.537

CONTINUA NA PROXIMA PAGINA .....

3200 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE - ENTIDADES VINCULADAS					NCZS 1.00
PROGRAMA DE TRABALHO					
7700 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - FAMEPAR					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL			343.844.537	
	ADMINISTRACAO			20.504.393	
	ADMINISTRACAO GERAL			20.504.393	
7700.07070212.277	MANUTENCAO DA FAMEPAR				
	MANTER A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA FAMEPAR, INTEGRANDO OS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS, FINANCEIROS, TECNICOS E INSTITUCIONAIS E CONFERINDO-LHES MAIOR FLUIDEZ E CEFEPIDADE OPEACIONAL.				
PROGRAMA DE TRABALHO					
7700 - FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ - FAMEPAR					
CODIGO	ESPECIFICACAO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL	
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		20.504.393	18.416.630	
	ADMINISTRACAO GERAL			1.709.100	
7700.07090212.184	ASSISTENCIA TECNICA AOS MUNICIPIOS				
	PROPORCIONAR ORIENTACAO TECNICA AOS MUNICIPIOS PARANAENSES ATRAVES DE ASSISTENCIA NAS AREAS DE ORGANIZACAO ADMINISTRATIVA, ORCAMENTO E CONTABILIDADE, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, ARQUITETURA E PAISAGISMO, CAPACITAR PESSOAL TECNICO, ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL DOS MUNICIPIOS, ATRAVES DE CURSOS, VISANDO TORNAR AS ADMINISTRACOES MUNICIPAIS MAIS EFICIENTES NO ENCAMINHAMENTO E RESOLUCAO DOS PROBLEMAS DE SUAS COMUNIDADES. ELABORAR, COORDENAR E/OU GERENCIAR PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO.		1.709.100		
	PROGRAMACAO ESPECIAL			16.707.530	
7700.07091831.080	PEOU - SUBPROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL				
	APOIAR TECNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRAMENTE OS MUNICIPIOS E ORGaos ESTADUAIS, ENVOLVIDOS NA IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEOU. EM 1990 PREVE-SE ELABORAR OS PLANOS DE USO DO SOLO, OS PERFIS DE CIDADES E OS PLANOS DE RECUPERACAO DE AREAS, BEM COMO REALIZAR 40 CURSOS DE TREINAMENTO MUNICIPAL.	16.707.530			
	PROGRAMAS INTEGRADOS			291.580.714	
	PROGRAMACAO ESPECIAL			245.080.714	
7700.07401831.185	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - FDU				
	FINANCIAR PLANOS, PROGRAMAS, PROJETOS E ATIVIDADES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO URBANO, ATRAVES DAS MUNICIPALIDADES PARANAENSES E DE AGENTES DA ADMINISTRACAO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO, DESTINANDO RECURSOS PRIORITARIAMENTE AS AREAS DE HABITACAO POPULAR, PAVIMENTACAO URBANA, ILUMINACAO PUBLICA, CRECHES, POSTOS DE SAUDE, AMPLIACAO DE ESCOLAS, POSTOS DO CORPO DE BOMBEIROS, MATADOUROS, MERCADOS, TERMINAIS RODOVIARIOS, SISTEMAS DE AGUA E ESGOTOS, DRENAGEM PARA O CONTROLE DA EROSAO URBANA, SISTEMAS DE TRATAMENTO DE LIXO TOXICO E HOSPITALAR, ATERROS SANITARIOS E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DAS MUNICIPALIDADES.	245.080.714			
	PLANEJAMENTO URBANO			46.500.000	
7700.07403231.075	GESTAO DE PROGRAMAS ESPECIAIS				
	GERENCIAR A EXECUCAO DO PROJETO CURA LITORAL				
7700.07403231.075	GESTAO DE PROGRAMAS ESPECIAIS				
	GERENCIAR A EXECUCAO DO PROJETO CURA LITORAL QUE VISA DESTINAR RECURSOS AOS MUNICIPIOS PARA APLICACAO EM OBRAS E/OU PROJETOS DE PAVIMENTACAO, DRENAGEM, EDUCACAO, RECREACAO, ILUMINACAO DE VIAS URBANAS, CONSTRUCAO DE MERCADOS, ESTACOES RODOVIARIAS E OUTROS.	46.500.000			
	URBANISMO			13.342.800	
	PLANEJAMENTO URBANO			13.342.800	
7700.07503231.074	APOIO AOS MUNICIPIOS PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO				
	DAR APOIO AOS MUNICIPIOS NA ELABORACAO DE INSTRUMENTOS BASICOS PARA O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO, TAIS COMO PLANO DE USO E OCUPACAO DO SOLO, LEGISLACAO E MAPEAMENTO, REALIZAR ESTUDOS URBANISTICOS ORJETIVANDO UM ENTENDIMENTO DA PROBLEMATICA URBANA E DA EFETIVA CAPACIDADE DE SOLUCIONA-LA.				
	ORIENTAR A ELABORACAO DE PROJETOS TECNICOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COMPATIBILIZADOS COM OS PROGRAMAS PRIORITARIOS DO GOVERNO	13.342.800			
TOTAL		321.631.044	22.213.493	343.844.537	

## MENSAGEM N° 61/90

Curitiba, 16 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que acrescenta à programação da Secretaria de Estado da Fazenda a importância de NCz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados novos), conforme dotação abaixo:

- 2301.03080431.105 - Apoio ao Projeto CIATA

- 3223.00 - Transferências a Municípios - NCz\$ 20.000.000,00

- 4323.00 - Transferências a Municípios - NCz\$ 20.000.000,00

Informo que os recursos no valor de NCz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados novos), deverão ser aplicados em transferências a municípios para atendimento a treinamento de pessoal e cobrir parte dos custos com aquisição de microcomputadores por parte das Prefeituras, visando a implantação do Projeto CIATA-MICRO.

Esclareço também que a fonte de recursos para a cobertura da referida programação é decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou orçamento do Estado para 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de NCz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados novos), na programação da Secretaria de Estado da Fazenda, conforme dotação abaixo:

- 2301.03080431.105 - Apoio ao Projeto CIATA

- 3223.00 - Transferências a Municípios

- fonte: 00 - NCz\$ 20.000.000,00

- 4323.00 - Transferências a Municípios

- fonte: 00 - NCz\$ 20.000.000,00

Art. 2° - Os recursos no valor de NCz\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzados novos), deverão ser aplicados em transferências a municípios para atender treinamento de pessoal e cobrir parte dos custos com aquisição de microcomputadores por parte das Prefeituras Municipais, visando a implantação do Projeto CIATA-MICRO.

Art. 3° - Servirá como fonte para cobertura da presente suplementação igual importância decorrente do saldo de receita existente na Lei Estadual n° 9.173 de 27 de dezembro de 1989, que aprovou o Orçamento Geral do Estado para o exercício de

1990.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

## MENSAGEM N° 63/90

Curitiba, 23 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o substitutivo ao anteprojeto de lei encaminhada por meio da Mensagem n° 45/90 de 06 de março corrente que procede à primeira etapa da revisão no Orçamento Anual do Estado para 1990, aprovado pela Lei n° 9.173 de 27.12.89, com base no disposto em seu artigo 18.

O substitutivo altera o artigo 1° do anteprojeto de lei apresentado, mantendo as demais posições inalteradas quais sejam:

- Reestima as Receitas de Recolhimento Centralizado previstas no vigente Orçamento Geral do Estado para o valor de Cz\$ 95.988.689.993,00 (noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzeiros), a fim de atender despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público;

- Solicita a autorização para abertura de créditos suplementares para atender despesas com pessoal e serviços da dívida até o montante de Cz\$ 44.602.744.616,00 (quarenta e quatro bilhões, seiscentos e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dezesseis cruzeiros) e;

- Reserva o montante de Cz\$ 19.389.715.379,00 (dezenove bilhões, trezentos e oitenta e nove milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e setenta e nove cruzeiros), para atender outras despesas correntes e de capital, mediante futuras solicitações de autorização Legislativa.

A solicitação prende-se ao fato de que o índice usado para corrigir o Orçamento de 1990 ficou praticamente zerado em janeiro próximo passado, e os valores para as diversas espécies de despesas, inclusive pessoal e dívida, estão defasados.

A previsão inicial de receitas e despesas foi reestimada com a aplicação de um índice total de 200%.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

## RECEITA DE REDOLHIMENTO CENTRALIZADO - 1990

ATUALIZADO EM 15.02.90

		Cr\$ 1,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1000 00 00	RECEITAS CORRENTES			74,895,531,984
1100 00 00	RECEITA TRIBUTARIA		63,803,461,644	
1110 00 00	IMPOSTOS	63,160,686,810		
1112 00 00	Imposto sobre o Patrimonio e a Renda	2,235,791,610		
1112 04 00	Imposto s/ a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e Adicional	1,247,941,890		
1112 05 00	Imposto sobre a Propriedade de Veiculos Automotores	743,535,000		
1112 07 00	Imposto sobre Transmissao Causa Mortis e Doacoes de Bens e Direitos	244,314,720		
1113 00 00	Imposto sobre a Producao e a Circulacao	60,924,895,200		
1113 02 00	Imposto sobre Operacoes Relativas a Circulacao de Mercadorias e sobre Prestacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao	60,924,895,200		
1120 00 00	TAXAS	642,774,834		
1121 00 00	Taxas pelo Exercicio do Poder de Policia	606,425,040		
1121 01 00	Taxa de Seguranca Publica - Atos do Detran	374,289,240		
1121 02 00	Taxa de Seguranca Publica - Atos da Policia Civil	174,096,000		
1121 03 00	Taxa de Valorizacac Agraria	7,800		
1121 04 00	Taxa de Saude Publica	58,032,000		
1122 00 00	Taxas pela Prestacao de Servicos	36,349,794		
1122 01 00	Taxa de Demarcacao de Terras	7,254		
1122 02 00	Taxa Judiciaria	36,270,000		
1122 03 00	Taxa de Expediente	72,540		
1300 00 00	RECEITA PATRIMONIAL		1,878,833,151	
1310 00 00	RECEITAS IMOBILIARIAS	10,881		
1311 00 00	Aluguéis	10,881		
1320 00 00	RECEITA DE VALORES MOBILIARIOS	388,125,270		
1321 00 00	Juros de Titulos de Renda	36,270		
1322 00 00	Dividendos	388,089,000		
1322 02 00	Outras Sociedades de Economia Mista	388,089,000		
1390 00 00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	1,490,697,000		
1392 00 00	Juros de Empréstimos Concedidos aos Municipios	134,195,000		
1392 01 00	Juros de Empréstimos Concedidos aos Municipios - Programa de Acao Municipal - PRAM	134,195,000		
1399 00 00	Produto de Outras Operacoes	1,356,498,000		
1399 01 00	Programa de Acao Municipal - PRAM	50,776,000		
1399 02 00	Outras Operacoes	1,305,720,000		
1400 00 00	RECEITA AGROPECUARIA		1,040,949	
1410 00 00	RECEITA DE PRODUCAO VEGETAL	569,439		
1410 01 00	Coordenacao do Sistema Penitenciario - COOSIPE	569,439		
1420 00 00	RECEITA DE PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	471,510		
1420 01 00	Coordenacao do Sistema Penitenciario - COOSIPE	471,510		
1500 00 00	RECEITA INDUSTRIAL		2,756,520	
1520 00 00	RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	2,756,520		
1520 30 00	Industrias Diversas	2,756,520		
1520 30 01	Coordenacao do Sistema Penitenciario - COOSIPE	2,756,520		
1600 00 00	RECEITA DE SERVICOS		869,700	
1600 17 00	Servicos Agropecuarios	869,700		
1600 17 01	Fundo de Equipamento Agropecuario - FEAP	869,700		
1700 00 00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		7,340,996,520	
1720 00 00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7,340,996,520		
1721 00 00	Transferencias da Uniao	7,340,996,520		
1721 01 00	Participacao na Receita da Uniao	5,170,011,600		
1721 01 01	Cota-parte do Fundo de Participacao dos Estados e do Distrito Federal	4,009,371,600		
1721 01 04	Transferencia do Imposto s/a Renda retido nas Fontes	1,160,640,000		
1721 08 00	Convenios com Orgaos Federais	393,900,000		
1721 09 00	Outras Transferencias da Uniao	1,777,084,920		

## RECEITA DE REDOLHIMENTO CENTRALIZADO - 1990

ATUALIZADO EM : 15.02.90

		Cr\$ 1,00		
CODIGO	ESPECIFICACAO	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1,867,573,500	
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA			
1911.00.00	Multas e Juros de Mora dos Impostos	817,194,300		
1911.01.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Circulacao de Mercadorias e sobre Prestacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao	545,532,000		
1911.02.00	Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade de Veiculos Automotores	487,500,000		
1919.00.00	Multas de Outras Origens	58,032,000		
1919.01.00	Multas por Infracao ao Codigo Nacional de Trânsito - FUNASTRAN	271,662,300		
1919.02.00	Multas por Infracao ao Codigo Sanitario - FUNRESAN	261,144,000		
1919.04.00	Multas por Infracao a Lei de Execucoes Penais - COOSIPE	725,400		
1919.99.00	Outras Multas	725,400		
		9,067,500		
1930.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA			
1931.00.00	Receita da Divida Ativa Tributaria	34,819,200		
		34,819,200		
1990.00.00	RECEITA DIVERSAS			
1990.99.00	Outras Receitas	1,015,560,000		
		1,015,560,000		
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			21,093,158,009
2100.00.00	OPERACOES DE CREDITO		20,388,622,469	
2110.00.00	OPERACOES DE CREDITO INTERNAS			
2111.00.00	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Estadual	18,295,955,423		
2119.00.00	Outras Operacoes de Credito Internas	446,762,397		
2119.01.00	Operacoes de Credito Internas - Nao vinculadas	17,849,193,026		
2119.02.00	Operacoes de Credito Internas - Vinculadas	14,392,009,170		
		3,457,183,856		
2120.00.00	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS			
2129.00.00	Outras Operacoes de Credito Externas	2,092,673,046		
2129.01.00	Operacoes de Credito Externas - Nao vinculadas	2,092,673,046		
2129.02.00	Operacoes de Credito Externas - Vinculadas	30,000		
		2,092,643,046		
2200.00.00	ALIENACAO DE BENS		111,540	
2220.00.00	ALIENACAO DE BENS IMOVEIS			
2229.00.00	Alienacao de Outros Bens Imoveis	111,540		
2229.01.00	Venda e Legitimacao de Terras	111,540		
2229.02.00	Venda de Bens Imoveis	39,000		
		72,540		
2300.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS		87,822,000	
2320.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A MUNICIPIOS			
2321.00.00	Amortizacao de Empréstimos Concedidos a Municipios - Programas de Desenvolvimento Regional e Urbano	87,438,000		
2321.01.00	Amortizacao de Empréstimos Concedidos a Municipios - Programa de Acao Municipal - PRAM	87,438,000		
2321.02.00	Amortizacao de Empréstimos Concedidos a Municipios - Programa de Prioridades Sociais - PPS	87,048,000		
2330.00.00	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS CONCEDIDOS A OUTRAS ENTIDADES	390,000		
		390,000		
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL		616,590,000	
2420.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS			
2421.00.00	Transferencias da Uniao	616,590,000		
2421.01.00	Participacao na Receita da Uniao	616,590,000		
2421.01.17	Cota Parte da Contribuicao do Salario Educacao	616,590,000		
		616,590,000		
TOTAL DA RECEITA			95,988,689,993	

Cr\$ 1,00

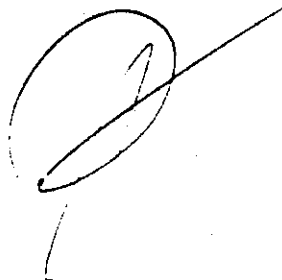
RECEITA TRIBUTARIA	RECEITA PATRIMONIAL	RECEITA AGROPECUARIA	RECEITA INDUSTRIAL	RECEITA DE SERVIDOS	TRANSFERENCIAS CORRENTES	OUTRAS RECEITAS CORRENTES
63,803,461,644	1,878,833,151	1,040,949	2,756,520	869,700	7,340,996,520	1,867,573,500

RECEITAS CORRENTES TOTAL
74,895,531,984

OPERACOES DE CREDITO	ALIENACAO DE BENS	AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL
20,388,628,469	111,540	87,828,000	616,590,000

RECEITAS DE CAPITAL TOTAL
21,093,158,009

RECEITA TOTAL
95,988,689,993



Art. 1º - As Receitas de Recolhimento Centralizado previstas na Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, e com base no disposto em seu artigo 18, ficam reestimadas para Cz\$ 95.988.689.993,00 (noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzeiros), conforme quadro em anexo, e serão utilizadas para a cobertura dos créditos referidos nos artigos 2º e 3º desta Lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 9.173 de 27 de dezembro de 1989, até o montante de Cz\$ 44.602.744.616,00 (quarenta e quatro bilhões, seiscentos e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e dezesseis cruzeiros), a fim de atender despesas dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público, inclusive transferências de recursos às entidades vinculadas da administração indireta, nas seguintes espécies:

- Pessoal e Encargos Sociais:

Cz\$ 32.316.192.297,00

- Serviços da Dívida:

Cz\$ 12.286.552.319,00

Art. 3º - O montante de Cz\$ 19.389.715.379,00 (dezenove bilhões, trezentos e oitenta e nove milhões, setecentos e quinze mil e trezentos e setenta e nove cruzeiros), deverá ser aplicado em créditos suplementares nas espécies outras despesas correntes e de capital, dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, inclusive transferências de recursos a entidades vinculadas da administração indireta, mediante futuras solicitações de autorização Legislativa, bem como do Poder Executivo.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### Ofícios:

Sob o nº DTL/SAT/49/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o seguinte Projeto de Lei:

118/89: De autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de utilidade Pública a "Associação de Pais e Mestres da Escola Leão Schulmann - APM - Maurício Thá", com sede e foro no Município de Figueira, o qual convertido em Lei tomou o nº 9.215. Anote-se. Arquive-se.

OFÍCIO Nº CPI/SUDS/PR/003/90

Curitiba, 15 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura possí-

veis irregularidades no SUDS/PR (Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde no Estado do Paraná), e, atendendo proposição aprovado pelos Senhores Deputados membros desta Comissão, em reunião realizada nesta data, comunico a Vossa Excelência o não recebimento do Relatório da Auditoria procedida pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Em razão do exposto, por decisão dos membros Deputados, esta Comissão estará reunida em caráter permanente até o recebimento do Relatório referenciado, quando, então, será aberto prazo de 48:00 horas para que o Relator, Deputado Djalma de Almeida César elabore e apresente aos demais Deputados membros desta Comissão o Relatório final.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Presidente da CPI/SUDS/PR

OFÍCIO Nº 148/90 GS

Curitiba, 23 de março de 1990.

Senhor Presidente.

Cumprimentando-o, comunico a Vossa Excelência que nesta data estou reassumindo as funções de Deputado Estadual nesta Casa de Leis, tendo em vista o meu desligamento dos cargos de Secretário de Estado, conforme Decreto nº 6648, publicado no Diário Oficial do Estado nº 3229, de 23 de março de 1990.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

DECRETO Nº 6648

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ

Resolve exonerar, a pedido, MÁRIO PEREIRA, RG nº 1.374.354, do cargo, em comissão, de Secretário de Estado da Administração, ficando revogado o Decreto nº 4.669, de 16 de janeiro de 1989, que designou o mesmo para responder, cumulativamente, pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio.

Curitiba, em 23 de março de 1990, 169º da Independência e 102º da República.

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

GINO AZZOLINI NETO

Chefe da Casa Civil

#### Indicações:

#### INDICAÇÃO:

Senhor Presidente.

Pelo presente, na qualidade de Líder da Bancada do PRN, vimos indicar os Senhores Deputados abaixo relacionados, para comporem as Comissões Permanentes desta

Casa.

**TITULAR**

Constituição e Justiça:

Dep. David Cheriegate

Finanças:

Dep. David Cheriegate

Agricultura:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Obras Públicas, Transporte e Comércio:

Dep. Antônio Bárbara

Indústria e Comércio:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Redação:

Dep. David Cheriegate

Recursos Humanos:

Dep. Amélia Hruschka

Educação:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Terras, Imigração e Colonização:

Dep. David Cheriegate

Tomada de Contas:

Dep. David Cheriegate

Turismo:

Dep. Amélia Hruschka

Direitos Humanos:

Dep. Amélia Hruschka

Esp. de Reforma à Constituição:

Dep. Antônio Bárbara

Orçamento:

Dep. David Cheriegate

Ecologia e Meio Ambiente:

Dep. Amélia Hruschka

Defesa ao Consumidor:

Dep. Antônio Bárbara

Segurança:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Saúde:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Cultura e Esportes:

Dep. Antônio Bárbara

Direitos da Mulher:

Dep. Amélia Hruschka

Reivindicações Populares:

Dep. Antônio Bárbara

**SUPLENTE**

Constituição e Justiça:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Finanças:

Dep. Antônio Bárbara

Agricultura:

Dep. Antônio Bárbara

Obras Públicas, Transporte e Comércio:

Dep. David Cheriegate

Indústria e Comércio:

Dep. Antônio Bárbara

Redação:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Recursos Humanos:

Dep. David Cheriegate

Educação:

Dep. Amélia Hruschka

Terras, Imigração e Colonização:

Dep. Amélia Hruschka

Tomada de Contas:

Dep. Amélia Hruschka

Turismo:

Dep. Antônio Bárbara

Direitos Humanos:

Dep. David Cheriegate

Esp. de Reforma à Constituição:

Dep. David Cheriegate

Orçamento:

Dep. Antônio Bárbara

Ecologia e Meio Ambiente:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Defesa ao Consumidor:

Dep. Amélia Hruschka

Segurança:

Dep. David Cheriegate

Saúde:

Dep. Amélia Hruschka

Cultura e Esportes:

Dep. David Cheriegate

Direitos da Mulher:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Reivindicações Populares:

Dep. Luiz Carlos Alborghetti

Reiterando manifestações de apreço e consideração subscrevemo-nos

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Líder do PRN

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

Nós, abaixo assinados, Deputados com assento nesta Casa de Leis, integrantes da Bancada do PRN, estamos indicando como líder de nossa bancada a partir do dia 15 de março do corrente, o Deputado FERRARI JÚNIOR.

Sem outro particular, e na certeza de poder contar com a proverbial acolhida, apresento protestos de consideração e estima.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA, DAVID CHERIEGATE, ANTÔNIO BÁRBARA e LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 340**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 115/90, que cria o Município de SANTA MÔNICA, desmembrado do Município de SANTA ISABEL DO IVAÍ.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

**REQUERIMENTO N° 354**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante

subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, Regime de Urgência para o PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 006/90, de autoria do nobre Deputado Ger-note Kirinus, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Mu-nicípio de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecidinha do Oeste, desmembrado de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

REQUERIMENTO N° 364

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 325/89, de autoria do Deputado Nereu Carlos Massig-nan, que isenta do Imposto sobre Mercadorias e Serviços, o transporte de passagei-ros intermunicipais - Taxistas.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Re-gime de Urgência ao Projeto de Lei n° 259/90 que cria o Município de Lidianópolis, desmembrado do Município de Jardim Alegre; Projeto de Lei n° 177/87 que cria o Município de Mauá da Serra, desmembrado do Município de Marilândia do Sul; Projeto de Lei n° 050/90, que cria o Município de Pirapó, desmembrado do Município de Apuca-rana; Projeto de Lei n° 150/89 que cria o Município de Imbaú, desmembrado do Municí-pio de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 407

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o augusto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 120/90, que concede remissão às opera-ções com sal mineralizado, serviços de transporte por fretamento e fornecimento de energia elétrica que especifica.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência, ao Projeto de Lei n° 121/90, que

declara de Utilidade Pública a "UNIAO DOS APOSENTADOS E IDOSOS DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capi-tal.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 470

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no gozo de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Regime de Urgência à Mensagem Governamen-tal n° 124/89, em trâmite por esta augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Tal mensagem solicita autorização, nos termos do artigo 54 § XXXI da Constituição Estadual, à Assembléia Legislativa deste Estado para que o Poder Executivo, através do ITCF (Instituto de Terras e Cartografia e Florestas), aliene ao Senhor TIESSIM TI-NA, o imóvel descrito na mensagem, com o que se estará regularizando terras da Gle-ba Ribeirão do Tigre, da Colônia Parana-vaí, trazendo, finalmente, a tranqüilidade e paz necessária ao detentor da posse, e pretendo comprador, para que possa produ-zir e investir na sua propriedade.

REQUERIMENTO N° 475

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-QUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 123/90, oriundo da Mensagem do Executivo n° 62/90, que institui a Fundação Universidade Esta-dual do Centro-Oeste, com sede e foro na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO N° 474

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 132/90, que institui a Fundação Universidade Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 492

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n° 005/89, de autoria do Deputado Nereu Car-los Massignan, que proíbe o provimento de

cargos em Comissão da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por parentes de Parlamentares.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 489

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei n° 99/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 405

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 115/90, que cria o Município de Santa Mônica.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 406

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja incluído na Ordem do Dia da próxima sessão, o Projeto de Lei n° 82/90, que concede a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, uma pensão mensal de 2 (dois) salários mínimos.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 367

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 490

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a dispensa da discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei n° 99/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão, visto que o mesmo não sofreu

emendas no curso de tramitação.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) WERNER WANDERER

REQUERIMENTO N° 476

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, retorno à ORDEM DO DIA, do Projeto de n° 272/89, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, que altera o inciso I do Art. 9° da Lei n° 8933/89, em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Por tratar-se de matéria de real importância e carente de alterações e emendas, não se pode tratar com indiferença por esta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 487

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da ordem do dia, do Projeto de Lei n° 83/90, para reexame na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 26.03.90.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

Apoiamento: Ferrari Júnior, Valderi Mendes Vilela, Antônio Bárbara, Algaci Túlio, Tadeu Lúcio Machado, Gernote Kirinus, Ezequias Losso, Antônio Costenaro Neto, Hermas Brandão, José Rogério Carvalho, Basílio Zanusso, Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, Paulo Furiatti, João Arruda, Acir Mezzadri, Haroldo Rodrigues Ferreira e Namir Piacentini.

REQUERIMENTO N° 421

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, se proceda o devido arquivamento em definitivo do Projeto de Lei n° 306/89, de autoria deste Parlamentar.

Requer, outrossim, que o Projeto de Lei n° 310/89, que cria o Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Isabel do Ivaí, com as divisas estabelecidas pela Lei n° 5706, de 21 de novembro de 1967, que criou o Distrito Administrativo e Judiciário de São José do Ivaí, e dá outras providências, siga os trâmites legais e normais nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 471

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 205/89, que pretende a modificação das divisas constantes da Lei n° 9007, de 12.06.89, pelos motivos constantes da justificativa que se segue.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Lei n° 205/89, de autoria do Deputado David Cheriegate, pretende modificar as divisas constantes da Lei n° 9007, vigentes desde junho do ano passado. Tal lei refere-se à emancipação e criação do Município de Ibema, neste Estado. É de se ressaltar que, após a publicação, além da vigência, a referida lei adquiriu validade e eficácia, qualidade esta que diz respeito à possibilidade de a lei produzir seus efeitos plenamente, tanto é que o Município em questão foi instalado, houve eleição para Prefeito e o mesmo foi empossado a 1° de janeiro do corrente ano. Trata-se portanto, de ato jurídico perfeito, ou fato consumado.

Ora, instalado o Município, existem requisitos formais e materiais a serem cumpridos, a fim de se retirar parcela qualquer de seu território, requisitos estes cujo descumprimento torna o procedimento tendente a tal finalidade amplamente inconstitucional, pelo que se infere da necessidade de tal arquivamento.

A matéria que regulamenta o procedimento adotado pelo Projeto em questão, enquanto não houver disposições em contrário, é a Lei Complementar n° 27, de 08.01.86, que determina, em seu artigo 11: "Art. 11 - A transferência de área, de que trata o artigo 9°, dependerá sempre de aprovação das Câmaras dos Municípios que sofrerem diminuição de seus territórios, através de resolução aprovada, no mínimo, pela maioria absoluta dos membros".

Além disto, o citado artigo 9° determina comprovação dos requisitos e a observância das formalidades estabelecidas no Capítulo III, da referida Lei Complementar.

Assim sendo, apresentamos o presente requerimento, para, além de efetuar o exercício da sua atribuição de controle prévio da constitucionalidade, um ato tendente evitando desdobramentos politicamente indesejáveis.

#### REQUERIMENTO N° 488

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo Art. 1° da Resolução n° 327/77, e, § 2° do Art. 113, do Regimento Interno, após ouvido o

Plenário, repetidamente, REQUER, a marcação de sessão extraordinária, para o dia de hoje, após o encerramento da sessão ordinária e, a diminuição do interstício para a discussão e votação do Projeto de Lei n° 99/90, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 45/90, (em anexo Mensagem n° 60/90, substitutiva a Mensagem n° 45/90).

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO N° 365

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 114/90, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre os vencimentos dos Procuradores e auditores daquele órgão e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N° 376

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, na forma regimental, ouvido o Plenário a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral em Sessão Plenária, para apreciação do Projeto de Lei n° 321/89, que tramita em Regime de Urgência.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

#### REQUERIMENTO N° 395

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação desta Assembléia Legislativa em Comissão Geral, para na Sessão Plenária de manhã, dia 15 de março, emitir parecer sobre as matérias seguintes:

Projetos de Lei n°s 53, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 99, 100 e 101/90, todos oriundos de Mensagens Governamentais, cuja descrição segue em lista anexa ao presente.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Projeto de Lei n° 053/90 - Mensagem n° 12/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 15.243.000,00 (Quinze Milhões, Duzentos e Quarenta e três mil cruzados novos), na forma que especifica.

NCz\$ 6.243.000,00 - Fundação Faculdade de Educação Musical do Pr.

NCz\$ 2.000.000,00 - Fundação Escola de Música e Belas Artes do Pr.

NCz\$ 7.000.000,00 - Biblioteca Pública

do Paraná.

Projeto de Lei n° 071/90 - Mensagem n° 40/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 110.000.000,00 (Cento e dez milhões de cruzados novos) para a Secretaria de Estado da Justiça Trabalho e Ação Social.

Projeto de Lei n° 073/90 - Mensagem n° 044/90 - Aprova ao orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEPL, um crédito suplementar no valor de NCz\$ 78.133.140,00 (setenta e oito milhões, cento e trinta e três mil, cento e quarenta cruzados novos).

Projeto de Lei n° 075/90 - Mensagem n° 42/90 - Autoriza abertura de crédito suplementar no valor de NCz\$ 48.500.000,00 (Quarenta e oito milhões e quinhentos mil cruzados novos) na Programação a cargo do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM.

Projeto de Lei n° 076/90 - Mensagem n° 42/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 43.415.475,00, divididos entre a Chefia do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Administração, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a Secretaria da Segurança Pública e a Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social.

Projeto de Lei n° 077/90 - Mensagem n° 09/90 - Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado à conta Recolhimento Centralizado, até o valor de NCz\$ 3.561.194.768,00, a fim de atender despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo, Administração Direta e Indireta.

Projeto de Lei n° 078/90 - Mensagem n° 10/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 1.005.000.000,00 (Um bilhão e cinco milhões de cruzados novos) na programação a cargo do Departamento de Estradas e Rodagem - DER.

Projeto de Lei n° 079/90 - Mensagem n° 08/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de cruzados novos) no projeto Investimentos para produção de habitação popular - COHAPAR do Gabinete do Secretário Especial da Política Habitacional - Entidades vinculadas, conforme específica.

Projeto de Lei n° 099/90 - Mensagem n° 45/90 - Reestima para NCz\$ 95.988.689.993,00 (noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seicentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzados novos) as Receitas de Recolhimento Centralizado previstas na lei n° 9.173 de 27/12/89.

Projeto de Lei n° 100/90 - Mensagem n° 46/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 60.000.000,00 (Sessenta milhões de cruzados novos), na programação da Secretaria de Estado da Educação - SE-

SEED, conforme específica.

Projeto de Lei n° 101/90 - Mensagem n° 47/90 - Aprova crédito suplementar no valor de NCz\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil cruzados novos), no Projeto Atividades Judiciárias - TA, conforme específica.

#### REQUERIMENTO N° 408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral, para no próximo dia 20 terça-feira, durante a Sessão Plenária, emitir parecer sobre o Projeto de Lei n° 114/90.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, que a Assembléia Legislativa seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para apreciar e dar parecer ao Projeto de Lei n° 008/90, que cria o Município de FAROL, com território desmembrado de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 450

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUE-REM que a Assembléia Legislativa seja constituída em Comissão Geral de Plenário, para apreciar e dar parecer ao Projeto de Lei n° 88/90 que cria o Município de ENCANTADO DO OESTE, com território desmembrado de Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(aa) NAMIR PIACENTINI

NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 472

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral do Plenário, para apreciar e dar parecer ao Projeto de Lei n° 259/90, que cria o Município de Lidianópolis, desmembrado do Município de Jardim Alegre; Projeto de Lei n° 177/87 que cria o Município de Mauá da Serra, desmembrado do Município de Marilândia do Sul; Projeto de Lei n° 050/90, que cria o Município de Pirapó, desmembrado do Município de Apucarana; Projeto de Lei n° 150/89, que cria o Município de Imbaú, desmembrado do Município de Telêmaco Borba.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO N° 473

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral para apreciar o Projeto de Lei n° 405/89.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

## REQUERIMENTO N° 477

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a Constituição da Assembléia Legislativa em Comissão Geral para, no dia 27 do corrente mês, durante a sessão plenária, emitir Parecer sobre o Projeto de Lei n° 132/90, oriundo da Mensagem do Executivo n° 62/90, que institui a Fundação Universidade Estadual do Centro-Oeste, com sede e foro na Cidade de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

## REQUERIMENTO N° 416

Senhor Presidente.

A Deputada, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada a data de 5 de junho, "Dia Mundial do Meio Ambiente", para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor OLAVO GODOY, de acordo com a Lei 9038 de 28 de junho de 1989, em Sessão Solene.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## REQUERIMENTO N°

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, vem respeitosamente, REQUERER, licença Especial para tratamento de saúde conforme atestado anexo e nos termos da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Casa, com prazo de 121 dias.

Nestes termos,  
pede deferimento.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

COORDENADORIA MÉDICA

LAUDO MÉDICO N° 05/90

Aos vinte e seis dias de março de 1990 a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira concluiu achar-se o mesmo com 412.0 e 401 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo-lhe sido concedido (121) cento e

vinte e um dias de licença para tratamento a partir de 26.03.90.

3 (três) assinaturas

## REQUERIMENTO N° 342

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, de Voto de Profundo Pesar, pelo passamento do jovem ANGELO CEZAR BROLINI, vítima de acidente automobilístico, ocorrido no dia 13.03.90.

Deixa a lamentar seu falecimento, seus pais Sr. Darcy Brolini, Sra. Belém Aparecida Dellê Brolini e seus irmãos, parentes e amigos.

Requer ainda que, da decisão do Plenário seja dada ciência aos familiares, sito à Rua F.Dellê, 163, Pinhão/Pr.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

## JUSTIFICATIVA:

A população de Pinhão acompanhou, angustiada, o falecimento do jovem Angelo Cezar, ocorrido no último dia 13, em decorrência de acidente automobilístico.

O trágico acontecimento enlutou não apenas a família da vítima, mas chocou profundamente seus amigos e toda a população de Pinhão, onde contava com amplo círculo de amizades, cuja lembrança guardarão com imenso carinho. Daí não só o registro da lamentável ocorrência, mas, sobretudo, a manifestação de nosso pesar à família enlutada e a expressão de nossa solidariedade.

## REQUERIMENTO N° 343

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inserção na Ata da sessão de hoje, de VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo passamento do Sr. JOEL LORENZI DE OLIVEIRA, vítima de acidente automobilístico, ocorrido no dia 13 próximo passado.

Deixa lamentar seu falecimento, seus pais Sr. Domingos Ferreira de Oliveira, Sra. Erlinda Ferreira de Oliveira, sua esposa Maria José de Oliveira, parentes e amigos.

REQUER, ainda que, da decisão do Plenário seja dado ciência à família enlutada, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Pinhão/Pr.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

## JUSTIFICATIVA:

Com muita tristeza, a Cidade de Pinhão recebeu a notícia do falecimento do Sr. Joel, ocorrido em acidente automobilístico no dia 13 próximo passado, com 42 anos de

Homem dedicado ao trabalho, o extinto deixou grande número de amigos inconformados com seu desaparecimento. Conhecedor de sua vida de dedicação à família e a lavoura, bem como de sua anônima e desinteressada contribuição ao desenvolvimento de Pinhão, entendo justo que esta Casa registre nosso pesar.

REQUERIMENTO N° 373

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Capitão BARCÍMIO SICUPIRA, ocorrido nesta Capital, no dia 12 de março próximo passado.

Tal passamento vem enlutar tradicional família, deixando para seus entes queridos uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUER, ainda que, da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Fernando Amaro n° 145, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO N° 374

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos Trabalhos deste Poder, Voto de Profundo Pesar pelo passamento do Capitão BARCÍMIO BAPTISTA LINS SICUPIRA, ocorrido, ontem, nesta Capital.

O passamento do capitão Sicupira marca o descansar de uma das figuras mais marcantes e respeitadas do cenário esportivo do nosso Estado. Aposentado do Exército Brasileiro, o Capitão Sicupira foi responsável, por muitos anos, pelo registro de jogadores, na Federação Paranaense de Futebol.

Homem admirado, por sua eficiência e dinamismo, era considerado um verdadeiro "computador", mesmo antes da era da Informática.

A Federação Paranaense de Futebol conquistou grande prestígio, nesta área, junto à C.B.F., antiga C.B.D., exatamente pelo extraordinário trabalho do Capitão Sicupira, responsável, também, pelo setor de registro do Clube A.Ferroviário e, posteriormente, Colorado.

Homem muito honesto, de caráter firme, seu passamento abre uma lacuna na vida esportiva do Paraná, difícil inclusive, de ser preenchida.

Dê-se ciência, do teor do presente, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

REQUERIMENTO N° 377

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado voto de pesar ao SR. DARCY BROLINI, Prefeito Municipal de Pinhão, bem como a toda família, pelo falecimento de seu filho, ocorrido no dia 13 último.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LEÓNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO N° 434

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário - Voto de Pesar pelo Falecimento da Senhora EVA MARIA SAVÓIA BONATTO PAGGI, ocorrido na cidade de VERÊ, requerendo mais que do Ato se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Eva Maria Savóia Bonatto Paggi pertencia a numerosa família de Verê, sendo esposa do Senhor Luiz Francisco Paggi, ex-Prefeito do referido Município, deixando dez filhos dois bisnetos, vinte e sete netos. São filhos da Dona Eva os seguintes, Gorina, Homero, Jurema, Gesué, Anita, Zulema, Dalva, Regina, Cleonice e Salete.

A família enlutada chegou em Francisco Beltrão nos idos de 1948 onde mais tarde o seu esposo foi vereador destacando sua atenção na defesa do interesse de seus companheiros de comunidade, chegando ao cargo de Prefeito Municipal de Verê, no período de 1963 à 1968, sendo sua atuação destacada pelo atendimento dado por sua esposa na área social.

Seu passamento enlutou o Município, cuja população prestou-lhe sincera e tocante homenagem à qual nós e o Poder Legislativo Paranaense nos associamos por meio do presente requerimento, para o qual esperamos a aprovação unânime dos Ilustres Membros desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. GIDALTI FERREIRA DO NASCIMENTO, Delegado da Polícia Civil do Paraná, ocorrido ontem nesta Capital, dando-se ciência deste requerimento aos familiares do extinto e à União da Polícia Civil, ambos no endereço à rua Mons. Celso n° 225,

sala 802, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

**JUSTIFICATIVA:**

Gidalti Ferreira do Nascimento, desde ainda muito jovem, optou pela carreira policial, onde desde logo obteve destaque, pela sua forma firme e decidida ao enfrentar as mais diversas situações. Homem de grande seriedade e respeito, sempre fez por merecer a simpatia tanto de superiores, como de colegas e subalternos, o que levou à presidência da União da Polícia Civil, onde realizou marcantes obras. Igualmente, prestou relevantes serviços como conselheiro da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Tendo exercido suas funções por muitos anos no interior do Estado, destacou-se mormente em Cascavel, fazendo por merecer sua transferência para a Capital, onde à frente de diversas especializadas, sempre soube agir com lisura e dedicação.

Policial exemplar e cidadão merecedor de toda consideração, deixa uma lacuna não só na Polícia Civil do Estado, como na sociedade paranaense, o que nos leva a propor, com toda a justiça, voto de profundo pesar pelo falecimento deste excelente profissional, manifestando sinceras condolências à família enlutada.

**REQUERIMENTO N° 483**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um Voto de Profundo Pesar pelo Falecimento do Sr. RICARDO JACOMASSO, ocorrido no dia 16 de fevereiro próximo passado.

Da decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, nas pessoas da viúva, senhora Sofia Jacomasso e dos filhos, Luiz Carlos e José Frederico Jacomasso, residentes na Avenida Brasil, 315 Balsa Nova-Pr.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ACIR MEZZADRI.

**REQUERIMENTO N° 484**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO MARTINS, residente em Bandeirantes.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) HERMAS BRANDAO.

**REQUERIMENTO N° 485**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de um Voto de Profundo

Pesar pelo falecimento do delegado GIDDALTI FERREIRA DO NASCIMENTO, ontem, aos setenta anos, vítima de um mau súbito.

Aposentado, o delegado Giddalti, natural de Itararé, SP., era o atual presidente da União da Polícia Civil do Paraná, num reconhecimento ao trabalho que, durante anos, desenvolveu em favor da categoria.

Era um homem respeitado, como cidadão, pelas suas posições sempre muito firmes, retratando um caráter reto, íntegro e probó.

Como profissional, não há dúvida que não apenas cumpriu seu dever, como superou até mesmo suas obrigações, sempre emprestando-se ao trabalho pela segurança e bem estar da população do Paraná.

Casado com dona Lúcia Mello do Nascimento, Giddalti era muito considerado nos meios policiais, tendo sido também o principal responsável pelo grande patrimônio adquirido pela entidade que presidia.

Foi delegado em vários municípios do interior, até vir à Capital, em 1974, quando assumiu a Chefia da Delegacia de Furtos e Roubos. A partir daí exerceu cargos públicos da maior relevância, sempre pontuando suas gestões sobre a dedicação, a correção e competência.

Que do teor do presente, dê-se ciência à família enlutada e à União da Polícia Civil.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

**REQUERIMENTO N° 369**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto congratulatório aos vendedores de livro pela passagem hoje, do seu dia, como reconhecimento ao relevante trabalho que realizam contribuindo com a divulgação da Cultura. Essa Classe está notadamente representada pelos vendedores de literatura, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, que se denominam colportores.

Requer outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa ao Serviço Educacional Lar e Saúde do Paraná e a Casa Publicadora Brasileira.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

**JUSTIFICATIVA:**

Os colportores têm como meta principal alcançar as multidões com mensagens e orientações de vida salutar, despertando naqueles com quem entram em contato, o desejo da busca de conhecimento dos caminhos que conduzem a felicidade e consequentemente resultando no encontro do próprio indivíduo com seus anseios e realizações.

Estes profissionais com seu desempenho

demonstram que são convictos, que,  
quem lê...

... sabe mais;  
... pensa melhor;  
... compra idéias;  
... prepara-se melhor;  
... tem o que falar;  
... fundamenta suas opiniões;  
... aumenta sua compreensão;  
... melhora o vocabulário;  
... tem mais chance;  
... absorve experiência;  
... sabe o que está acontecendo...

#### REQUERIMENTO N° 397

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pela magna data de 14 de março, oportunidade em que se comemorou o 23° aniversário do Município de Grandes Rios.

Requer, ainda que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- João Aparecido do Nascimento - Prefeito Municipal

Av. Brasil, 967

86.845 - Grandes Rios - Pr.

Raul da Silva Araújo - Pres. da Câmara Municipal

Vereadores - Vandeir de Faria Silva,

Pedro Taborda Desplanches,

Pedro Lopes Gaspar,

José Aparecido de Souza,

Lázaro Ferreira de Lima,

Edson Rogério Borba Carneiro,

Antonio Carlos Moreira da Silva e

Laércio Messias Picoli,

todos endereçados à Av. Brasil, 967

Grandes Rios - Pr.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 402

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações pela magna data de 26 de março, oportunidade em que se comemora o 69° aniversário do Município de Reserva.

Requer, ainda que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Frederico Bittencourt Hormung - Prefeito Municipal

- Libório de Paula Melleo - Vice-Prefeito Municipal

Jairo Hornung - Pres. da Câmara Municipal,

Vereadores Carlos Jorge Hormung,

Simas Batista de Oliveira,

João Szemereta,

Epitácio Rodrigues de Almeida,

Amado Mariano,  
Osvaldo Gonçalves da Silva,  
Vionei Bittencourt de Souza e  
José Ednir Pedroso

As correspondências devem ser encaminhadas à Prefeitura Municipal de Reserva, à Av. Coronel Borba, 450 - Cep. 84320 - Reserva - Pr.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO N° 411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e consignação na Ata da sessão de hoje deste Poder, de Votos de congratulações pela passagem dos 20 anos de fundação da "FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE GUARAPUAVA-FAFIG".

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CÂNDIDO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Fundada em 1970, a FAFIG iniciou seu primeiro ano de funcionamento com a participação de 200 alunos matriculados nos cursos de Licenciatura em Ciências, Geografia, História, Letras, Licenciatura em Pedagogia, Matemática, Formação de Professores de Disciplinas Especializadas de 2° Grau-Esquema II, Administração e Ciências Contábeis, congregando hoje cerca de 2 mil estudantes, vindos de várias partes do Estado.

Nesses 20 anos de realizações de uma instituição, que a princípio só existia na aspiração de um povo, o qual sentia uma necessidade premente de uma Escola de nível Superior, pela falta de sustentação econômica de muitos daquela comunidade.

Atualmente conhecida como pólo de convergência cultural, pois os cursos de pós graduação podem ser freqüentados por professores, profissionais e interessados de todo o País, aliando-se ao fato da instituição estar às vésperas da criação da UNICENTRO.

Ao prestarmos esta homenagem ao tradicional estabelecimento de ensino, congratulamo-nos com toda a comunidade que contribui pública ou anonimamente para a criação da UNICENTRO, a qual tem como objetivos o ensino, a pesquisa, a extensão e a integração entre os diferentes níveis de ensino.

#### REQUERIMENTO N° 422

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado em Ata da presente sessão, "Votos de Congratulações" e manifestação de regozijo pela passagem do 118° Aniversário

de Emancipação do promissor Município de Tibagi, expressões estas que se atribui às pessoas do Excelentíssimo Senhor Doutor Eugênio Rodrigues Carneiro, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Osmar Horn, Mui Digno Vice-Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Doutor D'Artagnan Serpa Sá, Meritíssimo Juiz de Direito daquela Comarca, ao Ilustríssimo Senhor Doutor Antonio Carlos Paula da Silva, Mui Digno Promotor de Justiça, ao Excelentíssimo Senhor Vereador José Prestes Filho, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Luis Tadeu de Andrade Mercer, Mui Digno Vice-Presidente da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Evaldo Alberti, Mui Digno Primeiro Secretário da Câmara, ao Ilustríssimo Senhor Vereador Donatilio Pacheco dos Santos, Mui Digno Segundo Secretário da Câmara e demais Ilustres integrantes daquela Colenda Casa, Vereadores Zelia Lagos Taques Santos, João Mendes do Amaral, Aristeu Ribas, Silvio José Bittencourt e Nelson Horn.

Da decisão do plenário, REQUER, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades, através da Prefeitura Municipal local.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Ensejando o importante acontecimento que marca a 18 de março em curso, as comemorações alusivas ao 118º Aniversário do promissor Município de Tibagi, não poderíamos deixar de registrar nesta Casa parte da sua História, cuja essência, pela riqueza de fatos e a grandiosidade dos feitos daqueles que a ela se integram, confunde-se à própria História do Paraná.

Antes que, fosse iniciado o desbravamento e povoamento dos sertões de Tibagi, numerosas expedições e bandeiras foram organizadas até as barrancas do rio do mesmo nome, com penetrações em quase todas as direções da vasta zona do Tibagi. Desde os tempos mais remotos, era conhecida a notícia de que o rio Tibagi possuía ouro e transportava enorme quantidade de pedras preciosas, principalmente diamante, havendo mesmo a tradição de que esse rio corria sobre um leito diamantífero. Daí os motivos das numerosas expedições levadas até as margens desse rio, desde os primeiros tempos das entradas no sertão, feitas pelas bandeiras paulistas e, mais tarde, curitibanas. Entretanto, a formação de um povoado na região do Tibagi, somente foi tentada na última década do século XVII. Os primitivos moradores da atual Cidade de Tibagi procediam de São Paulo, e seu estabelecimento na região foi lento e durou vários anos, até que fosse definitivamente escolhida a localização do povoado.

Antônio Machado Ribeiro, que é o fun-

dador da cidade, veio de São Paulo em 1782, acompanhado de sua família, estabelecendo-se temporariamente no bairro das Furnas, Distrito de Castro. Constando haver muitas campinas e faxinais do lado do ocidente, Machado Ribeiro iniciou as explorações que atingiam regiões distantes, em pleno sertão. Posteriormente, transferiu sua residência para a Fazenda da Fortaleza, que mais tarde passou a ser propriedade de José Félix Novaes do Canto. Ali, Antônio Ribeiro sofreu repetidos assaltos dos índios bravios que, em grande número, habitavam aquela rica zona do interior paranaense. Depois de Antônio Machado Ribeiro se ter estabelecido nesses terrenos, apareceu ali o coronel José Félix Novaes do Canto, que passou a residir no lugar denominado Monte Alegre, estendendo seus domínios para o interior e, juntamente com Machado Ribeiro, abriu um caminho até a margem direita do Tibagi. Contudo, desgostoso por não ter podido legalizar as suas terras, Antônio Machado Ribeiro resolveu atravessar o rio, indo estabelecer-se nas campinas situadas à margem do Tibagi, justamente no local onde hoje se encontra a Cidade de Tibagi.

Ainda aí Machado Ribeiro sofreu muitos reveses ocasionados pelos selvagens, que não cessavam de hostilizar aqueles que se apoderavam das terras, onde encontravam a felicidade, na abundância da caça que proliferava nos sertões e nos cardumes de peixe que enriqueciam as águas do Tibagi e seus afluentes. Depois das muitas vicissitudes por que passaram Machado Ribeiro e sua família, resolveu ele tomar posse das terras compreendidas desde o rio Pinheiro Sêco até a Barra do Rio Santa Rosa, fazendo diversas plantações, inclusive algodão, com que tecia pano para seu uso. Tendo outras famílias ido residir nesse lugar, os aborígenes foram rechaçados e obrigados a se retirar para o interior do sertão, em virtude dos combates que lhes foram oferecidos com armas de fogo.

Falecendo Antônio Machado Ribeiro, seu filho Manoel das Dores Machado, herdeiro da propriedade, doou mais de 12.000 metros quadrados de terreno a Nossa Senhora dos Remédios, além da casa onde residia seu pai, com o fim de ser nele edificada a capela, o que foi realizado por uma irmã de Manoel das Dores, chamada Ana Beja, que, tendo mais de 60 anos de idade, para poder levar a efeito a construção da capela, viajava a cavalo até Castro e Ponta Grossa, levando consigo uma pequena imagem, a fim de conseguir esmolas com as quais pagava não só a mão-de-obra, como o material empregado na construção do templo, sendo que ela própria administrava o serviço. Ana Beja, por intermédio de João da Silva Machado, mais tarde Barão de Antonina,

conseguiu um Pároco para tomar conta da capela recém-construída, cargo que foi confiado ao Frei Guadêncio de Gênova, administrador da capela até a data do seu falecimento.

A povoação de Tibagi foi elevada à freguesia pela Lei provincial n° 15, de 16 de março de 1846. Pela Lei n° 320, de 18 de março de 1872, foi elevada à categoria de vila, sendo instalada a 10 de janeiro do ano seguinte. A Vila de Tibagi teve predicamento de cidade pela Lei n° 259, de 27 de dezembro de 1897. Já em 1872, Tibagi perdeu grande parte do seu território, para a formação do Município de Jataí, cuja área hoje forma 17 municípios do Estado; e a 26 de março de 1921, sofreu novo desmembramento, em virtude da Lei estadual n° 2038, que criou o município de Reserva. Pelo Decreto-lei estadual n° 199, de 30 de dezembro de 1943, o Município de Tibagi ficou formado pelos Distritos de Tibagi, Alto do Amparo, Natingüi e Ortigueira e constitui o único termo da comarca de Tibagi.

#### REQUERIMENTO N° 363

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Cultura, gerenciando pela instalação de uma Biblioteca Pública no Município de Missal.

Sala das Sessões em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

Desnecessário falar sobre a figura erudita do Sr. Secretário René Dotti, da importância do livro como instrumento de informação e enriquecimento cultural do ser humano.

Indispensável, contudo, relatar a necessidade do município de Missal, da instalação de uma biblioteca, a fim de criar estrutura de estudos e pesquisas para a comunidade local.

O Sr. Secretário há de conhecer as dificuldades das cidades do interior, onde tudo é conquistado à base de muito esforço, onde o estudo é uma batalha infinita. Se nas grandes cidades a população vê-se alijada de alguns mecanismos de acesso à informação e à cultura, o que não dizer da realidade das cidades de interior?

Se encaramos que o desenvolvimento só ocorre quando compreende elevação de níveis da sociedade e do cidadão, nos seus mais variados aspectos, muito embora o município em questão prospere economicamente, só estará realmente desenvolvido quando sua população puder gozar do privilégio de deter o conhecimento universal - para o que os livros são de fundamental importân-

cia.

O Município de Missal, contudo, não pode arcar, sozinho, com o ônus da instalação desta biblioteca, razão pela qual recorreremos aos préstimos da pessoa sensível do Sr. Secretário, solicitando se digne mandar proceder os estudos e entendimentos necessários com a Prefeitura de Missal, a fim de concretizar o pleito.

Que do teor do presente se dê ciência ao Sr. Prefeito e Vereadores de Missal.

#### REQUERIMENTO N° 368

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Fazenda, solicitando que seja modificada a determinação de que o recolhimento dos impostos devem ser feitos no Banco do Estado, tendo em vista que em muitos municípios ainda não se encontram agências da referida instituição de crédito, o que gera sérios problemas aos contribuintes desses municípios, que têm que se deslocar a outros, com despesas diversas, principalmente de locomoção e alimentação.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO N° 469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas parlamentares e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Cel. Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, a fim de que o 3° Pelotão de Polícia Rodoviária, sediado em Pato Branco, seja transformado em Cia. de Batalhão de Polícia Rodoviária.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que a cidade de Pato Branco se caracteriza pelo entroncamento rodoviário, ou seja: Sudoeste do Paraná, Norte de Santa Catarina, ponto de passagem de economia sobre rodas, o que torna uma das regiões de maior potencial de risco, o que, com apenas um pelotão de aproximadamente trinta policiais militares rodoviários, torna humanamente impossível a prevenção aos acidentes de trânsito rodoviário, bem como deficiente a combate ao crime organizado, como o furto de veículos automotores, assaltos a postos de revendedores de combustíveis ao longo das rodovias, etc.

Para fazer frente ao exposto, que traduzem a insegurança da própria população da área, bem como daqueles que fazem uso

das rodovias daquela região.

A transformação do 3º Pelotão em Cia. de Polícia Rodoviária, com efetivo aumentado em aproximadamente 60 homens, viria minimizar os problemas de trânsito rodoviário, tranquilizando o usuário contribuinte.

REQUERIMENTO N° 456

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos pela reeleição do Vereador Celso Setsuo Mori à frente da Associação das Câmaras de Vereadores da Microrregião 12 do Estado - ACAMDOZE, no último dia 17 de março.

Que a presente proposição represente o nosso abraço ao nobre edil mourãoense, que pelo seu espírito empreendedor, aliado ao dinamismo e capacidade, foi reconduzido ao cargo, além de votos sinceros para que a nova presidência alcance seus objetivos, numa gestão profícua e empreendedora.

Que do presente se dê ciência ao homenageado, na Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 457

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao novo presidente do Clube dos Diretores Lojistas de Campo Mourão - CDL, Sr. José Aparecido de Oliveira, eleito no último dia 14 de março.

Que a presente proposição represente os cumprimentos deste Poder, além dos votos sinceros para que a nova presidência alcance seus objetivos, numa gestão profícua e empreendedora.

Que do presente se dê ciência ao homenageado, na Jomar Tecidos e Confecções, Av. Capitão Índio Bandeira, 851, Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 451

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural -

EMATER e à Associação de Hortifrutigranjeiros de Campo Mourão - HORTICAMPO, bem como aos apoiadores, pela feliz iniciativa de promover um encontro regional de Olericultura no Município de Campo Mourão.

O evento congregou produtores, extensionistas, pesquisadores, professores e estudantes na discussão dos mais recentes avanços alcançados na tecnologia de produção de hortaliças em ambiente protegido e a céu aberto no Paraná, com o objetivo de alcançar alternativas viáveis para essa atividade na região.

Que do presente se dê ciência ao Núcleo Regional da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, e à Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 458

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos ao Professor José Molina Netto, pelo lançamento do livro "Quando a Primavera Voltar", em concorrida solenidade de autógrafos, ocorrida no último dia 10 de março.

Que a presente proposição represente os cumprimentos deste Poder, além de votos sinceros para que a inspiração poética esteja sempre ativa.

Que do presente se dê ciência ao homenageado, no Colégio Estadual João Mafei, do Município de Juranda.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 459

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações e aplausos a Sua Excelência Reverendíssima, Dom Virgílio de Pauli, DD. Bispo da Diocese de Campo Mourão, pela sua dedicação diuturna frente as festividades alusivas aos festejos de São José, Padroeiro da cidade.

Dom Virgílio merece ainda ser homenageado pelos constantes e relevantes serviços prestados à comunidade que representa. Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Senhor Bispo, para que receba e transmita a toda comunidade campo-mourãoense, o respeito e a admiração da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 371

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste requerimento ao Dr. Paulo David da Costa Marques, MD. Diretor do Departamento de Administração Geral do IPE, cumprimentando-o pelo excelente trabalho e dinamismo que vem implementando naquele órgão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Valorizar e reconhecer o trabalho, a dedicação e a probidade do homem público, do trabalhador comum e do funcionário público, torna-se um dever de consciência. Esta a razão porque apresentamos este requerimento procurando dar um testemunho do valor, da dedicação e lisura com que vem desempenhando suas funções como Diretor do Departamento de Administração Geral do Instituto de Previdência do Estado - IPE, dando um exemplo a todos quantos pertencem a essa laboriosa classe de trabalhadores, que representa o funcionalismo público.

O Dr. Paulo Marques, frente àquele Departamento, representa o trabalho sério, a dedicação voluntária e a agilização dos processos sob sua responsabilidade.

Mércê do seu dinamismo e consciência de suas obrigações como funcionário e diretor daquele Departamento, mostra-se sempre solícito a todos que o procuram, em busca de soluções para seus problemas.

Esta a razão porque o cumprimos, na certeza de que continuará atuando como sempre o fez, com amor, dedicação, empenho e seriedade.

REQUERIMENTO N° 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, solicitando a instalação de 2 varas no Fórum de Foz do Iguaçu, sendo uma cível e outra criminal.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

A presente medida faz-se necessária, haja vista a crescente demanda de processos submetidos a julgamento na Comarca de Foz do Iguaçu, e diante de tal quadro, as varas existentes não mais atendem às necessidades daquela Comarca.

REQUERIMENTO N° 433

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER

à Casa, ouvido o Plenário, o registro de manifestação expressa de apoio ao Plano "Brasil Novo" de estabilização Econômica implantado pelo Presidente Fernando Collor.

As medidas adotadas pelo Governo Federal sob a liderança do novo Presidente da República, representam um esforço excepcional para o controle da inflação e, numa etapa seguinte, a retomada do desenvolvimento em bases sólidas, para levar o Brasil à comunidade dos países do Primeiro Mundo.

Num primeiro momento, o novo plano poderá trazer algumas dificuldades de caráter localizado, ao restringir a liquidez da economia, mas ninguém ignora que seriam piores as dificuldades decorrentes da voragem inflacionária que desviava os agentes econômicos da produção, sob uma especulação desenfreada cujo estímulo principal residia no desequilíbrio das contas do Governo com seu imenso déficit público.

A crise inflacionária que ameaçava o País só poderia ser combatida com as medidas enérgicas adotadas pelo Presidente Collor, que tem sabido conduzir as rédeas da Administração Federal com firmeza, austeridade e espírito democrático.

Esta a razão porque a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná expressa seu apoio ao Plano de Estabilização do Governo do Presidente Collor.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 394

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, pede à egrégia Assembléia Legislativa que oficie à SANEPAR pedindo providências pela "sujeira terrosa" existente na água fornecida a Curitiba, e região metropolitana, em localidades tão diversas como Santa Felicidade, o alto de São Francisco, o bairro da Cachoeira, ou o bairro de Santa Quitéria, conforme reclamações de consumidores enviadas a este Deputado, e pessoalmente comprovadas.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que houve fortes chuvas na região dos mananciais no mês de janeiro, no entanto, continuam as reclamações do povo, após todo o mês de fevereiro praticamente ensolarado e estes dias de março já vencidos.

Pede-se à SANEPAR que mantenha a qualidade do produto fornecido na proporção das taxas cobradas, e de acordo com sua exemplar tradição.

Isto se faz para justificar esta Assembléia como caixa de ressonância dos an-

seios populares, em resposta à solicitação de moradores que alegam "... que nem os cachorros bebem a água que sai da torneira da rua, e que é impossível lavar roupa sem sujá-la com a água dos últimos dias ..." (sic).

## REQUERIMENTO N° 493

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja oficiado à Secretaria Especial do Ensino Superior Ciência e Tecnologia, no sentido de atender urgentemente as reivindicações da Universidade Estadual de Londrina, referente ao ofício - R - n. 132/90 datado de 14.03.1990, que está anexado neste requerimento.

Requer-se, também que, da decisão da Casa, seja dada ciência deste à Direção da Universidade Estadual de Londrina, cuja nominata e endereços integram este requerimento.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

## REQUERIMENTO N° 460

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER para que seja enviado ofício ao Sr. Ito Vieira, DD. Diretor Regional do SENAI - Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial, solicitando estudos de viabilidade para a instalação de uma Unidade Móvel daquele órgão, no Município de Turvo.

Sala das Sessões em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação nos foi formulada através de líderes comunitários daquele Município, que solicitaram a presença de uma comissão do SENAI, para estudar a viabilidade de instalação de cursos naquela localidade, capazes de atender suas reais necessidades.

Ciente da relevância desta proposição, contamos com a costumeira atenção por parte do Sr. Ito Vieira, em atender os pedidos que são encaminhados ao órgão que dirige, e certo do seu atendimento ficamos no aguardo de um breve posicionamento.

## REQUERIMENTO N° 461

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER que seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando-lhe as providências cabíveis, no tocante ao envio de verbas para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais -

APAE do Município de Goioerê, para que a referida instituição possa dar prosseguimento no atendimento social de transporte dos excepcionais do Município de Janiópolis, até sua sede, para receberem tratamento educativo e de recuperação, trabalho este que foi interrompido devido a falta de recursos financeiros que sirvam à esta finalidade.

Sala das Sessões, 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

## REQUERIMENTO N° 344

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante suscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde, gestionando pela construção e instalação de Hospital e Pronto Socorro no Município de Santa Terezinha de Itaipu.

(a) Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

## JUSTIFICATIVA:

Antiga reivindicação da comunidade de Santa Terezinha de Itaipu, a construção de implantação de um Hospital e Pronto Socorro vai de encontro à necessidade da população no campo da saúde.

O atendimento, nesse setor, que é realizado no Município em questão é precário, nos Postos instalados pela Prefeitura ou mantidos em convênios, ou, junto à rede particular, inacessível.

Município de porte médio, de crescimento acelerado, Santa Terezinha de Itaipu, há muito é merecedor dos estudos necessários e da conseqüente construção do Hospital, a fim de desobrigar a população a recorrer aos serviços prestados em municípios vizinhos.

Considere-se ainda, a conveniência da concretização do pleito, uma vez que iria constituir unidade de apoio indispensável ao sistema de saúde de toda a região.

Certos de que os Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde, cientes da necessidade da efetivação do compromisso do Estado com a saúde da população, nas suas mais diversas formas, encarregar-se-ão da instrução das medidas requeridas, aguardamos um posicionamento oficial dentro da brevidade óbvia.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito municipal do Município em questão.

## REQUERIMENTO N° 345

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante suscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial à Companhia de Sanea-

mento do Paraná, SANEPAR, gerenciando por melhorias no abastecimento ao Município de Medianeira.

Sala das Sessões em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

**JUSTIFICATIVA:**

Estudos realizados, recentemente, por técnicos de alto nível, demonstraram que o problema do Município em questão, decorre do consumo, inúmeras vezes superior à capacidade de abastecimento existente.

É, portanto, emergente, a necessidade de viabilizar o acondicionamento dessa capacidade de abastecimento ao consumo, a fim de eliminar as dificuldades que, com isso, a população de Medianeira vem enfrentando, como a constante interrupção de abastecimento.

Como a cidade tem experimentado um incrível crescimento nos últimos anos, a estrutura de saneamento é insuficiente para alcançar todos os pontos do Município, o que merece, também a atenção da SANEPAR.

Há um projeto, há muitos anos parado, denominado "ADUTAR 2000" que aborda toda a problemática no campo de abastecimento de água e saneamento do Município de Medianeira, apontando, inclusive, a solução para tais problemas.

É imprescindível que o Dr. Nivaldo Krügger, determine a imediata tomada das providências aludidas, a fim de minimizar as grandes dificuldades que a população do referido Município enfrenta com relação ao abastecimento de água pela SANEPAR.

Que do teor do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Medianeira.

**REQUERIMENTO N° 346**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado dos Transportes, gerenciando pelo asfaltamento da Estrada que liga o município de Missal ao Distrito de Aparecidinha.

Sala das Sessões, em 26.03.90

(a) ARIALBA FREIRE

**JUSTIFICATIVA:**

Tal trecho rodoviário, que compreende aproximadamente, 10 km em linha reta, é de fundamental importância para o escoamento da produção agrícola, base da sobrevivência econômica local.

O atual estado da estrada é calamitoso, provocando atrasos no transporte de produtos, impossibilidade de tráfego, por ocasião de chuvas, além de acidentes dada a falta de segurança.

Importante destacar que tal pavimentação asfáltica foi assumida, à época da campanha, pelo Senhor Governador, como

compromisso com a comunidade local que confiou maciçamente, no nosso atual Governo e padece, até hoje, pela falta de consecução do pleito.

Para os padrões da Secretaria de Estado dos Transportes, é minúsculo o trecho que necessita de pavimentação mas, com certeza, indimensionáveis serão os benefícios advindos à população de Missal e distritos próximos, com a realização da obra.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal de Missal.

**REQUERIMENTO N° 347**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo, à Secretaria de Estado dos Transportes, gerenciando pelo asfaltamento da Estrada que liga o município de Missal à localidade "Praia".

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

**JUSTIFICATIVA:**

A pavimentação asfáltica de tal trecho rodoviário constitui antiga reivindicação de Missal, sendo de fundamental importância para a estrutura e desenvolvimento locais.

Além disso, o atual estado da Estrada - de grande movimento - é calamitoso, provocando atrasos no transporte de cargas, impossibilitando o tráfego, por ocasião de chuvas e vários acidentes, dada a insegurança do trecho.

Importante destacar que tal pavimentação asfáltica foi assumida, à época da campanha, pelo Senhor Governador, como compromisso com a comunidade local que confiou maciçamente no nosso atual Governo, padecendo, agora, pela falta de consecução do pleito.

Para os padrões da Secretaria acionada, é irrisório o trecho que necessita de pavimentação (13 km), mas com certeza, indimensionáveis serão os benefícios advindos à população de Missal, em questão, com a realização da obra.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal de Missal.

**REQUERIMENTO N° 348**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à Secretaria de Estado da Cultura, gerenciando pela liberação de verba para conclusão da Casa da Cultura, no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

**JUSTIFICATIVA:**

Concebida para abrigar as mais diversificadas forma de expressão da cultura, a Casa da Cultura em Medianeira transformar-se-á no principal centro de animação e promoção cultural local.

É dirigida à população - sem exceções - num investimento na formação e promoção da cultura do cidadão paranaense.

Lamentavelmente - e como sempre ocorre em nosso País - esse sonho esbarrou na exigüidade de verbas da municipalidade, para arcar com as despesas de conclusão das obras da sede da instituição que, já em estado bastante adiantado, encontram-se paradas, à espera de novos recursos.

A comunidade tem se mobilizado na tentativa de levantar fundos para o prosseguimento da construção. Isso, contudo, é insuficiente, tendo um valor meramente para efeito de consciência e ligação da comunidade com a causa empunhada. Diante disso, apelamos à sensibilidade do Senhor Secretário de Estado da Cultura, no sentido de autorizar dotação financeira ao Município de Medianeira, a fim de que a Casa da Cultura seja concluída e possa abrigar as manifestações culturais do e para nosso povo.

Mais detalhes - e temos certeza de que o Senhor Secretário fará questão de conhecê-los, poderão ser obtidos diretamente junto ao Senhor Prefeito Municipal do referido Município.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores e Prefeitos de Medianeira.

**REQUERIMENTO N° 349**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo ao Senhor Governador do Estado, gerenciando pela liberação de recursos para a Prefeitura Municipal de Medianeira, com a finalidade de conclusão das obras do Fórum Municipal.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

**JUSTIFICATIVA:**

Em virtude dos grandes gastos com que arca a Prefeitura Municipal, com alugueres do prédio onde funciona o Fórum, até hoje, foi tomada a decisão de construir uma nova sede, em espaço mais apropriado.

As obras foram iniciadas e, já num estado consideravelmente avançado, foram interrompidas pela falta de verbas. É preciso destacar que a Prefeitura já arcou com parte razoável no empreendimento e que, apesar disso, continua arcando com os ônus financeiros do aluguel do prédio onde en-

contra-se funcionando o Fórum.

Como é conhecida pelo Governo do Estado e por toda a classe política, a dificuldade por que passam as prefeituras de todo o País, pela carência de recursos, gestionamos ao Governo do Estado, para que se sensibilize, liberando a quantia necessária para conclusão das obras aludidas.

Esse montante poderá ser verificado diretamente por Sua Excelência junto ao Prefeito Municipal.

Que do presente se dê ciência aos senhores Vereadores e Prefeito municipal de Medianeira.

**REQUERIMENTO N° 350**

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, gerenciando pela ampliação e reformas na Delegacia de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

**JUSTIFICATIVA:**

É lamentável o estado em que se encontra a Delegacia de Medianeira. Recentemente durante uma rebelião, os detentos colocaram fogo nas dependências da mesma e, até hoje, os resquícios estão manifestos na condição deplorável do edifício onde funciona.

Há apenas duas celas - uma para homens e, outra, para mulheres e crianças - comportando, no máximo, seis pessoas, mas que, estão abarrotadas com até quinze cada.

Tal Delegacia desenvolve um papel muito especial no esquema de segurança da região fronteira, uma vez que para lá são encaminhados os detidos pela Receita Federal, por contrabando e envolvimento com tóxicos. Há, portanto, presos de alta periculosidade, detidos em uma cela apenas, no interior de um prédio pronto para ruir, onde os mesmos, com água fria e aquecida, alternadamente, removem o concreto da parede, abrindo caminho para a fuga.

Essa escandalosa falta de segurança expõe os moradores da região a uma situação realmente intranquilha eis que, vivem sempre, na iminência de uma nova fuga, pela constância com que elas ocorrem.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo próprio Senhor Secretário, junto ao Prefeito, Vereadores e, mesmo, Delegado de Polícia local, todos unânimes, quanto à necessidade de proceder, urgentemente, reparos nesta Delegacia.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal de Medianeira.

**REQUERIMENTO N° 351**

Senhor Presidente.

(a) ARIALBA FREIRE

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial à Secretaria do Estado da Segurança Pública, solicitando duas viaturas policiais para o Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

Em que pese o esforço, dedicação e empenho dos trabalhadores policiais de Medianeira, o trabalho de segurança pública deixa muito a desejar por falta de viaturas novas, para o atendimento às ocorrências, rondas e outros procedimentos da rotina policial.

Aliás, essa é uma das maiores reclamações da população local: o não atendimento por falta de viaturas. Esse problema acaba corroborando para a proliferação de ações transgressoras da ordem, uma vez que os marginais, conhecendo as limitações da Polícia, agem criminosamente, com pequenas chances de serem apanhados.

A doação das duas viaturas para Medianeira contribuirá, em muito, para a otimização dos serviços de segurança pública no município, rumo à eficiência e eficácia almejadas pelo Senhor Secretário.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal de Medianeira.

REQUERIMENTO N° 352

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, na forma regimental, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Senhor Secretário Especial da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, no sentido de viabilizar a construção de 50 (cinquenta) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de São Miguel do Iguaçu.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos Vereadores da localidade em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

REQUERIMENTO N° 353

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado Expediente à FAMEPAR, Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, solicitando a doação de 100 (cem) cadeiras para o Plenário da Câmara Municipal de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

O material solicitado tem por finalidade abrigar a população do Município de Medianeira, quando do comparecimento para assistência às Sessões Plenárias da Câmara Municipal, bem como para realização de outros eventos nas dependências do seu prédio.

Tem se mostrado bastante interessada a população de Medianeira, no acompanhamento dos trabalhos dos Senhores Vereadores, sobretudo, na elaboração da Nova Lei Orgânica. Lamentavelmente, não há estrutura para acomodar todos os populares o que acaba acarretando grandes transtornos aos Senhores Vereadores que prezam muito a presença da comunidade durante as sessões.

Outro fato importante é que a Câmara é constantemente procurada para servir de espaço para realização de reuniões, convenções, seminários e debates, todos inviáveis pela falta das cadeiras solicitadas.

Que do presente se dê ciência aos Senhores Vereadores e Prefeito Municipal de Medianeira.

REQUERIMENTO N° 358

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo, ao Departamento de Estradas e Rodagem da Secretaria do Estado dos Transportes, gestionando pela construção de um trevo na BR-277 (sentido Foz-Curitiba), na entrada do Município de Medianeira, em frente do SUDCOP.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

É emergencial a construção deste trevo. Qualquer aceno para inexistência de dotação orçamentária, constituirá argumento falho, diante das centenas de vidas ceifadas nesse trecho da BR-277.

A SUDCOP é uma grande empresa do setor frigorífico, onde trabalham mais de mil funcionários, muitos dos quais, vítimas de acidentes da entrada do serviço.

Todos os dias, há ocorrência de acidentes nesta rodovia, na altura indicada, pela falta de sinalização e conversão apropriada.

A própria localização da SUDCOP é num ponto da rodovia onde os automóveis e caminhões transitam em alta velocidade, eis que, é a saída da cidade de Foz do Iguaçu.

As medidas necessárias para construção de tal trevo devem ser tomadas em caráter emergencial, para frear os atropelamentos e acidentes que acabam por ceifar inúmeras vidas, além de inutilizar, irremediavelmente, outro grande número.

Que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal e Vereadores de Medianeira.

#### REQUERIMENTO N° 370

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, manifestando solidariedade pela ação humana expressa na medida provisória assinada por Sua Excelência que declara impenhorável o imóvel residencial próprio do casal ou da família.

Sala das Sessões, em 26.03.90

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

A medida de proteção ao patrimônio familiar, tendo em vista as restrições expostas na medida provisória assinada pelo Presidente José Sarney, vem de encontro a proteger a família do credor e garantir o direito de moradia a todo cidadão brasileiro.

Por outro lado, a medida protege principalmente as crianças que, nestes casos, são penalizadas com total inocência.

Com a atual situação do País, as dificuldades já são muitas e a falta de moradia soma-se às inúmeras dificuldades.

Acreditando na ação humana e social da medida é que enviamos o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO N° 375

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Heinz George Herwig solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Pato Branco.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### Apoiamento:

Nereu Carlos Massignan, Nelson Vasconcellos e Paulino José Delazeri.

#### REQUERIMENTO N° 362

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial à Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná, FAMEPAR, solicitando informações sobre o repasse de recursos através do "PRAM" - Programa de Apoio aos Municípios.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

Inúmeros prefeitos, vereadores e lideranças de toda a região Oeste - d'onde procedemos - têm se dirigido a nós para conhecer as razões pelas quais não há mais repasse de recursos através do "PRAM".

Lamentavelmente, não dispomos dos dados necessários para prestar tal informação, a vez que também fomos colhidos com surpresa pela notícia de extinção dos repasses feitos através do programa.

Foi através do PRAM que tais prefeituras conseguiram viabilizar obras importantes e é, exatamente, essa a razão da estranheza da falta de prosseguimento ao Programa.

É indispensável saber da manutenção ou suspensão do programa, além dos critérios utilizados para os repasses, a fim de satisfazermos a inquietações das lideranças de nossa região.

#### REQUERIMENTO N° 426

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Sengés, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios a de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 427

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER

seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Grandes Rios, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios a de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 428

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Guapirama, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 429

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de Congonhas, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios de direito, prossiga em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejadas.

Do presente, requer se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 359

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, gestionando pela implantação de uma farmácia no Município de Santa Terezinha do Itaipu.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

Tal propositura tem a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos segurados do IPE, funcionários públicos, aposentados e pensionistas, na grande maioria professores, nas suas mais variadas formas.

O serviço que vem sendo prestado - em que pese as limitações do Instituto - é precário demais e não condiz, em absoluto, com os valores que tais servidores mensalmente recolhem.

Um benefício, por exemplo, bastante reivindicado, é a compra de medicamentos com descontos. Essa que já é uma conquista, há anos, de servidores em quase todo o Estado, é ainda um ponto de luta dos trabalhadores estaduais, aposentados e pensionistas do IPE, em Santa Terezinha do Itaipu.

Com certeza, a instalação da farmácia do IPE naquela localidade, muito contribuiria para a otimização dos serviços prestados aos contribuintes, rumo à eficiência e eficácia almejadas pela atual gestão do IPE.

Que do presente se dê ciência aos Vereadores e Prefeito Municipal de Santa Terezinha de Itaipu.

#### REQUERIMENTO N° 360

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, gestionando pela implantação de uma farmácia no Município de Medianeira.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

Tal propositura tem a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos segurados do IPE, funcionários públicos, aposentados e pensionistas, na grande maioria professores, nas suas mais variadas formas.

O serviço que vem sendo prestado - em que pese as limitações do Instituto - é precário demais e não condiz, em absoluto, com os valores que tais servidores mensalmente recolhem.

Um benefício, por exemplo, bastante reivindicado, é a compra de medicamentos com descontos. Essa que já é uma conquista,

ta, há anos, de servidores em quase todo o Estado, é ainda um ponto de luta dos trabalhadores estaduais, aposentados e pensionistas do IPE, em Medianeira.

Com certeza, a instalação da farmácia do IPE naquela localidade, muito contribuiria para a otimização dos serviços prestados aos contribuintes, rumo à eficiência e eficácia almejadas pela atual gestão do IPE.

Que do presente se dê ciência aos Vereadores e Prefeito Municipal de Medianeira.

#### REQUERIMENTO N° 361

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, adiante subscrita, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, gestionando pela implantação de uma farmácia no Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

Tal propositura tem a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados aos segurados do IPE, funcionários públicos, aposentados e pensionistas, na grande maioria professores, nas suas mais variadas formas.

O serviço que vem sendo prestado - em que pese as limitações do Instituto - é precário demais e não condiz, em absoluto, com os valores que tais servidores mensalmente recolhem.

Um benefício, por exemplo, bastante reivindicado, é a compra de medicamentos com descontos. Essa que já é uma conquista, há anos, de servidores em quase todo o Estado, é ainda um ponto de luta dos trabalhadores estaduais, aposentados e pensionistas do IPE, em São Miguel do Iguaçu.

Com certeza, a instalação da farmácia do IPE naquela localidade, muito contribuiria para a otimização dos serviços prestados aos contribuintes, rumo à eficiência e eficácia almejadas pela atual gestão do IPE.

Que do presente se dê ciência aos Vereadores e Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO N° 379

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Fi-

nanceiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Tijucas do Sul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Antenor Batista da Rocha.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 380

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Rio Negro.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, José Müller.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 381

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a

construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Quitandinha.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, João Santana Pinto.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 382

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Piên.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Laércio B. dos Santos.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 383

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni

Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Campo do Tenente.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Homero Grein.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 384

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Agudos do Sul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Nabor Longuinos Dorabiel-lo.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 385

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretá-

rio de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município da Lapa.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Sérgio Augusto Leoni.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 386

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de São José dos Pinhais.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Moacir Piovesan.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 387

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de

expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Quatro Barras.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, João Carlos Creplive.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 388

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Contenda.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Pedro Boquen.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 389

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Campina Grande do Sul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Elerriam do Rocio Zanetti.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 390

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Bocaiúva do Sul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Acrides L. Santos.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 391

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Matinhos.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Francisco Carlim dos Santos.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 392

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Guaratuba.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento, poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, Aldo Abagge.

Devido ao déficit habitacional, verificado no Município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## REQUERIMENTO N° 401-B

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, infra assinada, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo, aos Senhores Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, questionando e pedindo providências urgentes e enérgicas no sentido de que seja revista a Política Habitacional no Estado do Paraná e no Brasil.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

## JUSTIFICATIVA:

Senhor Governador do Estado do Paraná e Excelentíssimo Senhor Presidente da República; a especulação financeira está sendo efetuada tanto na cidade de Foz do Iguaçu, como em outras cidades do Paraná e do Brasil, com relação aos programas habitacionais da COHAPAR e COHAB, sendo que o cidadão se inscreve, isto o especulador, adquire, embora seja proprietário de outro imóvel, e aluga a casa para terceiros ou vende-a, visando, dessa forma, lucros exorbitantes, fazendo com que essas propriedades, que seriam para cidadãos comuns, pessoas de baixa renda, sejam aumentadas em seu valor imobiliário, alterando a política habitacional, impedindo, dessa forma, a inscrição e a aquisição dos que realmente necessitam comprar sua casa própria.

Para que se corrija essa distorção social é que nos dirigimos a Vossas Excelências para que sejam feitas inspeções e apurados os casos, fazendo e realizando a revisão dos referidos programas habitacionais.

Que se dê ciência do inteiro teor deste requerimento aos Senhores Presidente da COHAPAR, da COHAB e da Caixa Econômica Federal, em Brasília.

## REQUERIMENTO N° 401-C

Senhor Presidente.

A Deputada Estadual autora do presente, firmatária do mesmo, REQUER, na forma regimental, após ouvida a manifestação do douto Plenário e em regime de urgência, seja enviado expediente Oficial do Poder Legislativo à Senhora Secretária de Estado da Educação, solicitando a Implantação do Curso de Nível de Segundo Grau no Colégio Estadual "Costa e Silva", no bairro Jardim América na cidade de Foz do Iguaçu - Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

## JUSTIFICATIVA:

O COLÉGIO ESTADUAL COSTA E SILVA fica a uma distância considerada enorme aos demais colégios que oferecem o curso de Se-

gundo Grau.

Por ficar mesmo em uma posição privilegiada, atendendo a clientela escolar de vários bairros, é que nos dirigimos a Vossa Excelência, no sentido de que seja implantado curso a nível de Segundo Grau no mencionado Colégio.

Os alunos não terão necessidade de se deslocar utilizando ônibus, pois a situação econômica da maioria assim não permite, dando oportunidade para que os nossos estudantes completem a sua formação cultural e educacional e possa disputar com igualdade de condições o mercado de trabalho em qualquer parte do país.

## REQUERIMENTO N° 401-D

Senhor Presidente.

A Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, envio de expediente ao Senhor Presidente da Fundepar para a ampliação do Colégio Estadual Costa e Silva, na cidade de Foz do Iguaçu - PR.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

## JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual Costa e Silva dado à sua localização atende a uma clientela escolar numerosa, pois atende a uma grande parcela da comunidade, na maioria crianças vindas de famílias de baixa renda. O número de alunos hoje é maior que o aspecto físico que a escola pode comportar.

Diante do exposto solicitamos seja incluído no programa de ampliação de escolas o referido colégio.

## REQUERIMENTO N° 401-E

Senhor Presidente.

A Deputada Estadual, autora do presente e firmatária do mesmo, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo ao Senhor Superintendente da Fundepar, solicitando Reformas e Construção de Escolas no Município de Matelândia - PR.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

## JUSTIFICATIVA:

Atendendo solicitação do nobre Vereador Domingos Pandolfo, na cidade de Matelândia - PR., encaminho a Vossa Senhoria, a apreciação, o pedido de reforma nas escolas estaduais do município de Matelândia, pois o uso constante das instalações fazem com que o desgaste seja rápido, solicitamos também a construção de Novas Escolas que sejam realizadas diligências neste sentido, pois a demanda escolar, assim exige, por ser grande.

Como sabemos ser a educação a prioridade de todos os governantes, que primam

pela valorização social do ser humano é que requeremos o atendimento ao presente, em regime de Urgência.

REQUERIMENTO N° 401-F

Senhor Presidente.

A Deputada Estadual, autora do presente, e firmatária do mesmo, REQUER, com fundamento no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Presidente da Copel, para que seja feito um estudo e que seja corrigida a maneira de cobrança de Taxas de Instalação de Energia Elétrica no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, o cidadão quando necessita fazer uma instalação Elétrica em sua propriedade é obrigado a recolher aos cofres públicos, no ato da inscrição, a Taxa em BTNF e deve aguardar aproximadamente, cento e oitenta (180) dias para que o serviço seja realizado.

Por considerarmos um desrespeito para com o Contribuinte, trazendo-lhe prejuízos financeiros, além da demora para que possa utilizar seu imóvel é que requeremos as devidas providências no sentido de que no ato da Instalação os contribuintes paguem a devida Taxa.

Que do inteiro teor seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Missal, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul, Diamante, São José das Palmeiras e Santa Helena, bem como aos Presidentes das Câmaras dos Municípios citados.

REQUERIMENTO N° 401-G

Senhor Presidente.

A Deputada Estadual, autora do presente, e firmatária do mesmo, REQUER, com fundamento no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social, solicitando a doação de um MICROÔNIBUS à Casa do Menor "Ana Zornig" no Município de Rio Negro - Pr.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

Senhor Secretário, a Casa do Menor "Ana Zornig", conforme documentação anexa, é uma entidade Beneficente tradicional e de relevantes serviços prestados à comunidade Rio Mafrense.

O Governo do Estado e Prefeitura Municipal contribuem com pequenas parcelas para a manutenção da mesma, porém, cabe à comunidade a maior participação.

Por se tratarem de crianças de baixa

renda, o Transporte é feito por uma "Kombi" em Precárias Condições, sendo que a mesma é obrigada a realizar várias viagens, colocando em risco a Segurança das Crianças, além da vultosas despesas com combustíveis e manutenção, onerando uma Casa Assistencial, que dá atendimento entre quatrocentas a quinhentas crianças, aproximadamente.

Sendo essa uma solicitação de cunho altamente social é que requeremos a Doação de um Micro-Ônibus que resolveria o problema de transporte dos assistidos que variam da idade de zero a dezesseis anos.

Que o presente teor seja dado ciência à entidade, ao Senhor Prefeito Municipal e aos Vereadores, através de seu Presidente, no Município de Rio Negro - Paraná.

REQUERIMENTO N° 401-H

Senhor Presidente.

A Deputada estadual, autora do presente, e firmatária do mesmo, REQUER, com fundamento no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Presidente da Sanepar, para que seja solucionado com a maior brevidade possível o problema de abastecimento de Água em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

A água é o único alimento essencial à vida do ser Humano.

Foz do Iguaçu sofreu uma explosão habitacional sem uma infra-estrutura adequada para tanta demanda.

O abastecimento de água está deficitário, causando graves e sérios transtornos à população daquele município, sendo que já existem estudos para o aproveitamento do Lago de Itaipu.

Temos certeza que Vossa Senhoria, Senhor Presidente da Sanepar, como um dos defensores mais ardorosos das causas municipais, saberá resolver no mínimo espaço de tempo a este impasse, tomando medidas imediatas, bem como satisfatórias fazendo com que a população não fique à mercê somente de esperança e sim de algo a ser concretizado conforme o interesse geral assim o exija.

Por considerar de maior relevância a proposição acima descrita é que trago à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis para ser aprovado como medida de urgência.

REQUERIMENTO N° 410

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de

Transportes, para a conclusão imediata do contorno sul, município de São José dos Pinhais/Araucária.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### REQUERIMENTO N° 412

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor WAGNER BRÚSSULO PACHECO, Procurador Geral do Estado, para que o mesmo informe o seguinte:

I - Nominar e quantificar quais precatórias foram pagas pelo Tesouro do Estado no período compreendido entre 15 de março de 1987 a 15 de março de 1990.

II - Nominar e quantificar quais liquidações foram feitas pelo Tesouro Estadual, mediante acordo aprovado pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral, como homologação do Chefe do Poder Executivo.

Anexar cópias das atas de deliberação do Colendo Conselho Superior que autorizou os acordos.

III - Demonstrar o item I e II, incluindo data do pagamento e valor pago.

Sala das Sessões em, 26.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO N° 413

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no art. 55 da Constituição Estadual, REQUER, após ouvido o Plenário o envio do expediente ao Senhor CARLOS ANTÔNIO DE ALMEIDA FERREIRA, Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., para que o mesmo informe o seguinte:

Quais as entidades filantrópicas, Club de serviços, escolas, creches, hospitais, asilos, etc., nominando-as, que foram beneficiadas no período compreendido entre 15 de março de 1987 a 15 de março de 1990, por doações feitas pelo Banco do Estado do Paraná S.A., ou pelo Banestado Club, fornecendo inclusive a data e seus valores.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### REQUERIMENTO N° 431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício a Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURDES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando sejam realizados estudos objetivando a implantação gradativa das 5a. a 8a. séries na "ESCOLA PROFESSOR IVO ZARDO" - En-

sino de 1° Grau, em Ponta Grossa.

Fundamenta a presente moção, expediente recebido da Associação de Moradores do Núcleo Residencial Flávio Carvalho Guimarães, onde está situado o mencionado estabelecimento de ensino, em que faz veemente apelo sobre a necessidade de medidas imediatas para efetivação dessa implantação de forma a propiciar à clientela estudantil a oportunidade de dar prosseguimento ao seu aprendizado.

Outro aspecto a ser ponderado, é o fato da escola ministrar somente o curso de 1a. a 4a. séries do 1° Grau e o único estabelecimento que pode oferecer o Curso de 1° Grau completo é o Grupo Escola "Amílpio Pinheiro", distante do Núcleo Residencial Flávio Carvalho Guimarães, o que, obrigatoriamente, impõe um certo ônus que nem sempre pode ser assumido, particularmente por tratar-se de pessoas de baixa renda.

Por consequência, e, lamentavelmente, esses têm sido alguns dos fatores que têm contribuído acentuadamente para crescer índices de desistência nas escolas, o que não nos parece, absolutamente, salutar.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### REQUERIMENTO N° 435

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado Expediente Oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Saúde e ao Senhor Governador, gestionando pela liberação de uma ambulância para cada um dos seguintes municípios: Cêu Azul, Foz do Iguaçu, Matelândia, Medianeira, Missal, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Oeste e Vera Cruz do Oeste.

Sala das Sessões em, 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

O crescimento de tais municípios, principalmente na última década, não teve compatível modernização e capacitação de mecanismos para garantia do bem-estar da população. Dentre isso, citamos a área de saúde, onde os hospitais carecem de recursos, material, pessoal e estrutura.

Aí está incluída a falta de ambulância para transporte de pacientes, o que, invariavelmente, acarreta perda de vidas e outros problemas que deterioram ainda mais o serviço de saúde à população local.

É premente e indiscutível a necessidade da doação de tais ambulâncias, possivelmente através do SUDS, a esses municípios, como forma de atender a uma região que tem sido tão castigada pela falta de investimentos, nesses últimos anos.

Que do teor do presente dê-se ciência aos Prefeitos e Vereadores dos Municípios em questão.

REQUERIMENTO N° 436

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial ao Senhor Governador do Estado, gestionando pelo cumprimento do compromisso com a comunidade de Foz do Iguaçu e Região, de construção da CASA DOS BRASIGUAIOS.

Sala das Sessões, em 26.03.99.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Governador há de recordar quando, juntos, em campanha, ouvimos milhares de brasileiros que, trabalhando no país vizinho, Paraguai, sofriam extraordinários problemas quando da necessidade da vinda ao Brasil.

Esses - quase 500.000 - são homens, mulheres e crianças humildes que, desafortunados no Brasil atravessaram a fronteira para trabalhar na terra arrendada, no Paraguai e dela tirar seu sustento.

Sempre da necessidade de retorno ao Brasil, para regularização de documentos, tratamento de saúde e outros, vêem-se abandonados, sem ter a quem recorrer. Tão sentidos foram os pedidos que o Governador, sensibilizado, empenhou sua palavra para viabilizar a construção da CASA DOS BRASIGUAIOS, em Foz do Iguaçu, com aproximadamente cem leitos, para homens e mulheres, com estrutura para assistência e encaminhamento desses brasileiros.

Lamentavelmente o compromisso ainda não foi concretizado, contudo, a comunidade iguaçuense e os quase quinhentos mil brasileiros que trabalham e moram no Paraguai, aguardam por uma solução para a questão.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Prefeito e aos Vereadores de Foz do Iguaçu.

REQUERIMENTO N° 437

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, ao Senhor Secretário Especial de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR Dr. Odeni Villaca Mongruel, gestionando por recursos para conclusão do Projeto Mutirão II, na localidade da Santa Helena.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Mutirão II, em Céu Azul, previa a construção de 18 casas geminadas para atendimento a famílias carentes daquela região.

Envolvendo o trabalho dos interessados, o Projeto foi instalado e chegou a um estado de construção avançado, correspon-

dente a sessenta por cento do total da obra.

Agora, faltando menos da metade, foi interrompido o trabalho, retornando as famílias ao estado de desespero diante da inexistência de um teto para as abrigar.

A liberação de recursos para conclusão do Projeto além de resgatar a oportunidade de um lar para essas famílias, salvaria o Estado do ônus de uma obra não concluída que não atingiria seus objetivos.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Prefeito e Vereadores de Céu azul.

REQUERIMENTO N° 438

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Fundação Educacional do Estado do Paraná, FUNDEPAR, gestionando pela concretização do compromisso de construção de seis novas salas de aula na localidade de Esquina Céu Azul, em Santa Helena.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

Exatamente como o firmado acima, trata-se única e exclusivamente de satisfação de um compromisso assumido com o Senhor Prefeito Municipal da localidade em questão, de construção de salas de aula para atendimento das crianças, em idade escolar, a fim de resguardá-las com relação à negligência e abandono.

Lamentavelmente, até o momento, a obra não foi iniciada e a comunidade teme que esse atraso possa implicar em mais tempo de sacrifício à comunidade que: ou sujeita as crianças ao analfabetismo, ou as matrículas em outras localidades, fora de Esquina Céu Azul.

Que do teor do presente, dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal e Vereadores da localidade em questão.

REQUERIMENTO N° 439

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Ministério de Estado da Infra-Estrutura e à Secretaria dos Transportes, solicitando a realização de estudos conjuntos com o Governo da República do Paraguai, no sentido de viabilizar a duplicação da "Ponte da Amizade" (Brasil/Paraguai).

Sala das Sessões em, 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

JUSTIFICATIVA:

Dado o grande fluxo turístico e o tráfego de veículos pesados, para escoamento de produção, inclusive para exportação pe-

lo entreposto de Paranaguá, a "Ponte da Amizade" tem sido palco de constantes congestionamentos.

Tais congestionamentos chegam a formar filas quilométricas de veículos, causando grande transtorno aos usuários da ponte.

Os veículos que transportam mercadorias e estão sujeitos à fiscalização, inspeção e demais procedimentos realizados pela Aduana, Receita Federal e Cacex, retêm por longo tempo o trânsito, prejudicando aqueles que apenas estão em trânsito entre duas cidades irmãs.

Esta é uma reivindicação de toda a população local, autoridades e uma bandeira desfraldada, há muito, pela Associação Comercial de Foz do Iguaçu, cujo segmento representativo tem sofrido grandes perdas com os problemas na "Ponte da Amizade".

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Vereadores e Associação Comercial de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO N° 446

Senhor Presidente.

A Deputada autora do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo ao Senhor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - solicitando o demonstrativo de receita e despesas do escritório regional da SANEPAR em Foz do Iguaçu, no exercício de 1988 e 1989.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

O gerente do escritório da SANEPAR, em Foz do Iguaçu, procurado pela população, (entidades, lideranças e autoridades), reclamando por solução para os constantes problemas de abastecimento naquela localidade, informou que não existem recursos para ampliar a capacidade de abastecimento local, uma vez que a receita tem sido consideravelmente inferior às despesas do escritório, o que acarreta na total impotência no escritório em operar as alterações necessárias para normalizar o abastecimento e proporcionar à população o serviço eficaz e eficiente que é requerido.

Diante disso, apelamos ao Senhor Presidente, a fim que nos envie os demonstrativos financeiros do escritório e se confirmado o fato, proceda aos estudos necessários a fim de corrigir a distorção que vem implicando em prejuízos à população iguaçuense.

Que do teor do presente, dê-se ciência o Senhor Prefeito e Vereadores de Foz do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO N° 452

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, REQUER

na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a liberação de um Ônibus para o transporte escolar do município de Roncador, que efetue o trajeto Roncador-Santo Antônio-Vista Alegre.

O trecho acima mencionado engloba uma distância de 40 Kilômetros, percorridos em duas horas com a locomoção de 86 escolares, e portanto, a concretização do requerido seria altamente benéfica a eles, uma vez em que encurtaria o tempo final gasto na rota, além do aspecto da segurança e conforto, eliminado a superlotação do veículo.

Confiante no encaminhamento a ser dado, dentro da brevidade que o próprio caso requer, no aguardo de uma manifestação por parte da Secretaria acionada.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 453

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de instrumentos musicais para aparelhar a fanfarra infantil do "Colégio Natividade Nossa Senhora das Servas Maria Imaculada", do município de Araruna.

Certo da atenção proverbial, demonstrada por essa instituição quando de outros pleitos, colocamo-nos no aguardo de uma resposta favorável, dentro da brevidade que a própria questão requer.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 454

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado à Secretaria de Estado dos Transportes, expediente oficial do Poder Legislativo, solicitando o cascalhamento de uma extensão de 6.5 Km., da localidade de SANTO ANTÔNIO até a divisa da fazenda Aragão, no município de Roncador.

O trânsito no trecho em questão é quase inviável, fato que tem despertado revolta e indignação nos usuários habituais.

Confiante no encaminhamento a ser dado, dentro da brevidade que o próprio caso requer, colocamo-nos no aguardo de um pronunciamento por parte da Secretaria acionada.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 455

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício à Secretaria de Estado da Educação, solicitando estudos de viabilidade para a instalação do ensino de 1º grau, referente ao Colegial 5ª a 8ª séries, na localidade de SANTO ANTONIO, do município de Roncador.

Devido à grande distância entre o requerente e a sede do município, os escolares seriam altamente beneficiados com a concretização deste plano.

Confiante no encaminhamento a ser dado, dentro da brevidade que o próprio caso requer, colocamo-nos ao aguardo de um pronunciamento por parte da Secretaria acionada.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### REQUERIMENTO N° 462

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja encaminhado expediente ao Secretário da Fazenda, sugerindo a prorrogação do prazo para o pagamento do I.P.V.A. com vencimento em março, para o último dia útil do mês.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Com a edição das diversas medidas provisórias que modificam a atual ordem econômica e social, os contribuintes ainda não estão perfeitamente orientados quanto à forma de proceder, com a existência de duas moedas.

Todos aqueles que, pressionados pela possibilidade de serem apenados com correção do imposto e multa, poderão sofrer maior prejuízo se deixarem de usar a faculdade de pagar o tributo usando cruzados novos.

É sabido que os bancos estão tendo dificuldades com o atendimento, nessa fase inicial de implantação do Plano Econômico.

Por outro lado, é muito difícil receber orientação por parte do Banco Central do Brasil, com o qual o contribuinte raramente consegue se comunicar.

Essas razões nos levam a sugerir a prorrogação do prazo até o último dia útil do mês, o que certamente não causará nenhum prejuízo ao erário, pois, se projeta uma inflação mínima para os próximos dias, e o contribuinte, no momento, necessita de maiores esclarecimentos das autoridades públicas.

#### REQUERIMENTO N° 464

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados expedientes aos Exmos. Senhores Governador do Estado e Secretários da Fazenda e Administração, solicitando que a primeira parcela do pagamento dos servidores observe o piso nacional de salários vigente, sugerindo-lhes que seja adotada política salarial semelhante àquela adotada pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme já havíamos alertado, a política salarial adotada pelo Governo do Paraná, poderia causar defasagem imediata nos vencimentos dos servidores, a ponto de tornar o nível inicial abaixo do piso nacional de salários, e isso já está ocorrendo.

Caso sejam repetidos os valores contidos na folha do mês anterior, numa primeira fase do pagamento de março, grande parte dos professores receberão importância inferior ao salário-mínimo.

Essa queda de vencimentos é inadmissível e humilhante, pois, as medidas recentemente tomadas pelo Governo Federal dizem ter o propósito de melhorar o padrão de vida dos brasileiros.

O professor, no início do Governo, recebia um piso correspondente a três salários-mínimos, e merece melhor tratamento.

A folha referente ao magistério público estadual deveria ser paga integralmente, dada a perda de poder aquisitivo dessa laboriosa classe.

#### REQUERIMENTO N° 468

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER envio de expediente ao Senhor GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, para que gestione junto à COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO da APP - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS NO PARANÁ para um diálogo com relação aos justos reclamos da categoria, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE

#### JUSTIFICATIVA:

O presente pedido tem por finalidade precípua que haja um diálogo entre V.Exa., Senhor GOVERNADOR e a COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO da APP - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAIS NO PARANÁ, conforme ofício n° 079/90, solicitando que a referente interfira junto a V.Exa., para que seja evitada um eclipse total, com a paralisação das escolas, trazendo imensos e irreparáveis prejuízos aos alunos e também ao ensino.

Temos certeza de que V.Exa., que sempre apoiou toda e qualquer manifestação grevista, tendo respaldo em suas reivindicações, como é o caso presente, usando inclusive de suas próprias palavras que assim as transcrevemos: "QUEM NÃO LUTA POR SEUS DIREITOS É PORQUE NÃO OS TÊM".

Por ser de vital importância tal pedido, é que submetemos à apreciação do Plenário e dos nobres pares para que seja deferido.

## REQUERIMENTO N° 479

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de um manifesto desta Casa ao Ministro da Justiça expressando a preocupação pelos abusos e precipitações no julgamento com relação às remarcações de mercadorias, sem ser avaliada a origem real da responsabilidade, confundindo erros involuntários com erros intencionais.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## JUSTIFICATIVA:

O excesso em qualquer cumprimento de pena gera desequilíbrio e, conseqüentemente injustiça. Aí nossa insistência para que haja uma melhor avaliação antes de serem responsabilizados elementos, muitas vezes inocentes, como provam exemplos recentemente divulgados pela imprensa e televisão.

Nos supermercados é muito fácil de entre milhares de itens um ou outro passar sem ser remarcado, ou até mesmo um consumidor trocar uma etiqueta por outra e assim, responsabilizar proprietários, gerentes e pessoas que na realidade, nada têm a ver com o fato.

Cuidados deverão ser tomados para que não se repitam os mesmos erros do Plano Cruzado, quando a precipitação e o desequilíbrio fizeram dos incidentes de prisões, fatos folclóricos.

## REQUERIMENTO N° 480

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ministro Ozires Silva, solicitando uma melhor fiscalização junto aos postos de distribuição de combustíveis ao longo das rodovias do Estado, tendo em vista que ultimamente vem se percebendo inúmeros casos de veículos danificados por corrosão causada pelas misturas adicionadas ao combustível, mais especialmente, óleo diesel à gasolina, por revendedores inescrupulosos na ganância de aumentarem seus lucros.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

## REQUERIMENTO N° 481

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Fernando Collor de Mello, Presidente da República, e Ministros de Estado Alceni Guerra, da Saúde, Margarida Procópio, da Ação Social, Antônio Rogério Magri, do Trabalho e Previdência Social, Álvaro Fernandes Dias, Governador do Estado do Paraná e Delcino Tavares da Silva, Secretário de Estado da Saúde, solicitando medidas de urgência que retirem do regime pré-falimentar e perigo imediato de paralisação do atendimento que pairam sobre as entidades de assistência médico-hospitalares em geral, especialmente as que prestam atendimentos de emergência.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

## JUSTIFICATIVA:

É pública e notória a preocupação de todos os brasileiros com a grave situação que assola os setores de assistência médico-hospitalar no País.

A esperança de que as modificações que atravessamos pretendem ser também o ponto de partida para uma reversão deste quadro, precisam concretizar-se com urgência, sob pena de provocar um colapso total no setor.

Num passado muito próximo, a Nação assumiu o compromisso constitucional reafirmando pelas Constituições Estaduais, de que a Saúde é um direito inalienável de todos, e cabe a nós, homens públicos, a materialização desse compromisso na sua mais ampla forma.

Os Conselhos Regionais de Medicina de todo o País vêm denunciando o pré-falimentar regime em que vivem os hospitais em geral, e de modo particular, os pronto-socorros, o que torna extremamente vulnerável o corpo clínico e a administração de cada entidade, levando-os a propugnar por movimentos em defesa da dignidade profissional, seja por remuneração condigna, seja por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da medicina.

Comungamos de tal preocupação, a qual entendemos como a causa dos problemas mais dramáticos da Saúde da população, que exigem a busca de novos caminhos, de redistribuição das disponibilidades financeiras e sua aplicação no setor de saúde em caráter de urgência e em favor do magno interesse da coletividade.

A situação é grave, tendendo a agravar-se ainda mais, caso se concretize a suspensão iminente do atendimento médico-

-hospitalar, sobremodo, o atendimento emergencial.

É na condição de brasileiros, de paraenses e de cidadãos, que pleiteamos de Vossa Excelência o cuidado e a especial atenção requerida para o exposto.

Que do presente, sejam cientificados todos os presidentes de Conselhos Regionais de Medicina de todo o País.

REQUERIMENTO N° 482

Senhor Presidente.

O Deputado DAVID CHERIEGATE ao final assinado, no desempenho do seu mandato Parlamentar, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Fernando Collor de Mello, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Bernardo Cabral e ao Ilustríssimo Senhor Diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, solicitando a criação da DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL em Cascavel - PR.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Sito na região oeste do Paraná, Cascavel é cidade-pólo de outros 35 municípios circunvizinhos.

A sua proximidade geográfica com as fronteiras do Paraguai e Argentina, fazem de Cascavel o itinerário compulsório dos contrabandistas de soja e café, dos narcotraficantes, dos ladrões de carros e dos "importadores" informais.

Não obstante essa condição, Cascavel não é servida por nenhuma Delegacia da Polícia Federal que, cumpre ressaltar, circunscreve sua atividade policial às linhas limítrofes nacionais, em Foz do Iguaçu e Guaíra.

Com uma população estimada em 270 mil habitantes, tanto quanto os aspectos vinculados, Cascavel poderia ser beneficiada pelo aditamento das funções fiscalizadoras que foram empenhadas a esse segmento da Polícia.

Na expectativa de que o novo modelo administrativo federal se sensibilize pela urgente necessidade de incrementar Cascavel de um contingente da Polícia Federal, este Parlamentar conta, desde já, com a simpatia e aprovação deste Plenário.

REQUERIMENTO N° 486

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Parlamentares e Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Senhor Secretário de Transportes, para que seja executado o cascalhamento, em convênio com a Prefeitura Municipal de Mangueirinha, nas estradas rurais, compreendidas nos trechos

de:

1. de Honório Serpa até Pinho Fleck; até ao Curucaca;
2. de Honório Serpa até o reassentamento Chopin I;
3. de Honório Serpa até a Barra do Gigante;
4. de Honório Serpa até a Linha Procópio.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Prende-se a nossa solicitação pela necessidade e transporte de estudantes da área rural para Escola Estadual Projeto Rondon, ensino de 1° grau, de 1.ª a 8.ª séries, localizada na sede do distrito de Honório Serpa, hoje elevado a categoria de Município, sem condições de praticar o referido transporte em dias de chuva, e com isto, prejuízo para os educandos.

REQUERIMENTO N° 415

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que faça saber com urgência, ao Governo Federal, através de sua equipe econômica, no gabinete do Ministério da Economia, dirigido pela economista Zélia Cardoso de Mello, da sua apreensão quanto à possível falência das entidades de ação social do País, caso não se permita equiparação dos seus fundos de sobrevivência aplicados em cruzados novos em cruzeiros, bem como da necessidade de desbloqueá-los, dando-lhes o mesmo tratamento que aos recursos públicos.

A justificativa é o bem comum, e os serviços, tão necessários destas entidades ao tecido social corroído e carente, por ação da inflação no passado, e da inevitável recessão daqui para frente.

Isto se faça por telex, com o teor anexo, com cópia para a Presidente da LBA, Dona Rosane Collor de Mello.

Dado no Palácio XIX de Dezembro, a 19 de março de 1990.

Telex a ser enviado à Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello e à Presidente da LBA, Dona Rosane Collor de Mello.

Excelência:

Os Deputados do Paraná, através do Deputado que o presente subscreve, RAFAEL GRECA DE MACEDO, pedem à equipe econômica do Governo que considere a possibilidade de evitar falência de todo o aparato de solidariedade social e assistência aos oprimidos pela pobreza neste País, através do "desbloqueio" e "equiparação em cruzeiros" dos fundos em cruzados novos aplicados pelas entidades de ação social.

A justificativa é que as santas casas, creches, albergues, hospitais de caridade, registrados no Conselho Nacional de Serviço Social e considerados de Utilidade

Pública Federal, não podem sobreviver se tiverem de competir, nos leilões do Banco Central, no resgate de seus fundos em cruzados novos por cruzeiros, com banqueiros, empresários, e profissionais do ramo.

Aplicar um "deságio" sobre os fundos de ação social, mantenedores das casas de solidariedade ao próximo, é deixá-las ainda mais carentes, com grave prejuízo ao povo.

Bloquear tais fundos, dando-lhes tratamento igual ao dinheiro dos especuladores, é apressar a ruptura do tecido social, que precisará de tais mecanismos de solidariedade nos momentos de recessão.

Isto é dever do Governo, no sentido de suas obrigações constitucionais com o bem comum, e dever da LBA dentro dos critérios para os quais foi criada e deve ser mantida.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO N° 463

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam expedidos telex aos Prefeitos Municipais do interior do Paraná, sugerindo-lhes a prorrogação do prazo para cobrança do I.P.T.U. até o último dia do corrente mês, tendo em vista a necessidade do contribuinte se adaptar às normas do novo Plano Econômico editado pelo Governo Federal.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO N°

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual, do PDT, tendo recebido denúncia de funcionários públicos estatutários de que o Estado do Paraná está pagando parcelado o chamado terço de remuneração quando do gozo de férias, pede à egrégia Assembléia que pergunte ao Secretário de Estado da Administração:

- Se isto é verdade?

- Porque se procede assim, contrariando inciso 10° do artigo 34 da Constituição Estadual?

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembléia precisa ser "consciência do Estado" e deve zelar pelo cumprimento da Constituição que recentemente elaborou.

A Administração, mesmo tem tempo difíceis, não pode descuidar da lei, ainda mais em direitos individuais de pessoas, na maior parte das vezes, sem grandes recursos financeiros.

#### REQUERIMENTO N° 424

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER seja inserido na Ata dos trabalhos na presente sessão, a matéria jornalística publicada pelo jornal "Folha de Londrina", no dia 18.03.90, sob o título: "Professores entram em greve dia 22."

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

#### REQUERIMENTO N° 404

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia, de matéria jornalística publicada nos jornais "Zero Hora", edição de 18 de março do corrente ano e "Folha de São Paulo", da mesma data, ambas em anexo, que apresentam resultados de pesquisas referentes ao desempenho de diversos governadores de Estados da Federação, onde o Governador Álvaro Dias recebe uma avaliação altamente positiva quanto à sua atuação.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

#### REQUERIMENTO N° 494

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, sejam transcritos nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, dos editoriais "É PRECISO RESISTIR" e "A ESCALADA FACISTA", publicados pelo jornal "Folha de São Paulo", dos dias 24 e 25 de março, respectivamente, por ocasião da invasão da sede daquele prestigioso veículo de comunicação, por policiais federais.

Seja dada ciência ao jornal em questão, através de telex.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Pronunciamento em Plenário.

#### REQUERIMENTO N° 495

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção, nos Anais da Casa, do documento "CARTA DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO IVAÍ AOS POLÍTICOS QUE DIRIGEM O PAÍS".

O documento em apreço foi elaborado pelas comissões: Pastoral da Terra e Pastoral Mundo do Trabalho; e pelos serviços da Diocese de Apucarana e da Paróquia São

João Batista, de São João do Ivaí, através de seu pároco, Padre José Natalício da Silva.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Padre José Natalício da Silva, através de correspondência a ser encaminhada à Paróquia São João Batista - Praça da Matriz s/n, Caixa Postal 12 - CEP 86.930 - São João do Ivaí - PR.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

# Projetos de Resolução:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 010/90 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área adiante descrita, no Município de Indianópolis, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de SÃO MANOEL, desmembrando-o do Município de Indianópolis.

"Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na foz do Rio dos Índios que deságua no Rio Ivaí, segue confrontando com a margem esquerda do Rio dos Índios até a foz do Rio Sambaqui; daí segue o Córrego Sambaqui acima, até o lote n° 35, daí segue confrontando com o lote n° 35 no rumo NE- 30°25' na distância de 750,00 m até um marco colocado na margem de uma estrada que liga Indianópolis e São Manoel; daí segue pela dita estrada asfaltada em direção a São Manoel no rumo geral SE- 42°00' - NO na distância de 220,00 m até o marco, deste segue ainda pela estrada no rumo NE-3°47'-SO na distância de 1.583,00 m, até um marco colocado na divisa com o lote n° 499; daí segue confrontando com o lote n° 499 no rumo NE-87°32'-SO na distância de 1.455,00 m até um marco colocado na margem direita do Ribeirão São João; daí segue pela margem direita do Ribeirão São José até um marco colocado na divisora das terras da C.M.N.PR e o Município de Rondon no rumo SO-24°22'-NE passando pelos córregos Cadeado e Congo na distância de 7.760,00 m, até um marco colocado na margem esquerda do Rio Ivaí e, finalmente, subindo o Rio Ivaí acima pela sua margem esquerda até a foz do Rio dos Índios, ponto de partida."

### PERÍMETRO URBANO

os "Tem como ponto de partida as chácaras n. 36/D e 36/C no rumo NE 45°00'-SO na distância de 500,00 m até o marco de n° 34 e 33 no rumo SE- 45°00'-NO na distância de 250,00 m e rua da divisa até a rua Indianópolis e seguindo por esta rumo a Indianópolis no rumo NE- 20°00'-SO na distância de 340 m, até a divisa com a chacara n° 466/467 segue confrontando com as chácaras n. 466/467 no rumo SE-45°00'-NO na dis-

tância de 534,00 m até um marco colocado na divisa com a chacara n° 468/A; daí segue confrontando com a chacara n° 468/A no rumo SO-45°00'-NE na distância de 310,00 m Rua Prudente de Moraes, até a rua da Divisa, daí segue com a chacara n° 468/A e Rua da Divisa no rumo SE-45°00'-NO na distância de 120,00 m, até um marco colocado na divisa com a chacara n° 461 segue no rumo SO-53°00'-NE na distância de 690,00 m, passando pelas Ruas Paranaguá, Paraíso e do Café, Avenida Rondon até a divisa com o lote n° 430; daí segue confrontando com o lote n° 430, 429B no rumo NO-3°53'-SE na distância de 282,00 m até um marco colocado na divisa com o lote n° 429/B e finalmente segue confrontando com as chácaras n. 429/B, 429 passando por uma estrada e as chácaras n. 428/B, 428/A no rumo NO-45°00'-SE na distância de 490,00 m, até um marco colocado na divisa com a chacara n° 37, ponto de partida."

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 011/90 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### RESOLVE:

Art. 1° - Fica autorizado a realização do plebiscito, no Município de Honório Serpa, criado pela Lei de n° 9.184, de 11.01.90, com território desmembrado do Município de Manguaçu, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas: "Começa no rio Chopim na foz do Rio Gigante, sobe por este até sua cabeceira, donde segue em sentido norte pelo divisor até alcançar a cabeceira do Lageado Grande, daí desce este até a sua foz no rio Covó, pelo qual sobe até alcançar as divisas entre as fazendas Machado e Campo Redondo, até o rio Marrecas, subindo este até a foz do Lageado do Cedro, pelo qual sobe até sua cabeceira donde em linha reta alcança a cabeceira dos Ferreiras, daí desce este até o Rio Chopim e desce até a Foz do Rio Gigante, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO,  
NEREU CARLOS MASSIGNAN,  
NELSON VASCONCELLOS,  
NILTON BARBOSA,  
FERRARI JÚNIOR e  
VALDERI MENDES VILELA.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 012/90 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO

## ESTADO DO PARANÁ

## RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito, na localidade de Água Quente dos Domingues, situada no Município de Rio Azul, para que a respectiva população decida sobre a incorporação desta área ao Município de Rebouças, que contém as seguintes confrontações:

"Tem seu ponto inicial na cabeceira do Rio das Pedras, deste ponto, segue em linha reta, no rumo aproximado de 66°30' NW, numa extensão de 6.500 (seis mil e quinhentos) metros, até o canto da divisa com o terreno de Simão Domingues da Luz, configurada por um marco de madeira cravada na junção de um arroio com o Rio Água Quente, deste ponto, desce pelo Rio Água Quente, passando pela ponte da estrada que leva até a localidade de Água Quente dos Meiras, e segue até sua foz no Rio Preto, e daí desce em linha reta até o ponto inicial."

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

## JUSTIFICATIVA:

Como se depreende da farta documentação em anexo, a localidade de Água Quente dos Domingues, está situada na divisa dos Municípios de Rebouças e de Rio Azul.

Segundo esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito de Rebouças, essa área sempre pertenceu ao Município de Rebouças desde a criação daquele município, através da Lei nº 2738 de 1930, passando a pertencer ao Município de Rio Azul, em face da Lei nº 790 de 1951.

De acordo com documentos em anexo, que acompanham o Ofício nº 409/89 do Senhor Prefeito de Rebouças, diversos moradores dessa área manifestaram o desejo de que aquela localidade seja reintegrada ao Município de Rebouças.

É de se ressaltar também, que embora essa localidade esteja incorporada ao Município de Rio Azul, a vida econômica e os seus demais interesses estão direta e intimamente ligados ao Município de Rebouças, fato este que nos faz acreditar seja o principal motivo da solicitação formulada pelo Senhor Prefeito em atendimento a reivindicação de moradores daquela comunidade.

Ante o exposto, espera-se que a presente proposição seja acolhida e apoiada nos seus trâmites regimentais, e cumprida as formalidades previstas no art. 19 da Constituição Estadual seja aprovada a realização do plebiscito.

Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 153/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ

## DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAGUÁ, com sede e foro no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE PARANAGUÁ.

Fundado em 11 de novembro de 1988, tem por finalidade precípua a união dos trabalhadores municipais na base da luta em defesa dos seus direitos e interesses imediatos e futuros.

Desde a sua criação, não tem medido esforços na luta, intransigente, pelo alcance dessa finalidade, pugnando por condições justas e dignas para exercício do serviço municipal.

Efetivando uma garantia constitucional - livre associação dos trabalhadores - não há como o Poder Público deixar de apoiar tal entidade, como aspecto de incentivo à organização dos trabalhadores, na conquista dos seus direitos.

A seriedade, regularidade e legalidade do sindicato, estão atestados nos estatutos em anexo, cópia de ata, além de tradição de lutas, no foro parnanguara, em favor dos servidores municipais.

É a justificativa.

## PROJETO DE LEI Nº 154/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ

## DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Ilustríssimo Senhor EDSON D'ÁVILA, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

EDSON D'ÁVILA, catarinense de São José, onde nasceu, em 14 de dezembro de 1926, é paranaense, por opção. Escolheu o Paraná como terra para plantar suas raízes, os filhos e a arte.

EDSON D'ÁVILA é um artista: S.2 e g.1. Pessoa que se dedica às belas-arts e/ou que delas faz profissão.8. Diz-se do indi-

víduo engenhoso, talentoso (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário, 1986, ed. Nova Fronteira).

Assim é Edson, nascido João Augusto, a quem a vida encarregou de mudar o nome. Não porque fosse o nome da certidão menos bonito que o pseudônimo, mas porque esse combinava mais com o indivíduo engenhoso e talentoso que, iniciando no Circo Teatro Sul Americano, no Rio Grande do Sul, de Teodoro Gonçalves, de ponto, tornava-se depois, ator.

Correu Brasil em cima de palcos e embaixo de lonas. Fez risos, alegrias, arroucou lágrimas... deixou saudades. Fez da arte uma profissão - e conseguiu viver dela. Fez da arte uma profissão de amor à vida - e conseguiu amar e viver.

Essa mesma vida, tão arteira quanto Edson, encarregou de apresentá-lo a Delcy, sua parceira. Parceria esta que implica na conjugação do verbo representar, no palco, porque se a vida de Edson é arte, como poderia viver com quem não a compreendesse? E Delcy é sua parceira até hoje - quantos frutos já rendeu: os filhos, as excursões, o teatro, o circo, o riso, a graça, tudo aquilo que só se descobre, realmente, encenando a existência.

O currículo é o detalhamento, metodológico - do trabalho ao longo dos anos, de Edson D'Ávila. Sua vida, porém, é maior do que o currículo. Há as dificuldades, as decepções, os cerceamentos, isso não se coloca no currículo. Mas fica marcado na carne.

Por isso o Edson merece a homenagem. Venceu as dificuldades, trabalhou, passou por cima das decepções.

E esta homenagem é menor. É menor porque jamais poderá ser comparada à homenagem que a vida fez ao Edson, garantindo-lhe o respeito e a admiração dos seus companheiros de profissão, da imprensa, das milhares de pessoas que viram seu desempenho e dos mais novos, aqueles que já ouviram falar nessa expressão da nossa vida artística.

Mas esta homenagem é imprescindível porque da figura do Edson, a história do nosso teatro, do circo, da expressão, não prescinde.

São nossas razões para o projeto.

PROJETO DE LEI N° 155/90  
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ

DECRETA:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná a Excelentíssima Senhora DELCY FRANCO D'ÁVILA, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Não pode haver arte onde não houver vida. Porque a arte é contingente à vida. É aquilo que, vivendo em sociedade, expressamos, sugerimos, criamos, numa forma singela, pura, transformando o natural, recriando o mundo.

E se a arte é contingente à vida, a arte do teatro do Paraná é contingente a DELCY FRANCO D'ÁVILA. Essa mulher extraordinária que passando por cima de todos os tabus e princípios provincianos que lhe surgiriam uma vida pacata, restrita ao lar, iniciou no meio da década de cinqüenta, há mais de trinta anos, sua excursão pela vida artística.

A sua vida é meio embaralhada, porque Delcy é uma inovadora, uma reformista, uma visionária com sentido prático, uma transformadora. Por isso, a vida da Delcy se confunde e anda num mesmo leito que sua dedicação à expressão.

Em 56, por exemplo, quando casou com o também ator Edson D'Ávila, Delcy excursionou por todo o Rio Grande do Sul, integrando o elenco do Teatro Biduca (volante), com um repertório de cinqüenta e tantas peças, além de um programa de variedades, "show" musical, no qual atuava, também, como cantora de sambas. Com o mesmo elenco, viaja ao interior do Uruguai e à Argentina.

Assim, prossegue, trabalhando com grandes nomes da cultura nacional, como Procópio Ferreira, Paulo Goulart e Nicete Bruno, Ary Fontoura, Cláudio Corrêa e Castro, José Renato, Clóvis Levy, Maurício Távora, Madalena Nikols, Oraci Gemba e tantos outros.

Corre Brasil e exterior, ora no circo, ora no palco do teatro, na televisão, conquistando tantos aplausos quanto prêmios e homenagens.

Conhecendo de perto as dificuldades da profissão, Delcy lutou sempre pela organização da categoria, batalhando pelo reconhecimento da profissão, formação do Sindicato, buscando incentivos e apoio para a cultura como um todo.

Enfim, Delcy nunca descansou, faz filantropia, movimento comunitário, dirige escola de samba e se ocupa, por melhores condições de vida para a população, principalmente às camadas mais carentes que vêem, em Delcy, na região onde mora, um paradigma desse anseio de dignidade e justiça.

Delcy é merecedora desta homenagem, porque havendo começado a trabalhar num tempo em que artista tinha carteirinha na Polícia, conseguiu percorrer com altivez pelos anos, conquistando respeito, admira-

ção, com a coragem de quem vive, não apenas "agüenta".

É a justificativa.

156/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI N° 156/90

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a implantar Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's, unidades especiais de ensino de 1° grau integrantes das redes mantidas pela Secretaria de Estado da Educação do Governo do Estado do Paraná e pelas Secretarias Municipais de Educação.

Art. 2° - As finalidades da educação e os objetivos do processo educacional desenvolvido nos CIEP's estão em consonância com as diretrizes e bases da educação nacional e com seus desdobramentos no nível da política educacional adotada pelo Governo do Estado do Paraná e pelas Prefeituras dos municípios, que tem como prioridade a educação de baixa renda, como uma das estratégias para a redução das desigualdades sociais.

Art. 3° - Os CIEP's destinam-se a proporcionar aos educandos de 1° grau o acesso ao conhecimento crítico da linguagem escrita e falada, dos conceitos básicos das ciências matemáticas, da natureza e da sociedade, da linguagem artística e da cultura. O trabalho pedagógico-cultural prioriza os alunos das classes populares, sendo apoiado por assistência médico-odontológica.

Parágrafo Único - Compete, especificamente aos CIEP's:

I - Ministrando ensino de 1° grau, com ênfase no ensino da língua portuguesa, considerada instrumental básico de vida;

II - Desenvolver programa de Educação Juvenil, destinado a alfabetizar jovens de 14 a 20 anos;

III - Criar condições para que o aluno desenvolva pensamento reflexivo e crítico acerca dos fenômenos culturais, artísticos, científicos e sociais;

IV - Contribuir para o conhecimento, a conservação e a produção do patrimônio cultural do país.

Art. 4° - Os CIEP's cumprirão a destinação que lhes cabe, nos termos do artigo anterior, apresentando-se de acordo com as necessidades das comunidades a que servem e de acordo com a política de demanda escolar do Estado do Paraná e dos municípios integrados, como escolas de CA a 4.ª série ou 5.ª a 8.ª série.

Parágrafo Único - Os CIEP's, sejam de CA a 4.ª série, sejam de 5.ª a 8.ª série, desenvolverão, além do ensino regular do 1° grau, as atividades educativas corres-

pondentes ao Programa de Educação Juvenil, a ser traçado pelo Governo do Estado.

Art. 5° - OS CIEP's dispõem da seguinte organização básica:

- I - Direção
- II - Equipe interdisciplinar
- III - Serviço de Secretaria
- IV - Serviço de Pessoal
- V - Serviços Gerais
- VI - Corpo docente
- VII - Corpo discente
- VIII - Conselho Escola-Comunidade

Art. 6° - A Direção, representada por um Diretor-Geral, é responsável por todo o processo de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da ação educativa, cultural e comunitária desenvolvida pelo CIEP, competindo-lhe cumprir e fazer cumprir a legislação do ensino e as normas emanadas dos órgãos próprios do sistema.

Parágrafo Único - O Diretor-Geral é igualmente responsável pelas atividades administrativas que respaldam o projeto pedagógico da unidade escolar.

Art. 7° - A Direção-Geral caberá, sempre, a um educador de comprovada capacidade pedagógica e administrativa.

Art. 8° - O Diretor-Geral é diretamente assessorado e auxiliado em suas funções pelos seguintes elementos integrantes da equipe de direção.

- I - Diretor-Adjunto
- II - Coordenador de Turno
- III - Equipe Interdisciplinar

Art. 9° - Os Diretores-Adjuntos serão nomeados pela autoridade competente por indicação do Diretor-Geral do CIEP.

Art. 10 - Os Coordenadores de Turno serão escolhidos pelo Diretor-Geral.

Art. 11 - A Equipe Interdisciplinar é responsável pela coordenação do planejamento e da execução do currículo da escola, assegurando o seu desenvolvimento de forma eficiente, ativa e participativa.

Art. 12 - A Equipe Interdisciplinar é formada de:

I - Professores orientadores (alfabetização, língua portuguesa - 5.ª série, educação física, educação juvenil);

II - Professores coordenadores (demais disciplinas), componente curricular e coordenador de animação cultural.

III - Especialistas de educação.

Art. 13 - A Secretaria da unidade escolar é o órgão responsável pela documentação escolar, competindo-lhe zelar por sua legalidade, autenticidade, guarda e conservação, devendo o respectivo titular possuir registro ou autorização para o exercício da função.

Art. 14 - O Serviço da Secretaria será coordenado por Secretário designado pelo Diretor.

Art. 15 - Constituem encargos básicos da Secretaria, a organização, orientação e

execução dos seguintes serviços:

- I - Protocolo
- II - Escrituração Escolar
- III - Mecanografia
- IV - Arquivo
- V - Atendimento ao Público

Art. 16 - Cada CIEP contará com um Serviço de Pessoal a cargo de um responsável, na forma da Legislação vigente.

Art. 17 - São competências do setor de Serviços Gerais as providências para a manutenção da ordem e da vigilância do prédio, a coordenação do pessoal de serviço e a conservação de equipamento e das instalações em condições de segurança e limpeza.

Art. 18 - O Corpo Docente de cada CIEP é constituído pelos professores e especialistas em educação designados pela autoridade competente para exercício na instituição.

Art. 19 - São direitos e deveres dos professores e especialistas aqueles fixados no Estatuto do Magistério e nas demais normas que regem a matéria.

Art. 20 - Os professores dos CIEP's receberão apoio científico, em programa de treinamento em serviço, em sua unidade ou junto a uma Equipe Central, por, pelo menos, quatro horas semanais, ao longo do período letivo.

Art. 21 - O Corpo Discente dos CIEP's é constituído pelos alunos matriculados nas séries de ensino de 1º grau regular e por aqueles que participarem do Programa de Educação Juvenil.

Art. 22 - O Corpo Discente deve acatar as normas disciplinares adotadas pelo CIEP, entendidas como um dos meios através dos quais a escola procura desenvolver no aluno o senso de responsabilidade que lhe possibilite, pelo uso da liberdade, a participação ativa e crítica na escola e na sociedade.

Parágrafo Único - As normas disciplinares de que trata o "caput" deste artigo, bem como as sanções correspondentes à infração das mesmas, serão definidas pela comunidade escolar da cada CIEP.

Art. 23 - Para atingir os objetivos formativos supostos no artigo anterior, cabe ao CIEP:

I - Identificar as causas que determinam o aproveitamento deficiente dos alunos ou outros problemas referentes ao processo educativo, visando à superação dos mesmos.

Art. 24 - São direitos dos alunos:

I - Propor atividades e participar de iniciativas educacionais, culturais, recreativas e outras que favoreçam o exercício da cidadania.

II - Receber, dentro do princípio de igualdade de oportunidades, a orientação e o apoio necessário para que, efetivamente, se beneficiem das atividades escolares;

III - Organizar, automaticamente, formas de participação e representação junto à comunidade escolar.

IV - Assistir às aulas e participar das demais atividades escolares, sem obstáculos que lhes sejam interpostos por motivos independentes de sua vontade ou possibilidade, tais como exigências relativas a roupas, calçados ou material escolar, a menos que os elementos exigidos lhes tenham sido fornecidos pelo CIEP;

V - Ver respeitado em sua condição de ser humano e não sofrer qualquer forma de discriminação em decorrência de diferenças de raça, credo, sexo, preferências político-partidárias ou quaisquer outras.

VI - Outros, definidos pela comunidade escolar.

Art. 25 - Dentro do princípio que norteia as normas disciplinares vigentes no CIEP, os alunos têm o dever de:

I - Tratar os colegas e todo o pessoal do CIEP com respeito;

II - Ser assíduos à escola e pontuais nos trabalhos escolares;

III - Permanecer no CIEP durante o horário escolar estabelecido, somente se ausentando quando autorizado;

IV - Participar de atividade promovidas pelo CIEP;

V - Colaborar para a conservação e o asseio do prédio, do mobiliário escolar, de todo o material e das instalações de uso coletivo.

Art. 26 - O CEC - Conselho Escolar-Comunidade - terá um caráter consultivo, em trabalho de co-participação com a direção do CIEP, contribuindo para o processo de democratização do CIEP, através da integração Escola/Família/Comunidade, levantando e discutindo questões consideradas de interesse da comunidade escolar e propondo alternativas de solução, buscando um constante e efetivo entrosamento.

Art. 27 - O Conselho Escola-Comunidade será composto por alunos; pais, professores, funcionários e representante da Associação de Moradores.

Artigo 28 - Cada membro do CEC deverá ser eleito pelo seu segmento, através de eleições diretas.

Artigo 29 - O CEC terá como principais objetivos:

1 - Propiciar a garantia de um espaço democrático de discussão de todas as questões ligadas à Educação, promovendo a sistematização das propostas educativas básicas do PEE.

2 - Garantir a participação da comunidade, criando mecanismos que possibilitem à escola, assumir o seu papel de agente de transformação social.

Artigo 30 - A proposta de implantação do CEC deverá ser levada ao CIEP iniciando-se um amplo processo de discussão que

envolva todos os seus segmentos. Desta forma, as normas para o funcionamento do CEC e para eleição de seus membros deverão ser elaboradas a partir do consenso destes.

Artigo 31 - Os CIEP's funcionam caracteristicamente como externatos em uma ou duas residências, pequenos grupos de estudantes em situação de domicílio.

Artigo 32 - Os CIEP's funcionam durante todo o ano.

Parágrafo 1º - As atividades escolares são desenvolvidas de fevereiro a dezembro, com pequeno período de recesso em julho sendo o mês de janeiro, considerado de férias escolares.

Parágrafo 2º - Os CIEP's serão abertos à comunidade, de janeiro a dezembro, com atividades culturais, esportivas e de lazer, inclusive com programação específica para o período de férias.

Artigo 33 - Os CIEP's funcionarão, diariamente, das 08h às 22 horas.

Parágrafo 1º - O atendimento educacional aos alunos do 1º grau regular será proporcionado em horário integral, permanecendo os alunos no estabelecimento das 08h às 17 horas.

Parágrafo 2º - A jornada escolar de nove horas previstas no parágrafo anterior, supõe sete horas de atividades escolares e recreio e duas horas para refeições e higiene.

Parágrafo 3º - Os CIEP's desenvolverão o Programa de Educação Juvenil no horário das 18h às 22h.

Artigo 34 - A matrícula nos CIEP's é aberta a crianças de 6 a 14 anos, não portadoras de deficiências, que requeiram atendimento ao plano de educação especial.

Parágrafo 1º - Nos CIEP's de CA a 4ª série, a matrícula é prioritária para crianças com até 12 anos, não ultrapassando, na série inicial, os 09 anos.

Parágrafo 2º - Nos CIEP's de 5ª a 8ª séries, a matrícula será prioritária para crianças com até 14 anos, não ultrapassando, na série inicial, os 13 anos.

Artigo 35 - Além do que dispõe o artigo anterior, as matrículas, transferências e adaptações obedecerão aos critérios fixados nas determinações editadas pela Secretaria de Estado da Educação e pelas Secretarias Municipais de Educação, e à legislação que rege a matéria.

Artigo 36 - As classes de CA, 1ª e 2ª séries serão organizadas com o máximo de 25 alunos, as de 3ª a 5ª, com o máximo de 30 e as de 6ª com o máximo de 35 alunos.

Artigo 37 - Os alunos matriculados nas classes de alfabetização, são agrupados, para efeito de orientação pedagógica específica, em três categorias: novos (cursando pela primeira vez), repetentes

(cursando pela 2ª vez) e repetentes-renitentes (aqueles que frequentam classes de alfabetização pela terceira vez ou mais).

Parágrafo Único - As turmas de repetentes-renitentes reunirão até o máximo de 20 alunos, redistribuídos em grupos de até 10 estudantes para as atividades de reforço de escolarização, necessariamente previstas na rotina do trabalho escolar diário.

Artigo 38 - O Plano de Estudos para o currículo dos CIEP's prevê 35/40 horas/aula semanais de atividades, incluindo Educação Física, recreação, artes e sessões de estudos orientados segundo as necessidades dos alunos.

Parágrafo Único - O Plano de Estudos para o currículo experimental desenvolvido nos CIEP's é parte integrante deste projeto de lei, constituindo-lhe o Anexo I.

Artigo 39 - O atendimento às classes de alfabetização é prioritário, representando a primeira expressão da ênfase a ser dada, nos CIEP's, ao ensino da língua portuguesa, em todas as séries do 1º grau.

Artigo 40 - Nas classes de 5ª série, os Professores Regentes de Língua Portuguesa, em número de 01 (um) por turma, acompanharão os alunos inclusive durante as atividades de Estudo dirigido diversificado.

Artigo 41 - No desenvolvimento das atividades curriculares dos CIEP's está envolvida toda a comunidade escolar, sob a coordenação do Diretor-Geral.

Artigo 42 - Os CIEP's manterão, como recurso de apoio ao desenvolvimento das atividades programadas, uma Biblioteca, cujo funcionamento obedecerá à regulamentação própria.

Parágrafo 1º - A Biblioteca será franqueada a comunidade.

Parágrafo 2º - A Biblioteca funcionará sob a responsabilidade de servidores com atribuições e responsabilidades indicadas na regulamentação que trata o "caput" deste artigo.

Artigo 43 - A verificação do rendimento escolar no ensino regular de 1º grau é feita de forma contínua, tendo como objetivo:

I - A diagnose do binômio ensino-aprendizagem;

II - A orientação e reorientação do trabalho docente;

III - A caracterização do aluno em função dos critérios estabelecidos para promoção.

Artigo 44 - Para o efeito da caracterização do aluno referida no inciso III do artigo anterior, adotam-se os critérios, escala e periodicidade de registros aprovados pelo Conselho Estadual de Educação para as demais escolas da rede pública do Estado do Paraná e dos municípios.

Artigo 45 - É assegurada ao aluno, no decorrer do ano letivo, a oportunidade de participação em atividades de reforço de escolarização, sempre que a avaliação do rendimento evidenciar necessidade de apoio específico.

Parágrafo Único - Os professores regentes são os responsáveis pelas salas de estudo dirigido e estão diretamente envolvidos nas atividades de reforço de escolarização.

Artigo 46 - A avaliação do rendimento escolar, vista nos CIEP's fundamentalmente como elemento controlador da qualidade de ensino, tem nos Conselhos de Classe a estratégia privilegiada de seu aperfeiçoamento, de crescimento individual dos elementos da equipe e de aprofundamento da organicidade do corpo docente.

Artigo 47 - Os Conselhos de Classe têm por finalidade o contínuo aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem no âmbito da turma, da série ou da escola, através do diálogo, da troca de informações, da participação e da interação dos diferentes elementos envolvidos e especificamente visam a:

I - Analisar o aproveitamento global das turmas;

II - Orientar o professor na avaliação permanente de cada aluno;

III - Indicar os procedimentos a serem adotados para suprir as deficiências verificadas, inclusive, a metodologia e os recursos a serem utilizados nas atividades de apoio, de modo que realizem, da melhor maneira, os reajustes necessários em cada caso.

Artigo 48 - Para a consecução de suas finalidades, os Conselhos de Classe devem promover:

1) a avaliação permanente e global do processo educativo, visando atingir os objetivos gerais e específicos da educação.

2) a análise da problemática própria da escola e do aluno, através do exame do aproveitamento global e individual nas turmas, definindo as causas de alto ou baixo rendimento escolar;

3) o diálogo franco e aberto entre os membros da equipe pedagógica, desenvolvendo o hábito do trabalho de equipe e da troca e divulgação de experiências;

4) A detecção dos casos que demandem assistência específica ou atendimento de apoio - sempre visando à orientação do processo psicopedagógico;

5) a ação efetiva de todos quantos atuam na escola, levando-os ao cumprimento de planejamento escolar e à elaboração do seu replanejamento, quando necessário;

6) a valorização, pelos professores, de atitude de auto-avaliação e o desenvolvimento do hábito de pesquisar e analisar

as causas dos problemas e dificuldades apresentadas pelas turmas ou pelos alunos.

Artigo 49 - Os Conselhos de Classe reúnem-se ordinariamente no mínimo quatro vezes por ano, uma vez ao fim de cada bimestre letivo.

§ 1º - Os Conselhos de Classe devem ser precedidos de reunião preparatória de modo a garantir o acompanhamento sistemático do trabalho pedagógico.

§ 2º - Um Conselho de Classe pode se reunir extraordinariamente, a qualquer tempo, convocado pelo Diretor ou por solicitação, a ele, de três conselheiros, quando situação de emergência identificada na turma justifique a providência.

Art. 50 - Serão lavradas atas de reunião dos Conselhos de Classe, registrando-se indispensavelmente as decisões tomadas.

Art. 51 - Os Conselhos de Classe são integrados pelos seguintes elementos:

I - Diretor-Geral;

II - Um representante, pelo menos, da Equipe Interdisciplinar;

III - Os professores da turma;

IV - O professor-orientador (no caso das classes de alfabetização);

V - Outros elementos que tenham participação direta nas atividades desenvolvidas pela turma;

VI - Alunos renitentes.

Parágrafo Único - A presidência do Conselho de Classe competente ao Diretor-Geral e, na sua ausência, aos diretores adjuntos ou representantes de equipe interdisciplinar.

Art. 52 - O Conselho de Classe é competente para decidir pela conveniência de serem considerados sigilosos determinados assuntos, na perspectiva de uma ética que se institua como fator de qualidade das reuniões, estimulando a abordagem mais ampla de problemas cujas soluções serão beneficiadas pela discussão solidária e cooperativa de toda a equipe.

Art. 53 - O Programa de Educação Juvenil, desenvolvido nos CIEP's no horário das 18h às 22h, destina-se a permitir, a jovens de 14 a 20 anos, o ingresso na sociedade letrada mediante a aquisição de domínio da leitura e da escrita.

Art. 54 - Os cursos de Programação de Educação Juvenil têm currículos e durações que se ajustam aos seus objetivos e à clientela a que se destinam e reúnem classes de 15 alunos.

Art. 55 - Aos alunos participantes do Programa de Educação Juvenil são propiciadas atividades esportivas, culturais e de lazer.

Art. 56 - A todos os seus estudantes, os CIEP's oferecem atendimento médico e odontológico essencial na perspectiva de melhores condições do rendimento escolar.

Art. 57 - Os CIEP's atuarão no sentido de educação para a saúde desenvolvendo não só programas de saúde, integrantes do currículo, que atinjam seu aluno mas, também aqueles que beneficiem a comunidade em que se inserem.

Art. 58 - A assistência à saúde prestada diretamente aos estudantes dos CIEP's de atenção primária, é realizada por médico, enfermeiros, dentistas, neurólogos e outros profissionais da área.

Parágrafo Único - Os profissionais a que se refere o "caput" deste artigo, mesmo quando pertencerem aos quadros de outra Secretaria que não a da Educação, tornar-se-ão, enquanto à disposição dos CIEP's, membros da equipe de estabelecimento e, portanto, sujeitos às suas normas administrativas.

Art. 59 - O Diretor-Geral, devidamente orientado pelos profissionais da área de saúde integrantes da equipe do CIEP, encaminhará os casos que ultrapassem a possibilidade de soluções de atenção primária às unidades de níveis secundários e terciários, administrativamente vinculadas ao Governo do Estado ou às Prefeituras dos Municípios.

Art. 60 - O Programa de Animação Cultural desenvolvido nos CIEP's, busca concretizar o trabalho de cultura.

§ 1º - Os coordenadores de animação são produtores de cultura, articulam a cultura local e a trabalhada na escola.

§ 2º - Os animadores culturais, são em número de, pelo menos, três por CIEP.

Art. 61 - Nos finais de semana, feriados e períodos de férias escolares, o CIEP permanecerá aberto à comunidade, que poderá usufruir dos espaços e equipamentos para atividades culturais, esportivas e de lazer.

Art. 62 - Sem prejuízo das iniciativas da comunidade que possam ter no CIEP seu espaço de realização, o estabelecimento deve promover, e da forma mais intensa possível, atividades desportivas, culturais e de lazer que constituam oportunidades não só para os seus alunos mas, também para outros elementos da comunidade, que devem ser estimulados a delas participar.

Art. 63 - As atividades no CIEP, enquanto Centro Comunitário, serão desenvolvidas sob a coordenação da equipe de animadores culturais, em ação articulada com o Conselho Escola-Comunidade.

Art. 64 - O CIEP mantém, como residentes, alunos de ensino regular de 1º grau, assistidos por casais escolhidos e preparados para acompanhá-los e orientá-los e que farão as vezes dos pais ou responsáveis, quando tais crianças ou jovens não possam contar com o apoio desses familiares.

Art. 65 - O CIEP, em seus dois lares,

abriga dois grupos de até doze estudantes, um de meninas, outro de meninos, com idades compreendidas entre 6 a 14 anos.

Parágrafo Único - Os menores residentes no CIEP são provenientes da comunidade a que ele serve e estudam no próprio estabelecimento, sendo selecionados por equipe formada por técnicos da área social, segundo critérios que caracterizem situação de desamparo eventual.

Art. 66 - A condição de aluno residente é transitória e cessa quando o possível núcleo familiar, apoiado pelos técnicos da área, consiga superar as condições que o levaram a recorrer aos serviços do Estado e possa readmitir o respectivo menor.

Art. 67 - Cada um dos membros do casal responsável pelos lares terá atribuições específicas, ficando administrativamente vinculados ao Diretor-Geral e recebendo orientação permanente de técnicos da área social e de profissionais da educação da equipe do CIEP.

Art. 68 - O Diretor do CIEP poderá adotar mecanismos ou esquemas administrativos internos, transitórios, capazes de solucionar necessidades imediatas, respeitada a legislação pertinente e duvida a autoridade à qual se vincula.

Art. 69 - Ficam automaticamente incorporadas e ajustadas a esta lei as normas e decisões emanadas da Secretaria de Educação e do Conselho Estadual da Educação.

Art. 70 - Em face das características específicas dos CIEP's, em sua fase de implantação, estarão administrativa e tecnicamente vinculados diretamente à Comissão especial para implementação do programa, a ser instituída pela Secretaria da Educação.

Art. 71 - As classes em processo de alfabetização e as de 5ª série, pelas quais se inicia a implantação dos currículos específicos dos CIEP's, são consideradas prioritárias.

Parágrafo Único - As classes referidas no "caput" deste artigo receberão apoio pedagógico intensivo, traduzido no fornecimento de material didático aos alunos e no treinamento específico aos professores coordenadores e regentes de turma.

Art. 72 - Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a baixar todos os atos necessários para a regulamentação desta lei, num prazo de cento e vinte dias, a contar da sua publicação.

Art. 73 - Revogam-se as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) ARIALBA FREIRE.

JUSTIFICATIVA:

O CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) é uma nova instituição que surge,

questionando, por dentro essa realidade social injusta, desumana e impatriótica. Estas novas escolas proporcionarão às nossas crianças, alimentação completa, aulas, a segunda professora que os pobres nunca tiveram, esporte, lazer, material escolar, assistência médica e dentária. Depois de permanecer todo o dia no colégio, volta, de banho tomado, para o carinho da família.

Mais de 50% de nossas crianças, depois de anos de repetência, deixam a escola mal assinando o nome. Noutras palavras, analfabetas e ressentidas. Por quê? Deficientes de saúde e alimentação, apenas permanecem algumas poucas horas no ambiente escolar, o qual, por sua vez, tem sido precário e ineficaz. Os alunos dos CIEP's vêm alcançando cerca de 90% de aprovação. Só este alto rendimento justifica, inclusive, economicamente, os Centros Integrados de Educação Pública.

Dizem alguns que deveriam ser como as escolas que sempre tivemos. Afirmamos que não. As nossas crianças merecem ainda mais. Elas representam o que o Brasil tem maior valor e, também, os nossos próprios destinos, como Nação livre e democrática, empenhada na construção de uma existência digna para todos os seus filhos. Todas as crianças deste país deveriam estar em escolas como os CIEP's. Para isto, bastaria que se não desviassem tantos recursos públicos para fins inúteis e inconfessáveis. Se deixássemos, por exemplo, de pagar os juros da dívida externa, apenas por dois anos, todas as crianças brasileiras poderiam estar estudando num CIEP.

Embora a concepção e a implantação dos primeiros CIEP's tenha ocorrido no Governo do Engº Leonel Brizola, numa revolução educacional no Rio de Janeiro, não podemos entendê-la como uma realização atinente a um partido mas, encará-la como solução viável para a crise que se abate sobre a nossa juventude e a infância.

Para finalizar, é importante reafirmar o que disse o reitor da Universidade de Harvard (E.U.A.): "quem diz que não há verbas para a educação, não sabe qual o custo da ignorância."

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 157/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de São Manoel, com território desmembrado do Município de Indianópolis, com as seguintes divisas e confrontações:

"Principiando num marco de madeira de lei, que foi cravado na foz do Rio dos Índios que desagua no Rio Ivaí, segue con-

frontando pela margem esquerda do Rio dos Índios, até, a foz do Rio Sambaqui; daí segue o Córrego Sambaqui acima, até o lote nº 35, daí segue confrontando com o lote nº 35 no rumo NE-30°25' na distância de 750,00 m, até um marco colocado na margem de uma estrada que liga Indianópolis e São Manoel; daí segue pela dita estrada asfaltada em direção a São Manoel no rumo geral SE 42°00'-NO na distância de 200,00 m, até o marco, deste segue ainda pela estrada no rumo NE-3°47'-SO na distância de 1.583,00 m, até um marco colocado na divisa com o lote nº 499, daí segue confrontando com o lote nº 499 no rumo NE-87°32'-SO na distância de 1.455,00 m, até um marco colocado na margem direita do Ribeirão São João; daí segue pela margem direita do Ribeirão São João até um marco colocado na divisora das terras da C.M.N.PR. e o Município de Rondon no rumo SO-24°22'-NE passando pelos Córregos Cadeado e Congo na distância de 7.760,00 m, até um marco colocado na margem esquerda do Rio Ivaí e, finalmente, subindo o Rio Ivaí acima pela sua margem esquerda até a foz do Rio dos Índios, ponto de partida.

#### Menorial Descritivo do Perímetro Urbano

Tem como ponto de partida as chácaras nºs 36/D e 36/C no rumo NE-45°00'-SO na distância de 500,00 m até o marco de nº 34 e 33 no rumo SE-45°00'-NO na distância de 250,00m e rua da divisa até a rua Indianópolis e seguindo por esta rumo a Indianópolis no rumo NE-20°00'-SO na distância de 340,00 m, até a divisa com a chacara nº 466/467 segue confrontando com as chácaras nºs 466/467 no rumo SE-45°00'-NO na distância de 534,00 m até um marco colocado na divisa com a chacara nº 468/A; daí segue confrontando com a chacara nº 468/A no rumo SO-45°00'-NE na distância de 310,00 m, rua Prudente de Moraes, até a rua da Divisa, daí segue com a chacara nº 468/A e rua da Divisa no rumo SE-45°00'-NO na distância de 120,00 m, até um marco colocado na divisa com a chacara nº 461 segue no rumo SO-53°00'-NE na distância de 690,00 m, passando pelas ruas Paranaguá, Paraíso e do Café, Av.Rondon até a divisa com o lote 430; daí segue confrontando com o lote nº 430, 429 B no rumo NO-3°53' -SE na distância de 282,00 m até um marco colocado na divisa com o lote nº 429/B e finalmente, segue confrontando com as chácaras nºs 429/B, 429 passando por uma estrada e as chácaras nºs 428/B, 428/A no rumo NO-45°00' -SE na distância de 490,00 m, até um marco colocado na divisa com a chacara nº 37, ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

PROJETO DE LEI N° 158/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criada, a Creche Pré-Escolar "Cantinho Feliz" da Penitenciária Feminina, no âmbito do órgão pertinente.

Parágrafo Único - A referida unidade, integrada à Penitenciária visa dar atendimento aos (as) filhos (as) das internas que cumprem pena na referida Penitenciária, no período de aleitamento até 06 (seis) anos, quando não possuir condições de sobrevivência com a família.

Art. 2° - Para atender à finalidade da permanência dos menores a Creche deverá enquadrar-se às normas oficiais estabelecidas pelo Poder Público, visando os seguintes objetivos:

- I - Suprir a totalidade da demanda;
- II - Suprir as necessidades materiais do atendido;
- III - Diminuir o impacto do nascimento em condições excepcionais, mediante o devido acompanhamento médico.
- IV - Assegurar o equilíbrio psicossocial e emocional do lactente e da mãe em regime de privação da liberdade;
- V - Prestar atendimento ao menor e à mãe nutriz;

VI - Assegurar a reintegração da internada no convívio social e familiar após o cumprimento da pena.

Art. 3° - Fica aberto no orçamento próprio do Poder Executivo recursos necessários para a cobertura decorrentes da execução da presente lei.

Art. 4° - Fica autorizado o convênio com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que venham suprir as necessidades complementares ao funcionamento da creche.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) IRONDI PUGLIESI.

## JUSTIFICATIVA:

Através de um esforço e iniciativas próprias, a Penitenciária Feminina do Paraná há muito trava experiências no sentido de receber as filhas das detentas em creches. Hoje esta experiência está mais amadurecida, já existindo uma exemplar unidade de creche e pré-escola na Penitenciária, que precisa ser assegurada em lei para que possa receber os benefícios a que tem direito, bem como institucionalizá-la para que não fique à mercê da visão de administrações que se sucedem.

Para as crianças, o direito fundamen-

tal de conviver com quem lhe é mais caro nesta fase da vida. Para a mãe, uma ajuda, uma forma a mais de apego à vida, que lhe auxiliará o processo de mais fácil reintegração social.

PROJETO DE LEI N° 159/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - A prática da interrupção da gravidez nas hipóteses admitidas pelo art. 128 do Código Penal será realizado pela rede hospitalar pública Estadual do Paraná, respeitando o disposto na presente lei.

Parágrafo Único - A rede conveniada que presta atendimento à saúde da mulher fica chamada a realizar o respectivo procedimento médico.

Art. 2° - Nos casos em que a prática do abortamento tenha por motivo o risco de vida atual ou iminente da gestante, será esta realizada mediante diagnóstico, do médico responsável pela paciente na unidade de saúde.

Parágrafo Único - A gestante poderá recorrer a conclusão auferida no "caput" deste artigo a uma comissão multiprofissional da unidade hospitalar.

Art. 3° - Nos casos de gravidez resultante de estupro, o abortamento será realizado mediante apresentação de cópia do registro policial da ocorrência de laudo do IML, e de outras peças de investigação bem como a autorização escrita firmada pela própria gestante ou por seu representante legal nos casos de incapacidade.

§ 1° - Se o laudo do IML, apresentado no prazo, for insatisfatório para caracterizar o estupro, a comissão multiprofissional da unidade hospitalar, referida no art. 2° desta lei, poderá ser solicitada a se manifestar, no prazo de cinco dias.

§ 2° - A gestante ou seu representante legal nos casos de incapacidade declarar-se-á ciente do disposto no art. 430 do Código Penal Brasileiro.

§ 3° - O abortamento, em qualquer caso, será realizado no prazo de 07 (sete) dias contando da apresentação dos documentos referidos no "caput" deste artigo, ou do parecer da comissão multiprofissional da unidade nas hipóteses em que for cabível a sua edição.

Art. 4° - Para fins de atendimento no disposto nos artigos 2° parágrafo único, 3° par. 2°, e 3° desta lei, o Secretário de Saúde formalizará em cada unidade hospitalar a criação de Comissão Multiprofissional constituída por 5 (cinco) servidores.

Art. 5° - Fica assegurado ao médico a possibilidade de se escusar à prática do abortamento, em quaisquer das hipóteses

disciplinadas nesta lei, por razões de consciência, em conformidade com o código de Ética Médica.

Parágrafo Único - O disposto no presente artigo não afasta, em qualquer hipótese, a responsabilidade da Unidade Hospitalar no cumprimento do determinado no artigo 1º desta lei.

Art. 6º - A presente lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 60 dias após a data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

Apesar de garantida em lei pelo Código Penal Brasileiro, a interrupção da gravidez nos casos de estupro e risco de vida ainda significa a situação de humilhação da mulher na exigência de um direito.

Mesmo na posse de uma declaração comprobatória do estupro ou da declaração médica dos riscos que corre a sua vida, a mulher acaba por percorrer os hospitais na busca do atendimento. Acaba numa clínica clandestina, numa "aborteira" que a levará à morte ou a sequelas irreparáveis - quando não a infertilidade - fruto da negativa peremptória dos hospitais em realizar a interrupção da gravidez.

É urgente dar um fim à situação atual e assegurar a prestação deste serviço pelo Estado e instituições conveniadas, e definitivamente partirmos para resgatar a dignidade da mulher vítima da violência sexual e a vida daquela cujo risco é iminente.

#### PROJETO DE LEI Nº 160/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam criados, nos termos do que autoriza o Artigo 215 do Inciso III da Constituição Estadual, albergues para o recolhimento provisório de pessoas vítimas de violência doméstica em Curitiba e Municípios sede das microrregiões administrativas do Estado do Paraná no âmbito do órgão pertinente de assistência social.

Art. 2º - As referidas instituições deverão estar aparelhadas para o fornecimento especializado para reintegração sócio - psicológica das vítimas.

Parágrafo Único - O encaminhamento aos albergues será realizado pelas delegacias de Polícia e distritos no ato do registro da queixa policial, bem como por órgão de serviço social do governo do Estado e de Prefeituras Municipais, acompanhados de competente relatório.

Art. 3º - Para o atendimento especial às mulheres vítimas da violência doméstica

e sob o risco de vida deverão ser instaladas casas de abrigo sob a proteção policial, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, cujo encaminhamento se realizará pelas Delegacias da mulher, onde houver, pelo Serviço de Atendimento à Mulher e outras unidades policiais.

Art. 4º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) IRONDI PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

A violência contra a mulher é, sem dúvida, a mais cruel faceta da situação de opressão sobre a mulher na nossa sociedade. A instituição das Delegacias de Mulheres foi instrumento para aferir, oficialmente, a existência desta chaga social, que acaba por atingir outros membros da família, mas não pode ser vista como o único instrumento.

As casas de abrigo e os albergues para o recebimento das vítimas da violência doméstica tem características comuns, mas encerram também diversidades.

Os albergues para o recebimento de familiares caracteriza-se pela proteção social da família vítima da violência, dando a ela o tempo necessário para reestruturar-se com o afastamento das razões da violência.

As casas de abrigo para as mulheres supõem a existência de mulheres sob efetivo risco de vida, que já passaram pela Delegacia de Mulheres, e que precisam da proteção policial para continuarem vivas, daí porque reserva-se a elas o direito excepcional de carregarem os filhos junto, apartando-os daquele que na maioria dos casos é o agressor, o pai.

Os casos de morte e conseqüências graves pelo não afastamento da mulher, filhos e idosos do convívio doméstico durante determinado período estão registrados nas delegacias de polícia, nos processos que adormecem no judiciário ou na simples lembrança do povo. É preciso combater esta situação com medidas concretas e objetivas, criando-se os albergues e casas de abrigo.

#### PROJETO DE LEI Nº 161/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Hospital Regional da Mulher de Londrina.

Art. 2º - O Hospital Regional de Londrina é unidade de referência para a prestação do atendimento integral à saúde da mulher nos aspectos educativo, preventivo, curativo e de pesquisa para a microrregião de Londrina, sem prejuízo de atendimento a

ser realizado na rede pública e conveniente de saúde da referida microrregião, vinculando-se a Secretaria Estadual de Saúde do Paraná.

Parágrafo Único - Comissão especial a ser nomeada pelo governador do Estado, com a participação da Secretaria da Saúde do Conselho da Condição Feminina Estadual, do Conselho Municipal da Condição Feminina de Londrina, do Conselho Estadual de Saúde e pelos movimentos de mulheres deverá elaborar, no prazo de 180 dias a contar da sua instalação, o projeto para a instalação do Hospital, que objetivo:

I - Atendimento à saúde da mulher compreendendo todas as fases de sua vida:

II - promoção de pesquisas para aprimoramento e ampliação de oferta de métodos contraceptivos masculinos e femininos, bem como estudos no campo da fertilidade e da reprodução humana;

III - difusão de ações preventivas de saúde da mulher, notadamente das doenças de maior incidência como o câncer ginecológico, bem como daquelas cujas causas estão ligadas à gestação e ao parto;

IV - elaboração de estudos que visem a redução dos índices de mortalidade materna, identificando suas causas e apontando as soluções;

V - atendimento sócio-psicológico às pacientes submetidas a cirurgias radicais, visando sua reintegração na família e na sociedade.

Art. 3º - O Hospital Regional da Mulher de Londrina será mantido pelos recursos oriundos do orçamento do Estado, podendo realizar convênios com organizações de pesquisas que não venham ferir os princípios ditados pela Constituição Federal, no seu art. 199, parágrafo 3º.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) IRONDI PUGLIESI

#### JUSTIFICATIVA:

Por que um Hospital da Mulher para a Região Norte do Paraná? Por que uma experiência de hospital-modelo?

O Estado de São Paulo ousou há alguns anos ao instalar seu Hospital da Mulher em Campinas. Ali vem desenvolvendo uma experiência das mais importantes no atendimento à saúde integral da mulher, bem como no desenvolvimento de pesquisas junto à Unicamp na busca de soluções para a redução da mortalidade materna no Brasil.

O presente projeto tem a clareza de que a assistência integral à saúde da mulher é um conjunto de práticas cotidianas, que devem ser prestadas em todas as unidades de saúde e junto à comunidade, mas também considera da maior relevância a existência de um hospital-modelo voltado para a problemática da saúde feminina, na oferta de ações básicas bem como as de

maior complexidade, como tratamentos e procedimentos cirúrgicos.

A proposta da instalação em Londrina se deve à importância deste município, à sua localização estratégica no Estado, por se constituir no segundo maior pólo econômico-político e populacional; deve-se ainda à existência de uma universidade estadual que mantém curso de Medicina e outros da área de saúde e até à possibilidade de utilização de espaços físicos já existentes no município.

Buscando enfrentar a gravidade do problema da saúde da mulher, o Hospital Regional da Mulher de Londrina poderá ser o primeiro de um conjunto, estabelecendo assim as bases para a afetiva ampliação do PAISM do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 162/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Município de Alto Alegre, constituído pelas áreas do atual distrito de Alto Alegre, desmembrado do Município de Colorado, "ad-referendum" do plebiscito respectivo, com sede no Distrito de Alto Alegre.

Art. 2º - As divisas do Município são as seguintes: Ao Norte com o Município de Itaguajé, Santa Inês e Santo Inácio, começando no Rio Pirapó, na foz do Rio Ibiratininga, subindo por este até a sua cabeceira do córrego do Canto. Ao Sul com Lobato e Santa Fé, começando na foz do Rio Bandeirantes do Norte, subindo por este até a Água Marante. Ao Leste com o Município de Inajá e Paranacity.

Art. 3º - A sede deste Município fica com as seguintes divisas: Começa no Rio Bandeirantes do Norte, na foz da Água do Sossego, sobe por este até sua cabeceira, daí em reta à cabeceira da Água do Cêto, por esta desce até o Ribeirão do Pedregulho.

Art. 4º - O Município de Alto Alegre será instalado tão logo completada a investidura de seus primeiros mandatários.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

Com a nova criação desse centro promotor de desenvolvimento, a região registrará um forte impulso para o seu progresso. Nessa localidade, existem imensas áreas de plantio de café, com uma tradição inigualável; grandes terras com plantio de cana-de-açúcar, junto com refinarias de álcool; asfalto em todos os pontos do Município, contando-o de Norte a Sul, beneficiando os transportes, com população

acima de 5 mil habitantes e mais de 3 mil eleitores.

Apresenta situações privilegiadas para sua auto sustentação e desenvolvimento, pela refinaria de álcool, uma das pioneiras no Paraná, além de grande produção agropecuária.

Pelas condições acima citadas, o novo Município de Alto Alegre oferece meios de desenvolvimento acima da média dos pequenos Municípios do Estado do Paraná, bem como trará benefícios à população e crescimento acelerado da região.

PROJETO DE LEI N° 163/90  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação de Incentivo ao Esporte Amador de Cornélio Procópio - FUNINCOP, com sede e foro na Cidade de Cornélio Procópio.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade a declaração de Utilidade Pública da Fundação de Incentivo ao Esporte Amador de Cornélio Procópio - FUNINCOP.

A FUNINCOP é uma entidade independente, cuja Diretoria não percebe remuneração de qualquer espécie, nem a qualquer título, tem por finalidade o incentivo ao esporte amador junto à população do Município de Cornélio Procópio. Há que ressaltar que o trabalho a ser desenvolvido em conjunto com a Autarquia Municipal de Esporte e Recreação de Cornélio Procópio - AMESP, contratando técnicos esportivos para atuar com as diversas modalidades de esporte amador.

Desenvolverá, paralelamente, através do planejamento de trabalho destes técnicos esportivos, um sistema de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos, de tal forma que permitirá uma constante atualização de suas atividades, reavaliando-as, corrigindo as distorções que porventura ocorram, enfim, constituir-se-á em "um elemento vivo" neste processo de aprendizagem e treinamento, de tal sorte que permitirá a integração de crianças, jovens, adultos e pessoas idosas.

Como se observa, a FUNINCOP através de suas ações, corresponderá concretamente às disposições previstas na Carta Magna (art. 271) como na Constituição Estadual (art. 197):

C.F. - "Art. 217 - É dever do estado fomentar práticas desportivas formais e

não-formais, como direito de cada um ..."

E prossegue a Constituição Estadual:

"Art. 197 - É dever do estado ...

I - .....

II - .....

III - incentivo a programas de capacitação de recursos humanos, à pesquisa e ao desenvolvimento científico aplicado à atividade esportiva.

IV - criação de medidas de apoio e valorização do talento desportivo".

Constatamos assim que, a concessão de utilidade pública à Fundação em epígrafe, vem ao encontro dos ideais democráticos, proporcionando uma igualdade de tratamento e oportunidade a todos, sem distingui-los socialmente, por sexo, idade, cor, religião. Vale dizer que a sociedade moderna caminha "pari passu" com os avanços tecnológicos, encurtando distâncias, diferenças, e através do esporte estas oportunidades se multiplicam. Dia chegará em que não distinguiremos homens do 1° mundo ou 3° mundo.

O desporto em todas as suas modalidades propicia ao homem um desenvolvimento integrado, quer no plano físico como intelectual.

Há muitos séculos antes de Cristo, já os esportes gozavam de popularidade, sob a forma de torneios e competições. Na atualidade, essas práticas variam de acordo com as condições climáticas e geográficas dos diferentes territórios e com os hábitos, costumes e preferências dos povos.

Constata-se em nossos dias que a prática de esportes une nações. Os jogos olímpicos, reedição dos disputados na antiguidade e que, conforme Aristóteles, deviam proclamar vencedores aqueles que demonstrassem maior pujança, força, resistência física, e que fossem capazes de promover a beleza e o desenvolvimento harmônico de todo o corpo, demonstram hoje, na prática, estas afirmativas.

Além de sociabilizar os povos, a prática esportiva leva crianças e jovens, quando desenvolvidos programas de educação formal e informal, direcionando o menor e jovem de rua, se lar, ou o menor sem família, uma convivência além de saudável, sadia, do ponto de vista ético, ao desenvolver valores morais, os quais possibilitam sua aceitação pela sociedade.

Como se vê, o esporte, além de interagir como elemento de ligação entre as pessoas, tem um aspecto relevantemente social ao contribuir com a comunidade, retirando jovens da rua, afastando-se de vícios, proporcionando a educação e o lazer, não só aperfeiçoando qualidades físicas, mas apurando também capacidades mentais e morais, como a coragem, a constância e a rapidez de decisão, a modestia vitória, a dignidade na derrota, o

espírito de equipe, qualidades todas que se resumem no chamado espírito esportivo, tão importante para enfrentar as lutas da vida real.

Em razão disto a Fundação de Incentivo ao Esporte Amador de Cornélio Procópio, ao desenvolver o planejamento do trabalho dos técnicos esportivos, visando o incentivo do esporte amador em suas diversas modalidades, em Cornélio Procópio e região, vem prestar incalculável colaboração à comunidade procopense, incentivando, organizando e promovendo práticas desportivas, o que justifica seja a FUNINCOP declarada de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N° 164/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Biólogos do Paraná, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

PROJETO DE LEI N° 165/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Praia, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LUCIANO PIZZATTO

PROJETO DE LEI N° 166/90

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - São gratuitos para os que percebem até 01 (um) salário-mínimo, os desempregados e para os reconhecidamente pobres:

I - o registro civil de nascimento e respectiva certidão;

II - o registro e certidão de óbito;

III - a expedição de cédula de identidade individual;

IV - a celebração do casamento civil e respectiva certidão;

V - o sepultamento e os procedimentos a ele necessários, inclusive o fornecimento de esquife pelo concessionário de serviço funerário.

Art. 2° - Serão considerados reconhecidamente pobres para os efeitos do art. 1° desta lei:

I - aqueles que percebem mais de 01 (hum) e menos que 02 (dois) salários-mínimos com 01 (hum) dependente ou mais;

II - aqueles que percebem entre 02 (dois) e 03 (três) salários-mínimos e que possuam 02 (dois) dependentes ou mais;

III - aqueles que percebam mais de 03 (três) até 04 (quatro) salários-mínimos com 03 (três) dependentes ou mais;

IV - aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar os custos dos serviços de que trata o artigo 1°, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

§ 1° - Serão considerados prejuízo ao sustento próprio ou da família os custos dos serviços cujo valor cobrado seja igual ou superior a 30% (trinta por cento) dos vencimentos fixos do beneficiário que tenha 01 (hum) ou mais dependentes.

§ 2° - Para os efeitos do parágrafo anterior a comprovação far-se-á:

a) Pela Carteira de Trabalho e Previdência Social, se o beneficiário for trabalhador regido pela Consolidação das Leis do Trabalho;

b) Pela apresentação do último contra-cheque, se o beneficiário for servidor público estatutário.

Art. 3° - Serão limitados em 30% (trinta por cento) dos vencimentos fixos de beneficiários que não tenham dependentes, os custos dos serviços de que trata o artigo 1° desta lei cujo menor valor cobrado seja igual ou superior a este percentual.

Art. 4° - Serão considerados beneficiários da presente lei:

a) nos casos do inciso I, do artigo 1°, o próprio quando se tratar de maior, ou o responsável pelo registro quando se tratar de menor;

b) no caso do inciso III, o requerente;

c) no caso do inciso IV, os nubentes;

d) nos casos dos incisos II e V, o declarante do registro de óbito.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual assegurou direitos que são importantíssimos pela situação em que se encontram as camadas mais populares da nossa sociedade. A proposição é para efetivá-los.

PROJETO DE LEI N° 167/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica proibida a comercialização ou industrialização de quaisquer tipos de produtos dietéticos no Estado do Paraná, sem autorização da Secretaria Estadual de Saúde.

Artigo 2º - Os produtos dietéticos, industrializados ou que venham a ser comercializados dentro do Estado do Paraná, devem trazer na embalagem a sua composição química.

Artigo 3º - A Secretaria Estadual de Saúde, após analisar o produto, dará um certificado de que o mesmo está dentro das normas para uso do consumidor.

Artigo 4º - As indústrias e o comércio, para que não venham a sofrer prejuízos, terão 30 dias, após a promulgação da presente lei, para a substituição de seus rótulos pelos aprovados pela Secretaria Estadual de Saúde.

Artigo 5º - Os interessados, em comercializar ou industrializar produtos dietéticos no Estado do Paraná, devem procurar a Secretaria Estadual de Saúde, que gratuitamente fará a análise dos mesmos, para a devida aprovação.

Artigo 6º - Ao infrator da presente lei será aplicado, inicialmente, a multa de, no mínimo, 100 salários-mínimos e independentemente do fechamento do estabelecimento comercial ou industrial por, no mínimo, 5 dias úteis.

Artigo 7º - Na 1ª reincidência, o infrator será autuado de acordo com o Código Penal por crime de desobediência e terá seu estabelecimento fechado por 30 dias.

Artigo 8º - Ocorrendo mais que uma reincidência no mesmo estabelecimento, este terá sua atividade proibida dentro do Estado do Paraná.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Como temos sido informados diariamente, através da imprensa, indústrias inescrupulosas vêm adicionando açúcar aos produtos dietéticos.

É grande o número de diabéticos dentro do nosso Estado e que têm seu problema agravado pela utilização indevida desses mesmos produtos.

Acredito que, com essa lei, estaremos protegendo a vida dos diabéticos e de outras pessoas que, levadas pela publicidade, acabam por consumir alimentos que possam ocasionar danos à saúde.

PROJETO DE LEI N° 168/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica instituído passe especial único, como forma de isenção de pagamento de tarifas nos serviços públicos estaduais de transporte coletivo, à pessoa portadora de doença crônica em tratamento contínuo e a deficientes com reconhecida dificuldade de locomoção.

Artigo 2º - Compete à Secretaria de Estado dos Transportes, o fornecimento do passe especial único a que se refere o artigo anterior, que será expedido em forma de carteira.

Artigo 3º - A expedição do passe especial único ora criado terá como única exigência a apresentação dos seguintes documentos:

a) carteira de identidade ou certidão de nascimento;

b) comprovante de serviço de saúde oficial que assiste às pessoas aludidas no art. 1º desta lei;

c) dois retratos 3 x 4.

Artigo 4º - O passe especial único de que trata esta lei deverá ser renovado a cada 2 (dois) anos.

Parágrafo Único - A renovação de que trata o "caput" deste artigo far-se-á mediante exigência única de revalidação do comprovante referido na alínea "b" do art. 3º desta lei.

Artigo 5º - O Estado e as empresas concessionárias de transporte coletivo implementarão propaganda de divulgação da instituição do passe especial único entre os rodoviários.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa resolver grave problema que atinge os portadores de doenças crônicas em tratamento contínuo e os deficientes com dificuldades de locomoção.

PROJETO DE LEI N° 169/90

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Artigo 1º - Fica criado o Programa de Doenças Infecto-Contagiosas e de atendimento às pessoas portadoras dessas patologias, promovendo informações sobre seus sintomas e formas de contaminação e a realização de exames preventivos e de rotina denominado "Programa de Atendimento às Doenças Infecto-Contagiosas no Interior do Sistema Unificado Descentralizado de Saúde - SUDS.

Artigo 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos hospitais do Estado

ou conveniados, que serão aparelhados para esse fim, uma reserva de 10% (dez por cento) de leitos exclusivos para internação de pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas.

Artigo 3° - O Poder Executivo, no prazo de 120 dias, regulamentará a presente lei.

Artigo 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Devido ao fato da existência de elevada incidência de doenças infecto-contagiosas, no Estado e à ausência de um programa integrado de assistência, ambulatorial ou de internação, propomos o presente projeto de lei.

#### PROJETO DE LEI N° 170/90

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica instituída a política de Apoio aos Dependentes de Drogas, que compreenderá o conjunto de diretrizes administrativas e técnicas, destinadas a fixar a ação governamental na utilização racional de meios que promovam a recuperação de viciados.

Artigo 2° - Fica criado a COMISSÃO ESTADUAL DE COMBATE AO CONSUMO DE DROGAS, que baixará as resoluções necessárias à implementação da política de combate ao consumo e de apoio aos dependentes de drogas.

Artigo 3° - A Comissão será presidida pelo Secretário Estadual de Saúde, integrada por técnicos de reconhecida capacidade, nomeados pelo Governador do Estado, com aval do Poder Legislativo.

Artigo 4° - Os Estatutos da Comissão Estadual de Combate ao consumo de drogas, serão aprovados pelo Poder Legislativo, que servirá como título hábil para seu registro no Cartório competente.

Artigo 5° - A Comissão funcionará como órgão técnico e executor da Política de Apoio aos Dependentes de Drogas, tendo como principais objetivos:

I - realizar, promover e assistir palestras e debates que versem sobre os malefícios causados pelas drogas, nas escolas e centros de concentração de jovens;

II - promover, orientar e assistir campanhas educativas na imprensa escrita, falada e televisada;

III - propor a criação e administrar clínicas de recuperação de viciados;

IV - fiscalizar, por delegação ou convênio, todos os programas de recuperação de viciados;

V - plantão telefônico por aqueles que procuram orientação ou ajuda;

VI - receber e encaminhar viciados a clínica de recuperação;

VII - manter contatos com as direções dos presídios, visando a recuperação dos detentos.

Artigo 6° - É facultado à Comissão Estadual de Combate ao Consumo de Drogas, desempenhar suas atividades mediante convênio ou contratos com entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras.

Parágrafo Único - A Comissão poderá receber doações de entidades de direito público e privado nacionais, estrangeiros e organismos internacionais.

Artigo 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos diante de um mal que vem corroendo lentamente nossos frutos, falo de nossos jovens, que estão sendo levados a enveredar pelo caminho quase sempre sem volta das drogas.

Reconheço que o Governo do Estado vem realizando um profícuo trabalho em prol do combate ao consumo de drogas, mas, sinto que estamos necessitando com a máxima urgência de uma política mais clara, pois no meu entender não basta prender traficantes, simplesmente, pois sempre aparecerá outros para tomar seu lugar.

Estamos sentindo que nossos jovens são levados às drogas, por falta de diálogo aberto, franco, sem nenhum preconceito que possa interferir na expansão de seus pensamentos, portanto, se fornecermos condições para que esses jovens possam conversar com profissionais capacitados, que tenham profundo conhecimento de causa, acredito que minimizaríamos, em muito, esse problema.

#### PROJETO DE LEI N° 171/90

#### A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Esta lei regulamenta o disposto no artigo 27, parágrafos 1° e 2° e 238 da Constituição do Estado do Paraná, estabelecendo regras para o uso de todas as formas e meios de comunicação sociais na divulgação de atos, programas, obras e serviços, campanhas ou patrocínios da Administração pública, direta, indireta, fundacional e órgãos controlados pelo Poder Público, ainda que custeada por entidades privadas.

§ 1° - A publicidade prevista no artigo 1° observará, obrigatoriamente, os seguintes princípios e critérios:

I - O caráter deve ser educativo, informativo ou de orientação social;

II - Não pode abusar de confiança do cidadão, explorar sua falta de experiência ou de conhecimento ou se beneficiar de sua credulidade;

III - Não pode utilizar nomes, símbolos, sons e imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

IV - A sua veiculação deve ser restrita ao Estado do Paraná, exceto quando inserida em órgãos de comunicação impressa, de circulação nacional, editados no Estado;

V - A sua veiculação, também só será realizada após a sua aprovação pelo Poder Legislativo, de plano anual de publicidade, que conterá a previsão de custos, objetivos e as justificativas de sua necessidade.

§ 2º - Semestralmente, nos meses de julho e dezembro, a administração direta, indireta, fundacional e os órgãos controlados pelo poder público, publicarão, no Diário Oficial, relatório circunstanciado das despesas realizadas com propaganda e publicidade, na forma do "caput" deste artigo, inclusive aquelas custeadas por entidades privadas, especificando os nomes dos veículos publicitários; com os respectivos montantes pagos ou a pagar.

§ 3º - As empresas estatais sujeitas à concorrência de mercado deverão restringir a sua publicidade ao seu objetivo social, não lhes aplicando o disposto nos incisos IV e V do "caput" deste artigo.

§ 4º - A publicidade de eventos e realizações estatais não pode ser realizada em detrimento da divulgação de campanhas de interesse público.

Art. 2º - A identificação dos bens móveis e imóveis do Estado é obrigatória e se submete às mesmas regras do artigo anterior.

§ 1º - A identificação de veículos oficiais far-se-á pelo uso de placa branca e inscrição lateral constando o nome do órgão a que pertence e o uso a que se destina.

§ 2º - A lei, em caso excepcional, poderá dispensar as exigências do parágrafo anterior, desde que justificada a necessidade e determinada a quantidade e o órgão a que pertencem.

§ 3º - Das placas indicativas de obras ou prestação de serviços públicos constarão apenas os dados sobre o órgão responsável, o custo orçado, o prazo de conclusão, as medidas básicas e dados técnicos e o nome das empresas responsáveis pela execução, quando for o caso.

§ 4º - As placas referidas no artigo anterior deverão ser padronizadas por ato do Poder Executivo, no prazo de sessenta

Curitiba, segunda, em 26.03.90

dias, obedecidas estas e outras exigências legais, se houverem, e as normas técnicas existentes.

Art. 3º - Na publicidade prevista no artigo 1º é obrigatório a divulgação, de forma facilmente legível ou audível, quando for o caso, do seu custo total.

Parágrafo Único - Nos impressos publicitários próprios do poder público, ou por ela patrocinados, devem constar a tiragem e o valor unitário.

Art. 4º - O descumprimento do disposto nesta lei, implicará em crime de responsabilidade punível na forma da lei, sem prejuízo da suspensão da atividade ou ato lesivo e da instauração imediata de procedimento administrativo para identificação dos responsáveis.

Parágrafo Único - Verificada a ilegalidade, poderá a Assembléia Legislativa, através de Resolução de iniciativa de qualquer de seus membros, pelo voto da maioria absoluta, determinar a suspensão imediata da propaganda ou publicidade.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) PEDRO TONELLI

PROJETO DE LEI N° 172/90  
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Fundação Solidariedade", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) VALDERI MENDES VILELA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora apresentamos para análise, atua no campo social, atendendo a crianças menores, que se encontrem em situação de abandono ou sejam órfãs. Sendo de caráter privado, e sem fins lucrativos, esta fundação enfrenta dificuldades para sua manutenção, pois serve aos menores em regime de internato e semi-internato onerando dessa forma seu custeio. Tem por objetivo, a integração dessas crianças ou jovens ao meio familiar e a sociedade, procurando sempre sua melhor preparação para seu desenvolvimento ao meio social.

Entendendo ser esta Fundação, uma entidade de alto valor filantrópico, solicitamos aos nobres Pares desta Casa de Leis, a aprovação do citado projeto.

PROJETO DE LEI N° 152/90  
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PARANÁ

## D E C R E T A:

Art. 1º - As parcelas de recursos a que se refere o artigo 142, da Constituição do Estado serão depositados diretamente no Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, quando de seu recebimento ou recolhimento pelo Estado.

Parágrafo Único - É vedada a aplicação dos recursos previstos neste artigo no pagamento de dívidas, vencimentos de funcionários, ou de quaisquer outros itens de custeio administrativo.

Art. 2º - A comissão prevista no Parágrafo Único do Art. 142, da Constituição Estadual, responsável pela política de aplicação dos recursos, será composta: pelo Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico; pelo Secretário de Estado da Educação; pelo Presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., como representantes do Poder Executivo, por três Deputados Estaduais; indicados pela Assembléia Legislativa, como representantes do Poder Legislativo; por três membros indicados, respectivamente pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, pela Federação do Comércio do Estado e pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, todos na condição de representantes da classe empresarial; e por três membros indicados respectivamente, pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná, pela Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Paraná e pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, todos na condição de representantes da classe dos trabalhadores.

§ 1º - A presidência da Comissão será exercida rotativamente por integrantes de cada um dos segmentos representados, a ser eleita em cada reunião, cabendo-lhe exercer o voto de qualidade.

§ 2º - A primeira reunião será presidida pelo Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, cabendo a presidência, nas reuniões subsequentes e na ordem ao representante do Poder Legislativo, ao representante das classes trabalhadoras e ao representante da classe empresarial e assim sucessivamente.

§ 3º - A Secretaria Executiva será exercida pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., na condição de gestor do FDE e dos recursos a que alude esta lei.

§ 4º - O mandato da Comissão será de quatro anos, em períodos idênticos ao atribuído pela Constituição Estadual ao Governador do Estado.

§ 5º - O mandato da primeira comissão que vier a ser constituída, na forma da presente lei, coincidirá com o término do mandato da presente gestão do Poder Executivo.

Art. 3º - Os recursos a que se refere o art. 1º serão aplicados no fomento à estrutura produtiva, na infra-estrutura social e econômica, no apoio a pesquisas aplicadas de cunho científico ou tecnológico, em investimentos na área do ensino pré-escolar, fundamental, médio e educação especial e em investimentos que visem a proteção do meio ambiente.

§ 1º - As aplicações serão efetivadas através de financiamentos, participações acionárias e outras modalidades previstas na legislação para os bancos de desenvolvimento e serão precedidas da apresentação de projetos contendo análise econômica e social do investimento, taxa de retorno das aplicações e suas respectivas garantias.

§ 2º - A política de aplicações terá como princípio assegurar a integridade patrimonial dos recursos, mediante adequada proteção ao desgaste inflacionário.

§ 3º - As prioridades nas aplicações serão definidas pela Comissão.

Art. 4º - Serão inelegíveis para compor a Comissão, as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos.

Art. 5º - A comissão, no desempenho de suas funções, terá as seguintes atribuições.

I - estabelecer a política de aplicações dos recursos a que se refere esta lei;

II - aprovar os orçamentos anuais e plurianuais relativamente aos recursos em causa;

III - acompanhar, mediante relatórios trimestrais, a execução dos orçamentos elaborados;

IV - estabelecer alçadas decisórias para as aplicações dos recursos em causa;

V - recomendar providências ao gestor dos recursos no que tange a aplicação, fiscalização, administração e acompanhamento dos projetos apoiados à conta desses recursos;

VI - a comissão poderá, para desempenho das suas atribuições, autorizar a contratação de serviços técnicos especializados, sempre que estes não possam ser realizados pelo gestor dos recursos.

Art. 6º - A comissão se reunirá pelo menos quatro vezes ao ano, podendo estabelecer periodicidade maior a critério de seus membros.

§ 1º - A comissão deliberará pela maioria de seus membros.

§ 2º - As deliberações constarão de Livros de Atas próprios.

§ 3º - A convocação das reuniões será

feita pela Secretaria Executiva da Comissão ou por iniciativa de pelo menos a metade dos seus membros.

Art. 7º - Os recursos previstos no artigo 1º serão registrados em conta específica no Fundo de Desenvolvimento Econômico, devidamente auditada por auditores independentes e fiscalizada pelo Tribunal de Contas.

Parágrafo Único - O BADEP, semestralmente, ou quando solicitado, apresentará para a Comissão relatório das atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais participantes da nossa primeira sessão desta semana.

(Lê).

O país ainda vive o impacto do pacote econômico anunciado pelo novo governo na última sexta-feira. As reações têm sido as mais variadas possíveis e vão desde os aplausos incontidos até a oposição frontal, passando por uma desconfiança comedida.

A nossa moeda estava por demais desvalorizada, erodida por uma inflação que a cada mês batia novos recordes. Mas, o que anda mais desvalorizada é a palavra dos políticos e, particularmente, dos governantes o que é muito perigoso nesta hora que o país necessita de confiança.

O próprio Presidente Collor tem dito insistentemente que o êxito do plano depende da confiança da população. Porém, vemos que este pacote apresenta componentes que desmentem toda a pregação do novo presidente durante a sua campanha. "A poupança é sagrada", dizia Collor na TV, assegurando que esta instituição não seria mexida. A palavra foi quebrada. É apenas um exemplo que coloca em dúvida a capacidade deste governo de alcançar a credibilidade de que necessita.

Mas, a questão do bloqueio da poupança é um aspecto que não poder ser analisado separadamente. É preciso ter uma visão de conjunto sobre todas as medidas propostas.

Em primeiro lugar, acredito que o Plano Collor repete a visão terceiromun-

dista que tanto o presidente tem criticado. Afinal, o aperto fiscal aplicado segue o mais ortodoxo receituário do FMI. A consequência é previsível. UMA BRUTAL RECESSÃO.

Até a Bolívia conseguiu controlar uma inflação de 26 mil por cento ao ano, ao preço de uma recessão que deixou quase a metade da população desempregada.

A inflação é o principal problema a ser atacado. Disso ninguém duvida. Mas, o que se discute são os instrumentos para enfrentá-la. A opção feita pelo governo Collor fatalmente terá como desdobramento a diminuição da atividade econômica, o que significa recessão.

Pior do que a inflação é a recessão, que traz como componente o desemprego, a contenção dos salários e a penalização das camadas mais pobres. Este risco parece não ter sido devidamente considerado pelos elaboradores do Plano Collor. O crescimento da nossa economia vinha sendo paralisado pela especulação financeira, que atraía todos os recursos disponíveis. Mas, uma recessão do tamanho que pode ser produzida por este aperto fiscal, pode ter um efeito ainda mais poderoso na diminuição de investimentos no setor produtivo e na redução da atividade econômica já existente.

O caráter recessivo deste plano é o primeiro aspecto a ser acentuado. Esta é a maior preocupação que nos ocorre, pois sabemos por experiência nossa e de outros países em desenvolvimento que os assalariados e os desempregados são as maiores vítimas da recessão econômica.

A recessão não é apenas um risco. Tal como se apresenta o plano, será uma decorrência inevitável. O limite de bloqueio sobre a poupança por exemplo, foge de qualquer parâmetros de bom senso. Na verdade, o plano dá tratamento igual aos desiguais. Um pequeno poupador, que tivesse 100 mil cruzados novos na sua conta poupança, ficará com 50% do seu capital bloqueado - um capital poupado com grandes sacrifícios em muitos anos de trabalho. Ao mesmo tempo, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, que tinha um bilhão de cruzados no banco, poderá de imediato dispor de 20 deste capital especulativo e mais adiante liberar os recursos retidos para pagar tributos, a folha de pagamento dos seus milhares de funcionários ou ainda participando dos leilões que o Banco Central fará.

O pequeno poupador foi igualado ao grande especulador. Isso é suficiente para mostrar que o Plano Collor não é "totalmente justo" como quer fazer crer o presidente.

Mas, outro aspecto que merece constatação imediata é o tratamento dado a preços e salários. Nos últimos quinze dias,

os preços sofreram elevações absurdas. A fixação dos preços de duas centenas de produtos nos valores praticados no último dia 12 não altera esta situação distorcida, onde os preços se situam bem acima do poder aquisitivo da maioria da população.

Ao mesmo tempo que os preços são fixados no pico, os salários sofrem um confisco brutal. Vejamos: neste mês, os trabalhadores terão os seus salários reajustados em 72,78%, que é a inflação de fevereiro. Mas, de acordo com a sistemática que vinha sendo seguida pelo IBGE, esta inflação foi apurada no período de 15 de janeiro a 15 de fevereiro. Ela não espelha a variação dos preços posterior ao dia 15 de fevereiro. A inflação de março, que seguramente será superior a 80%, a menos que o governo faça alguma mágica, será expurgada.

Além disso, a variação de preços verificada no período de 15 de março a 31 de março não vai ser considerada para efeito de cálculo da inflação de abril. É mais um expurgo. A inflação de 15 de fevereiro a 31 de março deve bater com folga a casa dos 100%. Este índice já foi aplicado aos preços. Afinal, é pela variação dos preços que se mede a inflação. Mas, os salários não sofrerão esta correção, que seria justa e necessária. Não é justa, portanto, esta medida anunciada pelas medidas provisórias do novo Governo.

O que o governo propõe é a prefixação pura e simples a partir de abril. A nova "inflação oficial" será medida a partir do dia 1º de abril, depois do governo ter realinhado as suas tarifas de forma absurda e ter permitido uma série de aumentos de preços. As experiências desaconselham a prefixação, pois são sempre os assalariados que levam a pior. É mais arrocho, na certa.

Este confisco salarial deverá desencadear forte reação do movimento sindical desatrelado do governo. É natural que os trabalhadores defendam o seu, se preciso recorrendo à greve.

Neste ponto quero abrir um parêntese, para me referir ao problema salarial do funcionalismo público estadual. É público e notório o sacrifício imposto aos servidores. Neste mês, o reajuste será de 50,24%, contra uma inflação do mês anterior de 72,78%. A política salarial do governo estadual prevê para abril o zerramento das perdas do trimestre. O governo deverá pagar o IPC integral de março, mas o resíduo de fevereiro. É um compromisso que não poderá ser quebrado, em hipótese alguma. E não venha o Senhor Álvaro Dias se encostar no Plano Collor para aplicar mais este golpe contra o funcionalismo!

O terceiro aspecto que eu gostaria de destacar nesta análise preliminar do Plano

Collor é a submissão da nossa economia aos interesses dos credores. É inegável que o problema da dívida interna está sendo considerado. E a dívida externa? Vamos sofrer este aperto para continuar remetendo dólares ao exterior? O plano, tal como foi colocado, com a liberação do câmbio, vai estimular as exportações. A recessão deverá acentuar ainda mais esta tendência da economia. Sem mercado interno, a solução para as empresas será a de buscar as exportações.

Mais uma vez, o Governo Brasileiro se submete aos ditames do FMI e dos credores. É o sacrifício da população para continuar sustentando este sistema injusto de pagamento da dívida externa. O problema da dívida externa precisa ser imediatamente encarado. O Brasil não pode mergulhar na pior recessão da sua história para atender compromissos questionáveis sobre todos os aspectos.

Em outra oportunidade, esperamos aprofundar esta análise do Plano Collor, contribuindo com este debate democrático que se estabelece no país. (TERMINA DE LER).

Estas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são algumas primeiras considerações que este Parlamentar, que o nosso Partido traz a público após o anúncio do pacote econômico do novo Governo.

Outros aspectos certamente do nosso dia-a-dia, no nosso trabalho Legislativo queremos trazer, queremos denunciar os absurdos cometidos pelo novo Governo, porque o nosso Governo paralelo está vigilante, está atento para denunciar os erros, para apontar os acertos, para apoiar se porventura ocorrer as medidas acertadas. E é com base nessa atitude, nessa Oposição responsável que nós queremos denunciar as posições arbitrárias com que o novo Governo, o novo Presidente tem causado insegurança no nosso País nos últimos dias. Primeiro ele rasga a nossa Constituição, passa por cima da ordem institucional pré-estabelecida trabalhada por quase dois anos pelos nossos Constituintes, e tem a ousadia de, em desrespeito a Constituição, em nome das medidas provisórias que são nada mais do que decretos, ultrapassar os limites que nossa Constituição estabelece.

Digo também que nosso partido estranha a postura adotada por S.Exa., o Presidente, que comanda a Polícia Federal punindo, reprimido, intimidando os veículos de Comunicação como o Jornal "Folha de São Paulo" e outros que por causa da publicação da verdade recebem punição, recebem prisões, recebem a perseguição da Polícia Federal e recebem um NAO à grande luta desencadeada nesse País: a luta pela liberdade de imprensa. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses poucos dias de Governo Collor nos traz grande

preocupação e esperamos atentamente que o Congresso Nacional, os nossos Deputados os nossos Senadores possam corrigir as injustiças, as arbitrariedades, as inconstitucionalidades apresentadas nessas 25 (vinte e cinco) medidas provisórias anunciadas pelo novo Governo porque, se isso não ocorrer, se o Congresso Nacional não tiver o devido juízo, não tenho dúvida, nós teremos a cada dia que passa uma situação de insegurança, de implosão social, uma situação de revolta, um desgaste, falta de credibilidade, muito mais que no tempo de Sarney, que no tempo dos militares, que nos tempos de crise política do nosso País.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, necessário se faz nesse momento grande empenho de todas as forças políticas do País para que nesses próximos 20 dias apreciemos e sejam apreciadas pelo Congresso Nacional, no mérito, todas as proposições apresentadas por todos os partidos, por todos os congressistas, para que, efetivamente tenhamos uma esperança nova, uma pequena luz no fim do túnel, para que a classe trabalhadora, a maioria da população, aqueles que são acusados de descalamisados, para que, para eles seja colocado uma esperança.

Era isto, Sr. Presidente.

Era isto, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - A Mesa vai submeter ao Plenário o veto apostado pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu estou lendo aqui na Ordem do Dia em 1.<sup>a</sup> Discussão o Projeto de Lei n° 99/90, que é originário da Mensagem n° 45/90 do Poder Executivo que reestima a Receita do Estado.

Portanto, se ela reestima, ela reformula o orçamento.

Então, consultaria V.Exa. se os vetos não estariam prejudicados; ao meu ver estão prejudicados. Se o orçamento é reformulado, se é reestimada a Receita, não há razão de apreciação de veto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem de V.Exa. de acordo com o artigo 18 da Lei n° 973, de 27 de 12 de 89, Orçamento Geral do Estado, que diz o seguinte:

"A presente Lei Orçamentária poderá ser revista até 30 de junho".

A Mensagem Substitutiva do Governador se refere a isto.

Os vetos serão retirados da Ordem do Dia e submetidos à votação o Projeto de

# Revisão Orçamentária.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado a V.Exa.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu peço a palavra pela ordem, para protestar contra os termos de uma declaração feita pelo Sr. Álvaro Dias no programa "Jogo Aberto" da TV Tarobá de Cascavel, que ofende a honra de todos os Deputados Estaduais, quando S.Exa. insinuou que os Parlamentares foram movidos por interesses excusos ao recusarem a apreciação dos vetos ao orçamento.

Este Deputado proclama, pela honra do seu mandato e em respeito ao povo soberano que o elegeu, que obstruiu aquelas sessões no exercício pleno de suas prerrogativas parlamentares utilizando uma arma política comum a todos os parlamentos dos países civilizados. Obstruímos, para impedir que bilhões de cruzeiros, de recursos públicos pagos pelo povo do Paraná com grande sacrifício, fossem desviados para projetos de promoção pessoal do Sr. Álvaro Dias, do Sr. Mello e Silva e de outros membros do entourage do governante, que em boa hora deixa o Palácio Iguaçu, antes que o Paraná seja declarado massa falida, graças à sua incompetência e aos seus desmandos administrativos.

Obstruímos por quê? Com este gesto resguardamos o Tesouro Estadual, que agora vai passar às mãos honradas e competentes do engenheiro Ary Queiroz, que se empossa no governo já neste domingo, dia 1°.

A revisão orçamentária que estamos votando protege a folha de pagamento dos servidores, mas evita o desperdício, o descalabro, o desacerto, o favorecimento, que foram as tônicas do Governo que sai do Palácio e que será julgado pelo rigor da opinião pública paranaense, em outubro próximo.

Gostaria de colocar à disposição de todos os Srs. Deputados cópia em vídeo do programa "Jogo Aberto" da TV Tarobá, onde o Governador deixou bem claro as insinuações, atingindo, profundamente a honra deste Poder Legislativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Deputado David Cheriegate e ao Plenário que recebe com estranheza, as declarações do Governador do Estado do Paraná e a palavra de V.Exa. merece fé.

E quer assumir esta Presidência, a responsabilidade de conduzir politicamente a votação de 15 (quinze) projetos de crédito suplementar que S.Exa. enviou a esta Casa quando foi alertado pela Comissão de Orçamentos, pelo seu Presidente, pelo Re-

lador, de que a mensagem encaminhada a esta Casa era uma mensagem cheia de falhas. E agora S.Exa. encaminha a esta Casa mensagens de créditos suplementares antes da apreciação do veto. Mas reafirma esta Presidência que a Assembléia conduziu-se com dignidade, com absoluta independência. E se há responsabilidade cabe a esta Presidência que a assume com orgulho.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria também de comunicar a esta Casa que nós estamos entrando com um requerimento solicitando a presença do senhor Álvaro Dias neste Plenário para declinar aqui os nomes dos Deputados que foram motivos das suas acusações na TV TAROBÁ, que estariam querendo negociar com interesses particulares para dar quórum à votação do veto por este Plenário.

Entro com este requerimento para que o Governador possa vir aqui declinar os nomes dos Deputados que negociaram com interesses particulares, a fim de que não pairasse dúvida sobre a cabeça de todos os representantes do povo, que são representados aqui neste Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não vai aceitar o requerimento de Vossa Excelência, porque considera todos os Deputados dignos, honrados e avessos a quaisquer críticas, partam de quem partir.

Por isso, a Mesa reconhece que os Deputados, nos exercícios de seus mandatos, agiram com legitimidade, fazendo com que a Assembléia se faça e se fez respeitada.

O SR. DAVID CHERIEGATE (Pela Ordem) - Sr. Presidente, diante do posicionamento de Vossa Excelência eu retiro este requerimento e espero que o posicionamento de Vossa Excelência possa servir de exemplo para o Governador e quaisquer demais irresponsáveis que venham fazer futuras acusações a este Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Sr. Presidente, Pela ordem.

(Assentimento)

Apenas uma sugestão, se Vossa Excelência me permite, ao Deputado David Cheriegate.

Já que Vossa Excelência deixa de receber o requerimento cobrando do Governador Álvaro Dias explicações às suas palavras a alguns órgãos de imprensa, porque um outro jornal do Paraná também divulgou. O Deputado David Cheriegate poderia, por exemplo, indagar do Governador Álvaro Dias, através de requerimento, o que que ele fez para explicar as denúncias formuladas na

FOLHA DE SÃO PAULO, dando conta de que o Governador do Paraná está recheado de dólares para sua campanha ao Senado. Isto é o que o Governador deveria explicar à imprensa e não ficar acusando Deputados desta Casa, especialmente Deputados sérios, como David Cheriegate, que se viu comprimido lá em Cascavel, sua cidade, quando o Governador acusava dois Deputados de Cascavel, que não era o Ilustre Deputado Mário Pereira, que também é daquela cidade.

O Governador deveria explicar as denúncias que saem na imprensa, como saiu na FOLHA DE SÃO PAULO, ao invés de ficar desviando as atenções do povo do Paraná para estes fatos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados: (LÊ)

A Polícia Federal invadiu, na tarde de 23 de março, por volta de 15:30h, o prédio da empresa Folha da Manhã S/A, que edita a Folha de São Paulo. Acompanhados de fiscais da Receita Federal, os policiais que estavam armados, realizaram duas horas e meia de truculenta inspeção e depois levaram para prestar depoimento na sede da Polícia Federal, em São Paulo, os Diretores da Empresa, Renato Castanhari e Pedro Pinheiro Jr. e a secretária da Diretoria, Vera Lia Roberto. Os três foram liberados à noite.

O Diretor de redação da Folha, Otávio Frias Filho, considerou a invasão "um ato estúpido e ilegal. Por trás dos esbirros policiais está Collor de Mello, a quem não reconheço como Presidente da República mas, como usurpador vulgar da Constituição". Disse ele.

O pretexto utilizado pela polícia para invasão da sede do jornal foi uma suposta irregularidade cometida pela empresa na troca de faturas emitidas em cruzados novos por faturas emitidas em cruzeiros, a operação, entretanto, está expressamente autorizada pela cartilha que foi distribuída pelo Ministério da Economia para explicar o funcionamento e os procedimentos a serem adotados na aplicação do Plano Econômico, adotado pelo novo Governo do País.

Eu gostaria de pedir deferência aos Senhores Deputados para reproduzir, aqui, o editorial da Folha, no dia 24 de março, discorrendo sobre a truculenta invasão da sede daquele conceituado jornal:

EDITORIAL  
A ESCALADA FASCISTA

Assassinos da ordem jurídica, anunciam o tumulto fascista que se desencadeia sobre a sociedade brasileira, esbirros de uma ditadura ainda sem nome - "Era Collor"? "Brasil Novo"? - invadiram ontem a Folha de São Paulo. Este fato culmina a série de agressões, de arbitrariedades e de violências que, em nome do combate à inflação, configuram um clima de terrorismo de Estado só comparável ao dos períodos mais infames e vergonhosos da história brasileira.

Esta Folha, que criticou duramente Fernando Collor - como, aliás todas as outras -, mas que aprovou a audácia do presidente na edição das medidas econômicas, vê essa audácia transformar-se em prepotência e tirania; vê nos apelos do Chefe de Estado aos "descamisados", nas ameaças que profere contra a livre iniciativa, na arrogância pretensamente incontrastável de suas atitudes, na precária corte de bajuladores que se acanalha à sua volta e no espetáculo de desorganização política, de obscurantismo e mistificação que se estabelece em seu governo, os sinais inequívocos, alarmantes e inaceitáveis de uma aventura totalitária. Não se agrediu um jornal. Agrediu-se a democracia. O Chefe de Estado não parece ver limites para seu messianismo; este se constrói na arbitrariedade, sustenta-se na ignorância, mantém-se pela força, prossegue no arbítrio: é o momento de dizer basta.

A democracia brasileira não tolera aspirantes a Thathesco ou versões juvenis de Mussolini. Aberta, como qualquer empresa, à fiscalização das autoridades, esta Folha não aceita intimidações grosseiras nem ameaças policiais. O governo federal investe na subversão das leis e na destruição das liberdades políticas. A escalada repressiva terá de ser interrompida: mais uma vez, quando já parecia consolidado o processo de transição para a democracia, cumpre lutar contra os inimigos da liberdade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vossas Excelências conhecem a posição que nós tomamos nas últimas eleições. Não votei em Fernando Collor. Primeiro, votei em Leonel Brizola, depois, fiz opção pela mudança, votando em Lula.

Hoje, contudo, torço como milhões de brasileiros, para que o plano dê certo, para que consigamos todos, Governo e população, derrubar essa inflação.

Não pactuarei, contudo, com a truculência, com a arbitrariedade, com a estupidéz, ainda que velada sob o pretexto do combate aos boicotes ao Plano Brasil Novo.

Não pactuarei com a violência, sobretudo, contra os veículos de imprensa, essa instituição que foi uma das maiores responsáveis para que o País fosse reconduzi-

do ao leito democrático, garantindo condições para realização das eleições que propiciaram a ascensão de Collor à Presidência.

Não pactuarei com essa arbitrariedade, como Deputado, homem público, homem de comunicação e, sobretudo, cidadão, a quem cumpre o efetivo direito de fiscalização da Constituição.

A truculência dos policiais que invadiram a sede da Folha, pisoteou a todos nós, brasileiros, que nos espelhamos e procuramos traçar nossa condução social pelos caminhos retos da constitucionalidade e direito e que somos surpreendidos por milícias armadas obedecendo a interesses inconfessáveis, camuflados sob o argumento do combate ao boicote.

Que este parlamento se pronuncie, à Folha de São Paulo, e à toda imprensa, perplexo, revoltado e indignado contra esse impatriotismo, essa incivilidade, cometido pelos milicianos Colloridos num aceno indisfarçável ao autoritarismo e à arbitrariedade que conduziram nosso país ao obscurantismo e nos mergulharam no poço profundo na mediocridade e insensatez políticas.

É urgente o pronunciamento, em telex oficial à Direção da Folha de São Paulo, condenatória à marcha realizada, sorrateiramente, sobre as letras e argumentos imparciais de um dos maiores veículos de comunicação da história brasileira.

Que sirva para se atenuar a maldade, a perseguição e o patrulhamento, que sirva para fazer desmoronar essa ante-sala, preparado pelo séquito oficial, para desembocar supressão das liberdades. Pelo menos é isso que se insinua, quando investe-se tão sanguinariamente contra uma das mais sagradas instituições, que é a imprensa livre, a imprensa democrática e a qual eu tenho a honra de pertencer, Senhor Presidente.

O SR. ALGACI TÚLIO - ... Senhor Presidente". (Termina de ler).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra à Liderança do PDS. Declina.

PDC - Declina.

PFL - Declina.

PT - Declina.

PL - Declina.

PTB - Declina.

PSDB - Declina.

PMDB - Declina.

PTN - Declina.

PRN - Declina.

PRP - Declina.

Passa-se à

Ordem do Dia.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, ofício nº CPI/SUDS/PR/.. 003/90, de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, comunicando que em sessão realizada em 15 de março do corrente, o não recebimento do relatório de auditoria procedida pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado. - Ciente. Inclua-se no expediente.

Ofício de nº 148/90/GS, de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, comunicando que está reassumindo as funções de Deputado Estadual nesta Casa de Leis. - Protocole-se. Inclua-se no expediente. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelos Srs. Deputados David Cheriegate, Antônio Bárbara, Luiz Carlos Alborghetti e Amélia Hruschka, integrantes da Bancada do PRN, indicando o Sr. Deputado Ferrari Júnior para líder da Bancada. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Ferrari Júnior, na qualidade de líder do PRN, constante do expediente de sessão anterior, indicando os Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes desta Casa. - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados José Rogério Carvalho, Nereu Carlos Massignan, Ferrari Júnior e demais Srs. Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente de sessão anterior. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de três (03), de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Dep. Arialba Freire, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

diente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria da Sra. Deputada Ironi Pugliesi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 2 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de cinco (05), de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei nº 99/90, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. - Aprovado.

Há ainda, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente, solicitando a marcação de Sessão Extraordinária para o dia de hoje, após o encerramento da Sessão Ordinária, e a diminuição do interstício para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 99/90, de autoria do Poder Executivo. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 99/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 45/90), que reestima para NCz\$ 95.988.689.993,00 (Noventa e cinco bilhões, novecentos e oitenta e oito milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e noventa e três cruzados novos), as receitas de recolhimento centralizado previstas na Lei Estadual nº 9173, de 27 de dezembro de 1989. (Em anexo, Mensagem nº 63/90 - substitutiva ao texto da

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 99/90

## P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem n° 45/90, reestima as receitas de Recolhimento Centralizado previstas no vigente Orçamento Geral do Estado nas citadas cifras a fim de atender despesas dos três Poderes e do Ministério Público, além de solicitar autorização para abertura de créditos suplementares para atender despesas com o pessoal, serviços e demais despesas.

Justificou-se que tal solicitação prende-se ao fato de que o índice usado para corrigir o Orçamento de 1990 ficou defasado em janeiro passado e os valores nele contidos para as diversas despesas, inclusive de pessoal e dívida, devem ser reestimados. A previsão inicial de receitas e despesas foi reestimada com a aplicação de um índice total de 200%.

Contudo, analisando-se a presente mensagem, vê-se claramente necessário modificar o seguinte:

Primeiramente, devido ao surgimento do Plano "Brasil Novo", recentemente lançado pelo Sr. Presidente da República, Fernando Collor de Mello, mudando para cruzeiros a antiga moeda chamada cruzados novos, necessitando-se mudá-los para a vigente moeda, o cruzeiro.

Segundamente nela incluir-se a necessidade textual de baseá-la no disposto do artigo 18, da Lei n° 9173, datada de 27.12.89, isto em razão do seguinte:

A Lei n° 9173/89, dispõe sobre o Orçamento anual do Estado para o exercício de 1990. E esta, em seu artigo 18, cita que a presente lei orçamentária poderá ser revista até 30 de junho de 1990, por iniciativa do Poder Executivo ou da Assembléia Legislativa. O citado artigo, oriundo de sugestão deste Poder Legislativo, nasceu da sensibilidade do mesmo, pois é este a caixa de ressonância dos aspectos sociais, econômicos e políticos da nossa sociedade. E por assim ser não pôde ser indiferente à crucial fase por qual passou em 1989, e que ainda aflige o nosso País, a expectativa de uma inflação galopante. E justamente devido ao conhecimento sábio de nossos legisladores paranaenses que preconcebaram inteligentemente as incertezas e oscilações da nossa política econômica, superando a objetiva, mas não tão realista, previsão orçamentária da Secretaria de Estado do Planejamento, é que hoje dá possibilidade de ser revista a Lei Orçamentária de 90 até 30 de junho do presente ano e que pode ser analisada independentemente da apreciação do veto por se tratar de

primeira etapa de revisão orçamentária prevista na citada lei em seu insuperável art. 18.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e pela legalidade e constitucionalidade presentes na matéria, é o nosso Parecer Favorável à sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 63/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer. - Aprovado.

Em votação o Projeto. - Aprovado.

Este projeto será, após a sessão ordinária de hoje, apreciado em segunda discussão, seguindo o ritual da votação do orçamento, que é votado em duas sessões ordinárias.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 13/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO MAXINVEST. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 83/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEO, que cria o Município de RIO BONITO, desmembrado do Município de Lajeiras do Sul, "ad referendum" do plebiscito a realizar-se, com as divisas que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Vasconcellos, Ezequias Losso, Antônio Bárbara e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 83/90, para reexame na Comissão de Constituição e Justiça. - Rejeitado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - Vossa Excelência vai colocar o requerimento em votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEO - Sr. Presidente, existe um acordo tático entre as lideranças, de que nenhum projeto que trate sobre a criação de municípios sofra interferência neste plenário, porque, se assim fosse, penso que todos os projetos de lei que falam sobre a criação de municípios deveriam voltar a ser apreciados pe-

las comissões novamente.

Com a existência deste acordo, Sr. Presidente, faço uma solicitação ao Deputado Setti, para que retire o requerimento, que é um acordo tático entre as lideranças. Todos os projetos de lei que versam sobre a criação de municípios estão sendo aprovados, nenhum Deputado está interferindo no projeto de outro Deputado, e caso o ilustre Deputado não aceite a minha solicitação, conclamo a todos os companheiros Deputados que rejeitem o seu requerimento, para que possamos continuar neste acordo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vou submeter a voto o seu requerimento.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. - Aprovado.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela Ordem, Sr. Presidente.  
Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação.  
(É feita a verificação de votação)  
10 Srs. Deputados aprovam.

28 Srs. Deputados rejeitam o requerimento. - Rejeitado.

Em discussão e votação o Projeto. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 32/90, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de DR. ANTÔNIO PARANHOS, com território desmembrado do Município de São Jorge D'Oeste e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 74/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que dispõe sobre as carreiras do corpo especial de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 74/90  
EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

"Art. - A remuneração mensal dos servidores, que trata esta lei, não poderá exceder o limite decorrente da Lei n° 9105, de 23 de outubro de 1989, alterada pelo Art. 3° da Lei n° 9161, de 20 de de-

zembro de 1989.

Sala das Sessões, em 26.03.90.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoioamento:

EDUARDO BAGGIO, HOMERO OGUIDO,  
CÂNDIDO BASTOS, EZEQUIAS LOSSO e  
PEDRO TONELLI.

- Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda - Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 92/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 93/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de CRUZEIRO DO IGUAÇU, com território desmembrado do Município de Dois Vizinhos, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 74/89 (Mensagem n° 84/89, ex-Proposição n° 68/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J, por unanimidade, que autoriza o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, celebrar convênio com a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência da Tecnologia e da Cultura, visando a realização, pela Fundação, do Projeto "Processo Tecnológico para Obtenção de Suco de Maçã Concentrado utilizando rejeitos da Produção de Maçãs do Paraná." - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 96/89 (Mensagem n° 100/89, ex-Proposição n° 77/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J, por unanimidade, ficam ratificados os Convênios e Termos Aditivos celebrados, respectivamente nas datas de 04.10.89, 25.09.89, 07.08.89, 25.07.89, 13.09.89, 10.07.89 e 13.09.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Rolândia, São João do Ivaí, Grandes Rios, Mangueirinha, Nossa Senhora das Graças, Ortigueira, São Mateus do Sul e Sertãoópolis, objetivando a construção de prédios para Agências de Rendas nos referidos municípios. - Aprova-

do, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 99/89 (Mensagem n° 122/89, ex-Proposição n° 90/89), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J, por unanimidade, ficam ratificados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especificam, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 70/90, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que cria o Município de BRAGANTINA, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com as divisas que especifica. - (Publ. no D.A. n° 04, de 01.03.90).

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 70/90

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Sabino Campos, visa criar o Município de Bragantina, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome, e com as divisas que especifica.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral entende que a matéria obedece aos ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY -Presidente

JOAO ARRUDA - Relator

- Em votação. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 94/90, de autoria do Deputado NEREU MASSIGNAN, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito, o Município de NOVA SANTA BÁRBARA, com território desmembrado dos Municípios de Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra, com sede e foro na localidade do mesmo nome e as divisas que especifica. - (Publ. no D.A. n° 05, de 05.03.90).

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE LEI N° 94/90

P A R E C E R

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan, cria

"ad referendum" do resultado do plebiscito a ser realizado, o Município de Nova Santa Bárbara, com território desmembrado dos Municípios de Santa Cecília do Pavão e São Jerônimo da Serra, com sede e foro na localidade do mesmo nome, e com as divisas que especifica.

Esta Comissão Geral, chamada a opinar, entende que a matéria obedece aos preceitos constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela Aprovação do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY -Presidente

JOAO ARRUDA - Relator

Em votação o Projeto. - Aprovado.

Em votação o Parecer. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 06/90, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecidinha do Oeste, desmembrado de São Miguel do Iguaçu. - (Publ. no D.A. n° 10, de 12.03.90).

COMISSÃO GERAL  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 06/90

P A R E C E R

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Gernote Kirinus, visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de São Miguel do Iguaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Aparecidinha do Oeste, desmembrado do Município de São Miguel do Iguaçu.

Esta Comissão Geral, chamada a opinar, entende que a matéria obedece aos ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.90.

(a) ACIR MEZZADRI-Presidente e Relator

Em votação o Projeto. - Aprovado.

Em votação o Parecer. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 07/90, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e WERNER WANDERER, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Mercedes, desmembrado de Marechal Cândido

Rondon. - (Publ. no D.A. n° 10, de 12.03.90).

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 07/90

## P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria dos nobres Deputado Gernote Kirinus e Werner Wanderer, visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Mal. Cândido Rondon, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de Mercedes, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon.

Esta Comissão Geral, chamada a opinar, entende que a matéria obedece aos ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.03.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

Em votação o Projeto. - Aprovado.

Em votação o Parecer. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/89, de autoria do Deputado LUCIANO PIZZATTO, que cria a Lei Florestal do Estado do Paraná, concorrente ao Código Florestal Brasileiro e à Legislação Federal. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. n° 102/89, de 20.11.89).

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Este projeto será retirado da Ordem do Dia.

O SR. NEREU MASSIGNAN - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto n° 321/89, queiram levantar-se.

Vinte Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Dez Srs. Deputados rejeitam.

Aprovado. O projeto será retirado da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento de n° ..., de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n° 490, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, e de n° 367, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 365, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 376, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constante do expediente de sessão anterior. - Prejudicado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 477 e 474, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 473, de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 409, 408 e 433, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 472, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente e de n° 403, 397 e 402, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 340, 405 e 406, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 354, 401-B, 436, 349, 468, 439, 344, 435, 359, 360, 361, 437, 352, 345, 446, 401-H, 363, 348, 401-C, 401-D, 401-E, 438, 346, 347, 358, 350, 351, 353, 362, 401-F, 401-G e 357, autoria da Sra. Deputada Arialba Freire, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 364, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Masssignan, constante do expediente de sessão anterior, e de n°s 492 e 493, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 407, 470 e 421, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 475, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente e de n°s 342, 343 e 411, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 476 e 486, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 415, 394 e 399,

de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 484, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, e de n°s 412 e 413, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 416, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 487, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, com apoio dos Srs. Deputados Antônio Bárbara, João Arruda, Nelson Vasconcellos e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 483, de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 373, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 377, de autoria do Sr. Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 434, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 481, de autoria do Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 482, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 371, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 395 e 467, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente de sessão anterior. - O de n° 395, retirado pelo autor. O de n° 467. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 422 e 431 de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 462, 463 e 464, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 479 e 480 de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso,

constantes do expediente e de n°s 369, 370 e 368, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 426 a 429, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 485, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, e de n°s 374, e 379 a 392, constantes do expediente de sessão anterior. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 450, de autoria dos Srs. Deputados Namir Piacentini e Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. - Adia-se a discussão na forma do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimentos de n°s 449 e 451 a 461, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente de sessão anterior. O de n° 449, adia-se a discussão na forma do Art. 150 do Regimento Interno. Os demais, aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 404, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 424, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 494, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 495, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimetal, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 32, 74, 92 e 93/90, e dos Projetos de Resolução n°s 74, 96 e 99/89.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 70 e 94/90, e dos Projetos de Resolução n°s 06 e 07/90.
- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 259/85, 405/89, 50, 114 e 132/90.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 1990.

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA  
DIOCESE DE APUCARANA

Praça da Matriz s/n - C.P. 32 - Fones (0434) 77-1385 e 77-1442 - CEP 86.930 - SÃO JOÃO DO IVAÍ - PARANÁ

Of. n° 06/90

São João do Ivaí, 19 de março de 1990.  
Prezado Senhor Deputado Estadual.

Pelo presente, estamos encaminhando documento que foi elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, Pastoral Mundo do Trabalho, Serviços da Diocese de Apucarana, da Paróquia São João Batista de São João do Ivaí, através do seu Pároco, Pe. José Natalício da Silva; documento esse elaborado com a participação de associações e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São João do Ivaí, e Sindicato Rural, e um membro representante da Prefeitura Municipal de São João do Ivaí.

Documento que consta as reivindicações dos trabalhadores na agricultura em nosso município e região do Vale do Ivaí. Documento denominado "A Carta dos Agricultores do Vale do Ivaí".

Nada mais, reiteramos nossos préstimos de estima e distinta consideração. E ficamos no aguardo das providências que Vossa Senhoria julgar necessárias.

Atenciosamente,

Pe. José Natalício da Silva

Pároco e representante da

Diocese na Pastoral Mundo do Trabalho

Ilmo. Sr. Dr. Orlando Pessuti  
Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

Carta dos Produtores Rurais do  
Vale do Ivaí aos políticos  
que dirigem o País.

Prezados Senhores.

Os produtores da Região e as entidades representativas abaixo-assinadas, apesar do momento especial que nosso País vive, vê com preocupação o acentuado aumento do êxodo rural iniciado com a erradicação dos cafezais no Paraná em 1975.

Para denunciar algumas das causas que provocam esta situação, estivemos reunidos hoje, 18.03.90, na cidade de São João do Ivaí-PR.

Reconhecemos de início que este quadro se mantém em parte graças à pouca organização na atividade rural e a ineficiência e omissão de dirigentes e entidades do setor.

Vem se somar às nossas preocupações

neste momento, a informação da cobrança de impostos sobre a renda agrícola.

Esperamos que os critérios que determinarem quais produtores deverão ser taxados, se considere a descapitalização vivida pelos pequenos produtores rurais.

A hora especial da nossa história não recomenda atitudes de protestos contra o Governo Federal, merece crédito de confiança, principalmente pela sua disposição em ouvir os setores organizados, daí decidirmos pela suspensão da venda de nossos produtos por trinta dias, para que se conheçam quais efeitos as medidas anunciadas a partir do dia 15.03, trarão à economia rural.

Como maior produtor agrícola do País, o Paraná tem visto algumas de suas regiões se destacarem no cenário nacional por manifestações de protestos e reivindicações. Isto se deve ao descaso com que se trata as questões relativas à agricultura neste País.

Como exemplo da afirmação, lembramos que a Constituição Federal estabeleceu na sua promulgação a criação da Lei Agrícola até 05 de outubro de 1989. Até hoje isto não aconteceu.

A conclusão acima não vem do fato de acreditarmos que existindo a lei o problema esteja solucionado. A experiência já nos mostrou que quando a regra é a nosso favor, sua aplicação é condicionada.

Não fosse assim, os preços mínimos estariam sendo tabelados com o custo de produção acrescido de 30% do lucro, como prevê a Lei n°4504, de 30.11.64, § 1° do artigo 85 (Estatuto da Terra) e não haveriam tantos pedidos de anistia constitucional da correção monetária sendo feitos através da Justiça, que é caríssima e lenta.

Por conhecer estes detalhes os gananciosos e inimigos da produção têm feito deste instrumento legal, um objeto de seus interesses.

As questões agrárias, pela importância e implicação na sociedade, merecem tratamento específico.

Na nossa opinião, algumas das causas que mais provocam o êxodo rural, são:

- 1 - A defasagem dos preços mínimos da produção agrícola;
- 2 - A falta de um seguro agrícola, que proteja além do dinheiro do banco, proteja também os investimentos próprios do produtor;
- 3 - A não destinação dos custeios de produção, de valor para manutenção do financiado; principalmente nas entre-safras, quando é frustrada a colheita;
- 4 - O plantio de feijão das águas sem PROAGRO;
- 5 - A disparidade de atendimento público nos setores de saúde e educação, dada ao trabalhador rural em relação ao

trabalhador urbano;

6 - A qualidade de ensino e a falta de escolas rurais;

7 - O uso desordenado de inseticidas com a intoxicação dos produtores, reduzindo suas capacidades físicas;

8 - Poucos recursos destinados às entidades extensionistas (IMBRATER, EMATER, etc).

A maioria destas causas seriam contornadas com a aprovação de projeto de lei agrícola em discussão no Congresso Nacional, ou com as seguintes sugestões:

a. Reforma agrária, a partir de uma discussão pública entre os interessados e em cada região;

b. reformulação do PROAGRO, criando o seguro agrícola;

c. que os planos de custeio, contemplado também a manutenção facilitar e VBCs, sejam conhecidos no mínimo sessenta (60) dias antes da época do plantio;

d. melhora na qualidade de ensino;

e. criação de cursos de alfabetização de adultos na zona rural;

f. valorização dos institutos de pesquisas agrícolas, principalmente com a destinação de maior número de verbas;

g. fazer uma avaliação da participação das cooperativas, na comercialização da produção agrícola, tendo em vista a acusação de que o atravessador é a causa do encarecimento da maior parte da produção agrícola, hoje comercializado através das mesmas;

h. que se valorize a criação de cooperativas municipais e associações dos que exercem a atividade rural.

Os milhares de ex-produtores acampados nas favelas que circundam os grandes centros é um documento vivo a provar que a agricultura é o soerguimento da sociedade que mais paga a conta dos planos de governos, quando falham.

Manter os preços mínimos aos níveis atuais, principalmente o algodão, é um fato que não podemos aceitar.

Por tudo isso, os produtores e as entidades que assinam este documento, reafirmam:

1 - Suspende a venda de seus produtos por 30 (trinta) dias;

2 - Realizará no dia 23.03.90, às 09:00 horas, na cidade de Borrazópolis-PR, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a presença dos representantes das entidades, reunião para avaliação desta manifestação;

3 - No caso de, em 30 dias, não haver manifestação dos responsáveis pelo setor sobre este documento, promoveremos ato de protesto, cuja forma será definida no dia 18.04.90, em local a ser designado na reunião de Borrazópolis.

O não atendimento às reivindicações

neste documento face ao atual estágio de comercialização do setor, acelera o processo migratório que estamos denunciando.

Temos a certeza de que nenhum homem público brasileiro, realmente interessado pelo bem-comum, esteja conformado com esta realidade.

Por isto, o nosso apelo: ajudem-nos a estancar o êxodo rural!

São João do Ivaí, 18.03.90

(aa) PASTORAL RURAL DA DIOCESE DE

APUCARANA

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - SETOR NORTE  
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS S. JOÃO DO IVAÍ

SINDICATO TRABALHADORES RURAIS DE BORRÁZÓPOLIS

SINDICATO RURAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ - PR  
ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SANTA LUZIA

ASSOCIAÇÃO TRAB. RURAIS DE GODOY MOREIRA - PR

COMISSÃO DOS PRODUTORES DE SÃO JOÃO DO IVAÍ.

OBS: O original deste documento encontra-se arquivado na Paróquia São João Batista em São João do Ivaí.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ARTAGÃO MATTOS LEÃO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 1990.

RORIZ E ÁLVARO DIAS TÊM MAIOR ÍNDICE DE POPULARIDADE.

#### AValiação DOS GOVERNADORES

Respostas espontâneas, em %

Paraná	Distrito Federal
Álvaro Dias	Joaquim Roriz
PMDB	PMDB
Ótimo/Bom 66	Ótimo/Bom 66
Regular 25	Regular 25
Ruim/Péssimo 6	Ruim/Péssimo 6
Não sabe 3	Não sabe 3
Ceará	Rio, Grande do Sul
Tasso Jereissati	Pedro Simon
PSDB	PMDB
Ótimo/Bom 56	Ótimo/Bom 45
Regular 30	Regular 42
Ruim/Péssimo 9	Ruim/Péssimo 10
Não sabe 5	Não sabe 3
Pernambuco	São Paulo
Miguel Arraes	Orestes Quércia
PSB	PMDB
Ótimo/Bom 45	Ótimo/Bom 44
Regular 31	Regular 39
Ruim/Péssimo 16	Ruim/Péssimo 12
Não sabe 6	Não sabe 5
Bahia	Minas Gerais

Nilo Coelho	Newton Cardoso
PMDB	PMDB
Ótimo/Bom 38	Ótimo/Bom 25
Regular 36	Regular 38
Ruim/Péssimo 17	Ruim/Péssimo 31
Não sabe 9	Não sabe 6

Rio de Janeiro  
Moreira Franco  
PMDB  
Ótimo/Bom 16  
Regular 42  
Ruim/Péssimo 37  
Não sabe 5

O Ministro de Collor, ex-governador do Distrito Federal, e o governador do Paraná apresentam o melhor desempenho na pesquisa.

Se não tivesse sido convidado pelo Presidente Fernando Collor para assumir o ministério da Agricultura, Joaquim Roriz não teria grandes dificuldades para garantir sua eleição para o governo do Distrito Federal. Ao menos no que dependesse do julgamento popular de sua atuação como governador nomeado de Brasília. Roriz teve um dos melhores desempenhos nesta pesquisa Data Folha. Nada menos de 66% dos entrevistados descreveram seu desempenho como "bom ou ótimo" e 25% o classificaram como regular. Apenas 6% não gostou do trabalho de Roriz.

Apenas o governador do Paraná, Álvaro Dias, conseguiu ter um desempenho igual ao de Roriz. Ele alcançou os mesmos índices de popularidade que o governador do Distrito Federal. Seu governo foi considerado "bom ou ótimo" por 66% dos entrevistados "regular" por 25% e "ruim ou péssimo" por apenas 6%.

Tanto Roriz como Álvaro Dias viram seu prestígio crescer desde o início do mandato. O atual ministro da Agricultura foi nomeado para o governo do Distrito Federal há um ano e meio e seis meses depois sua administração era considerada "regular" pela maior parte da população. Em setembro de 89, com um ano de mandato, Roriz já havia conquistado a avaliação positiva de 50% dos brasilienses. Ao deixar o governo para assumir o ministério vivia seus mais altos índices de popularidade.

**MAIOR ÍNDICE** - Álvaro Dias começou o governo com 39% de avaliações entre "bom e ótimo" e chegou a 76% em março de 1988. Foi seu maior índice de popularidade. Depois chegaria a cair para 58% um ano depois. Voltou a subir até atingir os níveis atuais que o colocam como um dos governadores mais populares do país.

Avaliação é positiva em muitos Estados.

A maioria dos governadores chega ao

final do terceiro ano de mandato com uma avaliação positiva em seus estados. É o caso de Tasso Jereissati, do Ceará. Ele foi considerado "bom ou ótimo" por 56% da população do seu estado. Também estiveram bem colocados Miguel Arraes do Pernambuco (45%) e Orestes Quéricia (44%).

Na Bahia, o Governador Nilo Coelho, que assumiu ano passado em substituição a Waldir Pires, tem 38% de avaliações positivas, 36% como regular e 17% entre ruim e péssimo.

Mas os piores resultados foram dos governadores de Minas Gerais e Rio de Janeiro. O mineiro Newton Cardoso foi considerado "ruim ou péssimo" por 31% da população do seu Estado contra 25% que consideraram positiva sua atuação. No caso do carioca Moreira Franco os números são ainda piores. Ele foi reprovado por 37% dos entrevistados, considerado regular por 42% e apenas 16% disseram gostar do seu governo.

#### MELHORA DESEMPENHO DE 05 GOVERNADORES

Entre os governadores avaliados, quem prossegue mantendo os melhores índices de popularidade é Álvaro Dias (PR). Ele é julgado ótimo ou bom por 62% dos paranaenses, apenas três pontos a menos que há seis meses, e ruim ou péssimo por 10%.

Orestes Quéricia é objeto de uma avaliação mais positiva entre os paulistas do interior (51% de ótimo e bom). Na capital e região metropolitana, a impressão predominante (43%) é de que sua administração é regular.

O DataFolha procurou também avaliar em que áreas os governadores tinham a melhor performance. Transportes/obras viárias foi o ponto destacado no Paraná. São Paulo, Bahia, Rio e Minas.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 1990.**

**PROFESSORES ENTRAM EM GREVE DIA 22**

**FALTA TUDO NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Da sucursal de Cascavel.

Pode não ser privilégio da região oeste do Paraná, mas ela é um exemplo da difícil situação enfrentada pelo ensino público, do primeiro ao último grau.

Faltam salas de aula, carteiras e material escolar - os professores, como sempre, choram salários que consideram baixíssimos.

Só não sabe dos problemas quem não vai à escola conferir, por desinteresse, ou porque não tem filhos em idade escolar.

Livros do 1º grau estadual estão sendo adquiridos pelos pais que podem comprá-los; os que não podem sabem que seus filhos terão aprendizado ainda mais dificultado.

Um livro de Português não custa menos que NCz\$ 400,00, e a informação nas escolas é de que não funcionará o esquema de alguns pais comprarem para que seja aliviada a carga da escola repassar gratuitamente os livros para os alunos de famílias mais pobres.

A proclamada prioridade ao setor educacional, em todos os níveis de governo permanece sempre no discurso o que pode ser conferido em qualquer região. No oeste paranaense, por exemplo, e nele, em sua principal cidade, Cascavel, onde cerca de 6.000 crianças deixam de ir às aulas este ano, por fatores diversos que desaguam numa central: a falta de vagas. E essa falta se deve a inexistência de instalações físicas suficientes, e em torno delas a falta de carteiras escolares.

As autoridades educacionais às vezes procuram minimizar o problema. A Chefe do Núcleo Regional de Educação, Agripina Reis Navarro, é uma delas: transmitiu informação ao Departamento de Ensino de 1º Grau, da Secretaria de Educação do Estado, dizendo desconhecer o problema.

Em Cascavel ninguém o desconhece. Por isso, a chefe do Departamento Cleuza Richter, disse estranhar informações de que dão conta de que grande número de alunos, fica fora das salas de aulas e outro tanto está comprimido em salas, ou então estudam no chão, ou em pé, ou ainda em locais improvisados, e, mais ainda, tem aula dia sim e dia não, porque não há acomodações para todos.

O caso de Cascavel é especial, na rede pública de ensino: o município banca com a maior estrutura, em todo o Estado, com cerca de 21.000 alunos - apesar de no início do ano ter ficado sem os Distritos de Santa Tereza do Oeste (o mais importante deles) e de Lindoeste, que se emanciparam. "Há anos os Prefeitos que se sucedem reclamam da carga pesada, até que agora ela é um pouco aliviada, com nove escolas de 5ª a 8ª série do 1º Grau, sendo passadas para o Estado, mas em troca de que o Município assumisse duas de 1ª a 4ª série.

#### NA TERÇA-FEIRA, A SITUAÇÃO DE ESCOLA POR ESCOLA

Cascavel - (da sucursal).

Reunidos ontem no Ginásio de Esportes de Cascavel, representantes de professores de todas as regiões do Estado, decidiram por unanimidade, deflagrar greve por tempo indeterminado, a partir de quarta-feira,

em protesto à situação salarial, que qualificam como insustentável, principalmente com a não - manutenção do piso mínimo de três salários que haviam conquistado.

Cerca de 3.000 professores participaram da Assembléia Extraordinária convocada pela Associação dos Professores do Paraná-APP.

- Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipal do Paraná.

A greve já vinha sendo ensaiada há várias semanas e ainda na véspera a presidenta da APP, Isolde Andreatta, revelou depois de uma reunião preliminar da entidade, que o caminho da greve estava aberto.

Na assembléia havia tendência de greve a partir de 2ª feira, mas a necessidade de observação de prazos legais para comunicação ao Estado, fez com que se optasse pelo dia 22. Basicamente, os Professores não admitem arcar com perdas que colocam ao nível de 186%, se calculadas sobre o piso de 3 salários mínimos.

Pelos cálculos dos professores, o salário para início de carreira, em março, ficará em CR\$ 3.849,48, quando deveria ser de CR\$ 11.022,18. Um professor em final de carreira, que segundo a APP receberá em março CR\$ 9.720,23, deveria receber CR\$ 14.500,00. Questões paralelas como Regime Jurídico Único foram discutidas em Cascavel, mas o descontentamento com os salários foi a tônica dos pronunciamentos.

Para encerrar a assembléia, os professores realizaram passeata pelo centro de Cascavel.

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 26 DE MARÇO DE 1990.**

#### A ESCALADA FASCISTA

Assassinos da ordem jurídica, anunciadores do tumulto fascista que se desencadeia sobre a sociedade brasileira, esbirros de uma ditadura ainda sem nome.

- "Era Collor? "Brasil Novo"? - invadiram ontem a Folha de S. Paulo. Este fato culmina a série de agressões, de arbitrariedades e de violências que, em nome do combate à inflação, configuram um clima de terrorismo de Estado só comparável ao dos períodos mais infames e vergonhosos da história brasileira.

Esta Folha, que criticou duramente a candidatura Fernando Collor, como, aliás, todas as outras - mas, que aprovou a audácia do presidente na edição das medidas econômicas, vê essa audácia transformar-se em prepotência e tirania; vê nos apelos do chefe de Estado aos "descamisados", nas ameaças que profere contra a livre inicia-

tiva, na arrogância pretensamente incontrastável de suas atitudes, na precária corte de bajuladores que se acanalha à sua volta e no espetáculo de desorganização política, de obscurantismo e mistificação que se estabelece em seu governo, os sinais inequívocos, alarmantes e inaceitáveis de uma aventura totalitária.

Não se agrediu um jornal - Agrediu-se a democracia. O Chefe de Estado não parece ver limites para seu messianismo, este se constrói na arbitrariedade, sustenta-se na ignorância, mantém-se pela força, prossegue no arbítrio, é o momento de dizer basta.

A democracia brasileira não tolera aspirantes a Ceausescu ou versões juvenis de Mussolini.

Aberta, como qualquer empresa, à fiscalização das autoridades, esta Folha não aceita intimidações grosseiras, nem ameaças policiais.

O Governo Federal investe na subversão das leis e na destruição das liberdades políticas. A escalada repressiva terá de ser interrompida; mais uma vez, quando já parecia consolidado o processo de transição para a democracia, cumpre lutar contra os inimigos da liberdade.

#### É PRECISO RESISTIR

A "era Collor" vinha se apresentando como um período de modernização da economia, de consolidação democrática e de coragem decisória; fundada no talento propagandístico de um político que não hesitou em mobilizar os truques mais rasteiros do "marketing eleitoral", contando com o clima de desespero que acompanhava a ameaça de hiperinflação, auxiliada pela ausência de cultura política em largas faixas da sociedade brasileira, a "era Collor" vai-se transformando em sinônimo de opressão do Estado, totalitarismo, violência, arbítrio e iniquidade.

Seguem-se, dia após dia, prisões discricionárias: os mais frívolos e minúsculos pretextos - a irregularidade no preço de uma única embalagem, quando todas as demais seguiam o tabelamento, o erro detectado num só pacote de Maizena ou num artigo de perfumaria - já deram margem a atos de truculência só concebíveis na ditadura mais obscurantista. A prisão dos responsáveis por uma publicação técnica, numa agressão inaceitável à liberdade de informação; a inescrupulosa e vil procura de "inimigos do Plano Collor", que vitima gerentes de bancos e de supermercados e que agora recai sobre os proprietários de uma rede comercial, a ameaça arrogante e demagógica de realizar uma "devassa fiscal" nas empresas que estiveram demitindo funcionários - como se o necessário con-

trole da Receita Federal devesse transformar-se em instrumento para a discriminação, a chantagem e a propaganda política - tudo ia assumindo o caráter de uma farsa grotesca, destinada a enganar a população no que diz respeito às reais consequências do plano econômico - que esta Folha enfaticamente apóia, apesar dos sérios custos que acarreta. A exploração barata do inconformismo latente na sociedade quanto às desigualdades de renda; o apelo à desordem social e a sede de encontrar os "culpados" por uma seriíssima e complexa crise econômica; o aceno populista aos "pés descalços" e aos "descamisados", a aposta nos atos calculados, na pose teatral, na intrepidez juvenil no autoritarismo falastro de um governante, compõem o quadro clássico de uma aventura fascista.

Com a invasão da Folha de S. Paulo, desmascara-se por completo esse liberalismo de matéria plástica, essa modernidade "kitsch", esse dinamismo de canastrões, essa austeridade de aproveitadores e arrivistas, essa disciplina de uma gangue desordeira, esse jacobinismo de oportunistas que se quer impingir, sob o nome de "Reconstrução Nacional", à opinião pública brasileira.

Pretendeu-se intimidar um jornal que faz da independência crítica e do apartidarismo sua mais alta razão de existência. Agrediu-se a liberdade de expressão. A democracia foi ferida por uma camarilha subdesenvolvida e truculenta, que se julga incontestante nos seus propósitos de, afirmando "salvar a pátria", romper a ordem constitucional e dar plena vazão a tudo o que signifique abuso de poder e terrorismo de Estado. O círculo se amplia. Dos acólitos de primeira hora aos capangas de comício; destes aos aventureiros mais atilados; seguem-se os bajuladores, os adesistas, os que se sensibilizaram diante do clima de cafajestismo dominante; somam-se os iludidos; completam o quadro os intimidados, os covardes, os submissos; e está montada, assim, uma estrutura de mandonismo e de opressão azeitada pela mistificação e pela propaganda.

É hora de reagir contra este ataque insuportável à democracia e à ordem constitucional. As medidas provisórias que dão pretexto à atual escalada de intimidação fascista são intoleráveis pelo que representam de arbítrio, de alteração da estrutura jurídica, de policialismo e de injustiça. Permite-se que um erro accidental seja transformado em crime contra a economia; favorece-se qualquer tipo de chantagem policial; abre-se caminho a toda sorte de distorções. Imagine-se, por exemplo, um funcionário de supermercado que deseje prejudicar seus superiores: basta que afixe uma etiqueta de preço incorreta numa

única embalagem, e terá ocasião para que toda a teatralidade sinistra e ditatorial do presente regime promova, mais uma vez, seu festival de invasões, de arrogância e de prepotência.

Instaurou-se um clima de terror e de chantagem na sociedade brasileira. É preciso interromper a onda de intimidações antes que alcance seus objetivos: dotar o chefe de Estado de uma "Securitate" romena, de uma milícia de camisas negras disposta a tudo para assegurar-lhe o exercício discricionário do poder.

Não basta que o Congresso busque alterar o encaminhamento das medidas provisórias n. 153 e n. 156 - o próprio procurador geral da República, aliás, contesta sua constitucionalidade - substituindo-as por uma alteração na lei ordinária, que preservaria seu conteúdo essencial. Leis ordinárias ou medidas provisórias, trata-se de impedir que esses instrumentos discricionários possam estar à disposição dos caprichos de um aspirante a ditador - não pode, aliás, ser utilizado por nenhum governo democrático. Esta Folha sempre defendeu a tese de que a sonegação e os crimes contra a economia popular sejam coibidos com rigor; tem como posição de princípio, inúmeras vezes expressa neste espaço, que pena de prisão só deve ser aplicada em casos onde a periculosidade do infrator exige seu afastamento do convívio social. Multas pesadas e penas alternativas cum-

prem com maior eficácia os objetivos de se reprimir os abusos de poder econômico. Não são estes os objetivos do atual regime. O que se pretende é intimidar a sociedade, instaurar num ambiente de totalitarismo e de opressão, permitir que o Estado se dedique à vingança pessoal, à chantagem política e à demagogia barata.

Está nas mãos do Congresso defender a democracia e o Estado de Direito. Mais uma vez, trata-se de resistir às investidas do subdesenvolvimento institucional, do terror e da violência. Impõe-se novamente um amplo movimento de articulação da sociedade civil e das lideranças políticas que se notabilizaram pela resistência democrática. O chefe de Estado detém poderes ditatoriais. Tem a seu dispor profissionais da sabujice e do fisiologismo, serviços invertebrados do regime autoritário; aliam-se a estes alguns carreiristas de extração mais recente. O chefe de Estado tem como trunfo político o seu programa econômico. Por diversas vezes esta Folha manifestou seu apoio às soluções ali inscritas; cumpre sustentar uma iniciativa correta de combate à inflação - mas não endossar a investida totalitária que se faz com esse pretexto. A democracia está em perigo, enquanto poderes abusivos e inconstitucionais estiverem nas mãos de quem procura, pela truculência e pela desordem, atingir a liberdade de imprensa e afrontar os direitos elementares do cidadão.